



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO I

Licitação por Pregão Eletrônico nº 02/2021
A realizar-se em 06/12/2021 às 10:00 hs.
Processo: SEI nº 260005/002834/2020

A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação:

Pregão Eletrônico nº 02/2021

CARIMBO DA FIRMA
17.695.001/00001-09

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS
EIRELI

Rod. Washington Luiz, nº 2550 Sala 502
Vila São Luiz - CEP 25085-008
DUQUE DE CAXIAS - RJ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	
				UNIT.	TOTAL
08	<p>SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MAO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇO DE VIGIA, conforme discriminado no Termo de Referência (Anexo I). REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE - VIGIA</p> <p>Valor Global: (Um milhão, novecentos e oitenta e nove mil e novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).</p> <p>DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE: Banco Bradesco: Ag. : 2014 Conta Corrente nº.0049678-2 Telefone/Licitante nº (21) 3848-1572 ou 3842-5634 E-mail/Licitante: comercial@grupotapevas.com.br Nome do Representante legal da empresa: Procurador JOSÉ GABRIEL DA SILVA</p>	Mês	12	R\$ 165.832,38	R\$ 1.989.988,56

OBSERVAÇÃO:

- 1ª - A PROPOSTA DE PREÇO deverá:
- Ser preenchidas integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;
- Conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;
- Ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.
- 2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇO, a cumprir os termos nela contidos.
- 3ª - As duas Primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇO deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.
- 4ª - A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇO poderá ser anulada no todo, ou parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo de Execução: 12 MESES, Validade da Proposta Preço: Preços válidos por 60 (sessenta) dias a contar da abertura da Proposta.

Local de entrega: Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro – RJ - CEP 21.311-280

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em 10/12/2021

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
José Gabriel da Silva
Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**
PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO ILicitação por Pregão Eletrônico nº 02/2021
A realizar-se em 06/12/2021 às 10:00 hs.
Processo: SEI nº 260005/002834/2020

A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação:

Pregão Eletrônico nº 02/2021**17.693.001/0001-09**
TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
Rod. Washington Luiz, nº 2550 Sala 502
Vila São Luiz - CEP 25085-008
DUQUE DE CAXIAS - RJ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	
				UNIT.	TOTAL
08	<p>SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MAO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇO DE VIGIA, conforme discriminado no Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE - VIGIA</p> <p>Valor Global: (Um milhão, novecentos e oitenta e nove mil e novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).</p> <p>DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE: Banco Bradesco: Ag. : 2014 Conta Corrente nº.0049678-2 Telefone/Licitante nº (21) 3848-1572 ou 3842-5634 E-mail/Licitante: comercial@grupotapevas.com.br Nome do Representante legal da empresa: Procurador JOSÉ GABRIEL DA SILVA</p>	Mês	12	R\$ 165.832,38	R\$ 1.989.988,56

OBSERVAÇÃO:

1ª - A PROPOSTA DE PREÇO deverá:

- Ser preenchidas integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;

- Conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;

- Ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.

2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇO, a cumprir os termos nela contidos.

3ª - As duas Primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇO deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.

4ª - A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇO poderá ser anulada no todo, ou parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo de Execução: 12 MESES, Validade da Proposta Preço: Preços válidos por 60 (sessenta) dias a contar da abertura da Proposta.Local de entrega: Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro – RJ -CEP 21.311-280

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em 10/12/2021

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
José Gabriel da Silva
Procurador

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC

CNPJ: 17.695.001/0001-09

ANEXO VII

LOTE VIII - REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE								
Função	Carga H Função	Valor Salário	Valor dos Custos	Valor Mensal	Valor Anual	Quantidade por função	Valor Total Anual	
1 VIGIA DIARISTA 44HS	44 horas	R\$ 1.441,67	R\$ 3.118,02	R\$ 56.124,36	R\$ 673.492,32	18	R\$ 673.492,32	
2 VIGIA NOTURNO 12X36HS	12X36 horas	R\$ 1.441,67	R\$ 3.140,55	R\$ 56.529,90	R\$ 678.358,80	18	R\$ 678.358,80	
3 VIGIA DIURNO 12X36HS	12X36 horas	R\$ 1.441,67	R\$ 2.954,34	R\$ 53.178,12	R\$ 638.137,44	18	R\$ 638.137,44	
TOTAL							54	R\$ 1.989.988,56

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
Procurador

17.695.001/0001-09

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS

EIRELI

Rod. Washington Luiz, nº 2550 Sala 502

Vila São Luiz - CEP 25085-008

DUQUE DE CAXIAS - RJ



ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PE002/2021

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

CNPJ: 17.695.001/0001-09

Discriminação do Serviço (dados referente à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/12/2021
B	UF	RIO DE JANEIRO
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2021/2022
D	Nº de meses de execução contratual	12
E	Convenções Coletivas de Trabalho	RJ000713/2021
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtde Total a contratar (em função da unidade de medida)
VIGIA DIARISTA 44HS	Posto	18

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	CBO – Classificação Brasileira de Ocupações	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.441,67
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	VIGIA
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/21

1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.441,67
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		
E	Horas Extras		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros		R\$ -
Total da Remuneração			R\$ 1.441,67

2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte ($R\$4,05 \times 2 \times 21 - (6\% \times 1.441,67) = 83,60$)	R\$ 83,60
B	Auxílio Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) ($R\$19,50 \times 21 \times 0,9 = 368,55$)	R\$ 368,55
C	PCMSO/PPRA	R\$ -
D	Plano de Saúde	R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ -
F	Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 16,00
Total de Benefícios mensais e diário		R\$ 468,15

3	Módulo 3 - Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/Epi ($R\$ 594,00/12 = R\$49,50$)	R\$ 49,50
B	MATERIAS	R\$ 7,39
C	Equipamentos/Utensílios	R\$ 6,30
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total Insumos Diversos		R\$ 63,19

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 288,33
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 21,63
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 14,42
D	INCRA	0,20%	R\$ 2,88
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 36,04
F	FGTS	8,00%	R\$ 115,33
G	Seguro Acidente	1,00%	R\$ 14,42
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,65
TOTAL		34,80%	R\$ 501,70



4.2 13º Salário e Adicional de Férias		
A 13º Salário	%	Valor (R\$)
B Adicional de Férias	8,33%	R\$ 120,09
TOTAL	2,78%	R\$ 40,08
	11,11%	R\$ 160,17

4.3 Afastamento Maternidade		
A Licença Maternidade	%	Valor (R\$)
B Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,29
TOTAL	0,01%	R\$ 0,14
	0,03%	R\$ 0,43

4.4 Provisão para Rescisão		
A Aviso Prévio Indenizado	%	Valor (R\$)
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,06
C Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48
D Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	R\$ 2,45
E Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio trabalhado	1,94%	R\$ 27,97
F Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,68%	R\$ 9,73
TOTAL	0,08%	R\$ 1,13
	3,32%	R\$ 47,82

4.5 Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A Férias	%	Valor (R\$)
B Afastamento maternidade	8,330%	R\$ 120,09
C Licença Paternidade	0,61%	R\$ 8,79
D Ausências Legais	0,04%	R\$ 0,57
E Ausência por acidente de trabalho	2,20%	R\$ 31,72
F Outros (especificar)	0,27%	R\$ 3,89
TOTAL	0,00%	R\$ -
	11,45%	R\$ 165,07

4 Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
4.1 Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
4.2 13º Salário + Adicional de Férias	34,80%	R\$ 501,70
4.3 Afastamento Maternidade	11,11%	R\$ 160,17
4.4 Custo de Rescisão	0,03%	R\$ 0,43
4.5 Custo de Reposição do profissional Ausente	3,32%	R\$ 47,82
4.6 Outros (especificar)	11,45%	R\$ 165,07
5 Módulo 5 - Custos Indiretos e Tributos		
A Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Adm.)	%	Valor (R\$)
B Tributos	0,500%	R\$ 14,25
B.1 Tributos	8,65%	R\$ 241,26
B.2 PIS	8,65%	R\$ 241,26
B.3 COFINS	0,65%	R\$ 18,51
B.4 ISS	3,00%	R\$ 85,45
C Lucro	5,00%	R\$ 137,30
TOTAL	0,500%	R\$ 14,31
	9,65%	R\$ 269,82

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		
A Módulo 1 - Composição Remuneração	Valor (R\$)	
B Módulo 2 - Benefícios Mensal e Diários	R\$ 1.441,67	
C Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, Equip., Materials, outros)	R\$ 468,15	
D Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 63,19	
Subtotal (A+B+C+D)	R\$ 875,19	
E Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.848,20	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 269,82	
	R\$ 3.118,02	

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI



ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PE002/2021		
TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI		
CNPJ: 17.695.001/0001-09		
Discriminação dos Serviços (dados referente à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/12/2021
B	UF	RIO DE JANEIRO
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2021/2022
D	Nº de meses de execução contratual	12
E	Convenções Coletivas de Trabalho	RJ000713/2021
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtde Total a contratar (em função da unidade de medida)
VIGIA NOTURNO 12X36HS	Posto	18

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	CBO – Classificação Brasileira de Ocupações	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.441,67
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	VIGIA NOTURNO 12X36HS
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/21

1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.441,67
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno $(R\$ 1.441,67 : 220hs = 6,55) * 20\% = 1,31) * 7 = 9,17) * 15(dias) = 137,61$		R\$ 137,61
E	Horas Extras		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intra jornada		
H	Outros		R\$ -
Total da Remuneração			R\$ 1.579,28

2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte $(R\$ 4,05 * 2 * 15 - (6\% * 1.441,67) = 35,00$	R\$ 35,00
B	Auxílio Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) $(R\$ 19,50 * 15 * 0,9) = 263,25$	R\$ 263,25
C	PCMSO/PPRA	R\$ -
D	Plano de Saúde	R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ -
F	Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 16,00
Total de Benefícios mensais e diário		R\$ 314,25

3	Módulo 3 - Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/Epi $(R\$ 594,00/12) = R\$ 49,50$	R\$ 49,50
B	Materiais	R\$ 7,39
C	Equipamentos/Utensílios	R\$ 6,30
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total Insumos Diversos		R\$ 63,19

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 288,33
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 21,63
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 14,42
D	INCRA	0,20%	R\$ 2,88
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 36,04
F	FGTS	8,00%	R\$ 115,33
G	Seguro Acidente	1,00%	R\$ 14,42
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,65
TOTAL		34,80%	R\$ 501,70





4.2 13º Salário e Adicional de Férias		
A 13º Salário	%	Valor (R\$)
B Adicional de Férias	8,33%	R\$ 131,55
Subtotal	2,78%	R\$ 43,90
	11,11%	R\$ 175,46

4.3 Afastamento Maternidade		
A Licença Maternidade	%	Valor (R\$)
B Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,32
TOTAL	0,01%	R\$ 0,16
	0,03%	R\$ 0,47

4.4 Provisão para Rescisão		
A Aviso Prévio Indenizado	%	Valor (R\$)
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,63
C Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,53
D Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	R\$ 2,66
E Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio trabalhado	1,94%	R\$ 30,64
F Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,68%	R\$ 10,66
TOTAL	0,08%	R\$ 1,23
	3,32%	R\$ 52,36

4.5 Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A Férias	%	Valor (R\$)
B Afastamento maternidade	8,330%	R\$ 131,55
C Licença Paternidade	0,61%	R\$ 9,63
D Ausências Legais	0,04%	R\$ 0,63
E Ausência por acidente de trabalho	2,20%	R\$ 34,74
F Outros (especificar)	0,27%	R\$ 4,26
TOTAL	0,00%	R\$ -
	11,45%	R\$ 180,83

4 Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
4.1 Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
4.2 13º Salário + Adicional de Férias	34,80%	R\$ 501,70
4.3 Afastamento Maternidade	11,11%	R\$ 175,46
4.4 Custo de Rescisão	0,03%	R\$ 0,47
4.5 Custo de Reposição do profissional Ausente	3,32%	R\$ 52,36
4.6 Outros (especificar)	11,45%	R\$ 180,83

5 Módulo 5 - Custos Indiretos e Tributos		
A Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Adm.)	%	Valor (R\$)
B Tributos	0,500%	R\$ 14,34
B.1 Tributos	8,65%	R\$ 244,27
B.2 PIS	8,65%	R\$ 244,27
B.3 COFINS	0,65%	R\$ 18,64
B.4 ISS	3,00%	R\$ 86,03
C Lucro	5,00%	R\$ 139,60
TOTAL	0,500%	R\$ 14,41
	9,65%	R\$ 273,01

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	
A Módulo 1 - Composição Remuneração	Valor (R\$)
B Módulo 2 - Benefícios Mensal e Diários	R\$ 1.579,28
C Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, Equip., Materiais, outros)	R\$ 314,25
D Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 63,19
Subtotal (A+B+C+D)	R\$ 910,82
E Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.867,54
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 273,01
	R\$ 3.140,55

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI



ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PE002/2021		
TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI		
CNPJ: 17.695.001/0001-09		
Discriminação do Serviço (dados referente à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/12/2021
B	UF	RIO DE JANEIRO
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2021/2022
D	Nº de meses de execução contratual	12
E	Convenções Coletivas de Trabalho	RJ000713/2021
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtde Total a contratar (em função da unidade de medida)
VIGIA DIURNO 12X36HS	Posto	18

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	CBO – Classificação Brasileira de Ocupações	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.441,67
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	VIGIA DIURNO 12X36HS
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/21

1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.441,67
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Horas Extras		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intra jornada		
H	Outros		R\$ -
	Total da Remuneração		R\$ 1.441,67

2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (R\$4,05*2*15 -(6%*1.441,67) = 35,00	R\$ 35,00
B	Auxílio Alimentação (Vales, cesta básica, etc.) (R\$19,50*15*0,9) = 263,25	R\$ 263,25
C	PCMSO/PPRA	R\$ -
D	Plano de Saúde	R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ -
F	Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 16,00
	Total de Benefícios mensais e diário	R\$ 314,25

3	Módulo 3 - Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/Epi (R\$ 594,00/12) = R\$49,50	R\$ 49,50
B	Materiais	R\$ 7,39
C	Equipamentos/Utensílios	R\$ 6,30
D	Outros (especificar)	R\$ -
	Total Insumos Diversos	R\$ 63,19

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 288,33
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 21,63
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 14,42
D	INCRA	0,20%	R\$ 2,88
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 36,04
F	FGTS	8,00%	R\$ 115,33
G	Seguro Acidente	1,00%	R\$ 14,42
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,65
	TOTAL	34,80%	R\$ 501,70





4.2 13º Salário e Adicional de Férias			
A	13º Salário	%	Valor (R\$)
B	Adicional de Férias	8,33%	R\$ 120,09
Subtotal		2,78%	R\$ 40,08
		11,11%	R\$ 160,17

4.3 Afastamento Maternidade			
A	Licença Maternidade	%	Valor (R\$)
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	0,02%	R\$ 0,29
TOTAL		0,01%	R\$ 0,14
		0,03%	R\$ 0,43

4.4 Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	%	Valor (R\$)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,06
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	R\$ 2,43
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio trabalhado	1,94%	R\$ 27,97
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,68%	R\$ 9,73
TOTAL		0,08%	R\$ 1,12
		3,32%	R\$ 47,80

4.5 Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente			
A	Férias	%	Valor (R\$)
B	Afastamento maternidade	8,330%	R\$ 120,09
C	Licença Paternidade	0,61%	R\$ 8,79
D	Ausências Legais	0,04%	R\$ 0,58
E	Ausência por acidente de trabalho	2,20%	R\$ 31,72
F	Outros (especificar)	0,27%	R\$ 3,89
TOTAL		0,00%	R\$ -
		11,45%	R\$ 165,07

4 Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	34,80%	R\$ 501,70
4.3	Afastamento Maternidade	11,11%	R\$ 160,17
4.4	Custo de Rescisão	0,03%	R\$ 0,43
4.5	Custo de Reposição do profissional Ausente	3,32%	R\$ 47,80
4.6	Outros (especificar)	11,45%	R\$ 165,07
5 Módulo 5 - Custos Indiretos e Tributos			
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Adm.)	%	Valor (R\$)
B	Tributos	0,500%	R\$ 13,47
B.1	Tributos	8,65%	R\$ 233,05
B.2	PIS	8,65%	R\$ 233,05
B.3	COFINS	0,65%	R\$ 17,51
B.4	ISS	3,00%	R\$ 80,83
C	Lucro	5,00%	R\$ 134,71
TOTAL		0,500%	R\$ 13,54
		9,65%	R\$ 260,06

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição Remuneração	R\$ 1.441,67
B	Módulo 2 - Benefícios Mensal e Diários	R\$ 314,25
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, Equip., Materiais, outros)	R\$ 63,19
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 875,17
Subtotal (A+B+C+D)		R\$ 2.694,28
E	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 260,06
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 2.954,34

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas

+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

À FAETEC/ COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Ref.:Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUMINENSE

Processo SEI nº 260005/002834/2020

Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro/ RJ –CEP: 21.311-280

- Habilitação Jurídica
- Regularidade Fiscal
- Regularidade Trabalhista
- Qualificação Econômico financeira
- Qualificação Técnica
- Declarações
- Planilha de Custos e Proposta Comercial

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA -

DECRETO nº 43.150, de 08/11 E DECRETO nº 43.687 de 07/12

Ao Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 200105856 e do CPF n.º 109.662.037-55, para fins do disposto no **item 14.3 do Edital PE 002/2021**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do **Edital PE 002/2021-R1** foi elaborada de maneira independente (**pelo Licitante**), e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 002/2021- R1**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Edital PE 002/2021- R1** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 002/2021- R1**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 002/202- R1** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 002/2021- R1** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 002/2021- R1** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 002/2021- R1** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FAETEC antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que as informações prestadas são verdadeiras, e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, quaisquer documentos comprobatórios necessários cuja finalidade esteja inserida no contexto do objeto da referida licitação; e
- g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva

CPF: 109.662.037-55

RG: 20.010.585-6 Detran/RJ

Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas

+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

ANEXO IV**DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93****Ao Pregoeiro****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE****Processo SEI nº 260005/002834/2020**

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas

+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

ANEXO V**DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO
A LEI ESTADUAL Nº 7.258/2016****Ao Pregoeiro****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE****Processo SEI nº 260005/002834/2020**

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, **DECLARA**, para fins do disposto no **Lei Estadual nº 7.258/16**, que dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de 2%, na medida em que atualmente conta com 4 (quatro) empregados.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva

CPF: 109.662.037-55

RG: 20.010.585-6 Detran/RJ

Procurador

12

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA
LEI Nº 11.488, DE 2007**

Ao Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE

Processo SEI nº 260005/002834/2020

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 200105856 e do CPF n.º 109.662.037-55, **DECLARA** que é, empresa de pequeno porte, enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br**ANEXO XII****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO
OBJETO CONTRATUAL****Ao Pregoeiro****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE****Processo SEI nº 260005/002834/2020**

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 200105856 e do CPF n.º 109.662.037-55, **DECLARA** que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELIJosé Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas**+55 (21) 3842-5634**
contato@grupotapevas.com.br**Ao Pregoeiro****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE****Processo SEI nº 260005/002834/2020****DECLARAÇÃO**

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, CNPJ nº 17.695.001/0001-09, por intermédio do seu procurador o Sr. **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55 **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do inciso V do art. 10 do Decreto Estadual nº 31.864, de 16 de setembro de 2002, em conformidade com o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002 que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado. FICO CIENTE, através desse documento, que declarar fato que se sabe ser inverídico, com a finalidade de fraudar licitação pública, pode vir a constituir crime apurável pelo Ministério Público na forma da Lei, bem como nas penalidades previstas no Portal de Compras do Governo Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELIJosé Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



Ao Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE


Processo SEI nº 260005/002834/2020

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, CNPJ nº 17.695.001/0001-09, sediada na Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, por intermédio do seu procurador o Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade n.º 200105856 e do CPF n.º 109.662.037-55, **DECLARA** ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2021-R1. **DECLARA**, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que foi dado acesso as dependências das unidades do objeto dessa licitação, por meio da cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes no Termo de Referência e Edital.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI


José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas**+55 (21) 3842-5634**
contato@grupotapevas.com.br**Ao Pregoeiro****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE****Processo SEI nº 260005/002834/2020****DECLARAÇÃO**

A empresa **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, Declarar, que, caso seja declarada vencedora, comprovará, na data de assinatura do contrato, possuir representação dotada de infraestrutura técnica e operacional adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços a serem contratadas.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELIJosé Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador

Ao Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DECLARAÇÃO

A empresa **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade n.º 200105856 e do CPF n.º 109.662.037-55, Declarar, que possui instalações e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação e a equipe técnica que se responsabilizará pelos serviços será:

Tatiane Paz – Diretora Geral

Gabriel Silva – Diretor Comercial

Angelo Siqueira – Diretor Operacional

Charles Gomes – Diretor Contábil

Livia Lemos – Coordenadora Administrativo e Responsável Técnico

Viviane Barros Nogueira – Responsável Técnico Administrativo

Carlos Ferreira – Assistente Operacional

Patrícia Pimentel – Analista de DP

Aline Correa – Analista de RH

Marilia Almeida – Assistente Administrativa

Andressa de Oliveira – Auxiliar Administrativo

Paulo Micheli Moutinho Júnior – Advogado

Rodrigo da Silva Ribeiro Baptista- Advogado

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.


TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador

Ao Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE VIII CENTRO SUL FLUNINENSE**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DECLARAÇÃO

A empresa TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, vem por meio desta, declarar o Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	2.155.490,29
Valor do Item	2.567.305,91
Percentual do Valor do Item em Relação ao Patrimônio (Patrimônio Líquido*100/Valor do Item)	83,95%

Desta forma o Patrimônio Líquido é maior que 10% (dez por cento) do valor da contratação, conforme balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do exercício social de 2020.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva

CPF: 109.662.037-55

RG: 20.010.585-6 Detran/RJ

Procurador

Charles Gomes Pereira

Contador

CRC 0717190-2

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Ao Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE I ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Processo SEI nº 260005/002834/2020

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas as seguintes sanções, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva

CPF: 109.662.037-55

RG: 20.010.585-6 Detran/RJ

Procurador

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Des. Cível do P. do Rio de Janeiro - 1ª. Var. C. - Juiz de Direito - Duque de Caxias - RJ - Fone: (21) 3721-2223 / 3723-1114
Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA:
JOSE GABRIEL DA SILVA.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,06 - FETJ: 1,21 - FUNPERJ: 0,30
FUNDPERJ: 0,30 - FUNARREN: 0,24 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,31 - Valor: R\$8,54
Em test. de verdade. Conf por:
MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79057 QTR



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1- LOTE I ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 17.695.001/0001-09, inscrição estadual nº 86.52876.2, estabelecida em Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, representada pelo seu procurador Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 e do CPF nº 109.662.037-55, **DECLARA** ter designado o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s) como responsável(is) técnico(s) pela empresa, de acordo com o objeto contratado.

Nome: Livia Lemos de Moraes Seixas
Especialidade: Administradora

CRA nº 20-92811
Data de Registro 25/10/2018

Assinatura RT:

Livia Lemos de Moraes Seixas

Nome: Viviane Barros Nogueira
Especialidade: Administradora

CRA nº 20-96595
Data de Registro 13/11/2020

Assinatura RT:

Viviane Barros Nogueira

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
CPF: 109.662.037-55
RG: 20.010.585-6 Detran/RJ
Procurador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.695.001/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/03/2013
NOME EMPRESARIAL TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		FORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas 01.61-0-02 - Serviço de poda de árvores para lavouras 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 55.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO ROD WASHINGTON LUIZ	NUMERO 2550	COMPLEMENTO SALA 502
CEP 25.085-008	BAIRRO/DISTRITO VILA SAO LUIZ	MUNICÍPIO DUQUE DE CAXIAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@GRUPOTAPEVAS.COM.BR		UF RJ
TELEFONE (21) 3842-5634		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/03/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/10/2021 às 11:38:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.895.001/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/03/2013
NOME EMPRESARIAL TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 91.02-3-02 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO ROD WASHINGTON LUIZ	NÚMERO 2550	COMPLEMENTO SALA 502
CEP 25.085-008	BAIRRO/DISTRITO VILA SAO LUIZ	MUNICÍPIO DUQUE DE CAXIAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@GRUPOTAPEVAS.COM.BR		UF RJ
TELEFONE (21) 3842-5634		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/03/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/10/2021 às 11:38:48 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

24

**12ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
CNPJ Nº 17.695.001/0001-09
NIRE Nº 336.0004543-6**

O abaixo assinado **TATIANE FERREIRA PAZ**, brasileira, solteira, empresária, portadora da identidade nº 209550839 DIC/RJ e CPF nº 391.523.458-31, residente e domiciliada na Rod. Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, único e atual titular e componente da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que gira nesta praça sob o nome empresarial de **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, com sede na Rodovia Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro, sob o NIRE 336.0004543-6, arquivado em 06/03/2013 e inscrita no CNPJ sob o nº 17.695.001/0001-09, resolve, na melhor forma de direito e consoante com o artigo 1.033 e 980-A da Lei nº 10.406/02, e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e transformar o Ato Constitutivo da empresa, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO SOCIAL

Seu Objeto Social Será Instalação e manutenção elétrica; Imunização e Controle de Pragas Urbanas; Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimos; Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Escritório; Atividades Paisagísticas; Comércio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Novos; Comércio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Usados; Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio Atacadista de Livros, Jornais e Outras Publicações; Comércio Atacadista de Outros Equipamentos e Artigos de Uso Pessoal e Doméstico Não Especificados Anteriormente; Construção de Edifícios; Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente Para Empresas; Impermeabilização em Obras de Engenharia Civil; Serviços de Limpeza em Prédios e em Domicílios; Locação de Automóveis Sem Condutor; Obras De Urbanização Ruas, Praças e Calçadas; Outras Atividades De Serviços Prestados Principalmente às Empresas Não Especificadas Anteriormente; Outros Transportes Rodoviários de Passageiros Não Especificados Anteriormente; Serviços Auxiliar, Preparação de Documentos e Serviços Especializados de Apoio Administrativo Não Especificados Anteriormente; Restauração e Conservação e Lugares E Prédios Históricos, Serviços de Manutenção em Geral; Serviço de Poda de Árvores para Lavouras, Serviços de Jardinagem, Roçador; Serviço de Pulverização e Controle de Pragas Agrícolas; Serviço de Transporte de Passageiros - Locação De Automóveis Com Motorista; Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo, Serviços de Supervisão, Fiscalização, Vigia, Portaria, Copeiragem e Mensageiro; Serviços de Manutenção e Reparação Elétrica de Veículos Automotores; Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica de Veículos Automotores; Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas; Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, Sob Regime de Fretamento, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais; Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás; Instalação e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/945901-0 Data do protocolo: 27/08/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/08/2021 SOB O NOME 00004445901 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 31BE94C93AC005C4CB9C00BEC58E900753AEB1E517B41A91EB66A5FB774F95F6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 3/7

26

Manutenção de Sistemas Centrais de Ar Condicionado, de Ventilação e Refrigeração; Serviços de Pintura de Edifícios em Geral; Comércio Varejistas de Materiais de Construção em Geral.

DIANTE DAS ALTERAÇÕES HAVIDAS O TITULAR VEM A SEGUIR CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL QUE PASSARÁ A REGER-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA SEDE

A empresa terá sede na Rodovia Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, podendo ser transferida para qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A empresa girará sob o nome empresarial: **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETIVO SOCIAL

Seu Objeto Social Será Instalação e manutenção elétrica; Imunização e Controle de Pragas Urbanas; Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimas; Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Escritório; Atividades Paisagísticas; Comércio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Novos; Comércio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Usados; Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos Para Veículos Automotores; Comércio Atacadista de Livros, Jornais e Outras Publicações; Comércio Atacadista de Outros Equipamentos e Artigos de Uso Pessoal e Doméstico Não Especificados Anteriormente; Construção de Edifícios; Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente Para Empresas; Impermeabilização em Obras de Engenharia Civil; Serviços de Limpeza em Prédios e em Domicílios; Locação de Automóveis Sem Condutor; Obras De Urbanização Ruas, Praças e Calçadas; Outras Atividades De Serviços Prestados Principalmente às Empresas Não Especificadas Anteriormente; Outros Transportes Rodoviários de Passageiros Não Especificados Anteriormente; Serviços Auxiliar, Preparação de Documentos e Serviços Especializados de Apoio Administrativo Não Especificados Anteriormente; Restauração e Conservação e Lugares E Prédios Históricos, Serviços de Manutenção em Geral; Serviço de Poda de Árvores para Lavouras, Serviços de Jardinagem, Roçador; Serviço de Pulverização e Controle de Pragas Agrícolas; Serviço de Transporte de Passageiros - Locação De Automóveis Com Motorista; Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo, Serviços de Supervisão, Fiscalização, Vigia, Portaria, Copeiragem e Mensageiro; Serviços de Manutenção e Reparação Elétrica de Veículos Automotores; Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica de Veículos Automotores; Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas; Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, Sob Regime de Fretamento, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais; Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás; Instalação e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/945901-0 Data do protocolo: 27/08/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/08/2021 SOB O NÚMERO 00004445901 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 31BE94C92AC005C4CB9C00BEC58E900753AEB1E517B41A91DB66A5FB774F95F6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 4/7

27

Manutenção de Sistemas Centrais de Ar Condicionado, de Ventilação e Refrigeração; Serviços de Pintura de Edifícios em Geral; Comércio Varejistas de Materiais de Construção em Geral.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, é de R\$ 1.880.000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta mil reais), totalmente subscrita e já integralizados neste ato em moeda corrente do país, representados por 1.880.000 (um milhão, oitocentos e oitenta mil) quotas no valor nominativo de R\$ 1,00 (Um real) cada.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular da pessoa jurídica é limitada ao capital integralizado, de forma que ele não responde pelas dívidas da EIRELI, salvo se houver parcela do capital que não estiver integralizado (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA DA SOCIEDADE

A administração e gerência da empresa serão exercidas por **TATIANE FERREIRA PAZ** com amplos poderes de direção e representação da EIRELI.

CLÁUSULA OITAVA: DO EXERCÍCIO SOCIAL

O encerramento do exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano, elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros e perdas apurados (art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo único - Poderá a empresa distribuir resultados em período inferior ao anual, desde que comprovado o lucro em balanço contábil especialmente levantado para tanto.

CLÁUSULA NONA: DELIBERAÇÃO SOCIAL

TATIANE FERREIRA PAZ declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TAFEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/945901-0 Data do protocolo: 27/08/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/08/2021 SOB O NÚMERO 00004445901 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 31BE94C92AC005C4CB9C00BEC50E900752AEB1E517B41A91DB6E45FB774F95F6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 5/7

28

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2021.

TATIANE FERREIRA PAZ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/945901-0 Data do protocolo: 27/08/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/08/2021 SOB O NUMERO 00004445901 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 31BE94C92AC005CACB9C00BEC50E900752AEB1E517B41A91DB66A5FB774F95F6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 5/7

h
19



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, NIRE 33.6.0004543-6, PROTOCOLO 00-2021/945901-0, ARQUIVADO EM 30/08/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004445901, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
391.523.458-31	TATIANE FERREIRA PAZ

30 de agosto de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/945901-0 Data do protocolo: 27/08/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/08/2021 SOB o NÚMERO 00004445901 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 31BE94C92AC005C4CB9C06BEC50E900752AEB1E517B41A91DB66A5FB774F95F6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 7/7

30 A

31 



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0004543-6

Tipo Jurídico

Empresário Individual com Responsabilidade Limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2021/002822-0

06/01/2021 17:29:28

JUCERJA

Último arquivamento:

00003875407 - 20/05/2020

NIRE: 33.6.0004543-6

2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Boleto(s): 103573199

Hash: 01B1EF69-E303-4D67-AF46-E945F61355EB

Orgão	Calculado	Pago
Junta	352,00	352,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	020	1	Alteração / Alteração de Nome Empresarial
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	JOSE GABRIEL DA SILVA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	21996332757
E-mail:	2gcomercioeservicos@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	06/01/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

06/01/2021

Data



00-2021/002822-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Nome Novo: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 33.6.0004543-6 Protocolo: 00-2021/002822-0 Data do protocolo: 06/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/01/2021 SOB O NÚMERO 00003994375 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 834B9FA3F1C48E43B7ADD3AE5C5F6C7D4C27D348579BE6729E51E6AC244E57E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/7

**8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 17.695.001/0001-09
NIRE Nº 336.0004543-6**

O abaixo assinado **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, brasileiro, empresário, solteiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 28/03/1985, CPF nº 109.662.037-55, documento de identidade 200105856 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rodovia Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, único e atual titular e componente da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que gira nesta praça sob o nome empresarial de **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Rodovia Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro, sob o NIRE 336.0004543-6, arquivado em 06/03/2013 e inscrita no CNPJ sob o nº 17.695.001/0001-09, resolve, na melhor forma de direito e consoante com o artigo 1.033 e 980-A da Lei nº 10.406/02, e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e transformar o Ato Constitutivo da empresa, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

Nesta data, a empresa girará sob o nome empresarial: **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**.

DIANTE DAS ALTERAÇÕES HAVIDAS O TITULAR VEM A SEGUIR CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL QUE PASSARÁ A REGER-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA SEDE

A empresa terá sede na Rodovia Washington Luiz 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, CEP: 25.085-008, podendo ser transferida para qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A empresa girará sob o nome empresarial: **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETIVO SOCIAL

Seu Objeto Social Será 8122200-Imunização E Controle De Pragas Urbanas; 7732201-Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimos; 7733100 - Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Escritório; 8130300 - Atividades Paisagísticas; 4511101 - Comércio A Varejo De Automóveis, Camionetas E Utilitários Novos; 4511102 - Comércio A Varejo De Automóveis, Camionetas E Utilitários Usados; 4530703 - Comércio A Varejo De Peças E Acessórios Novos Para Veículos Automotores; 4647802 - Comércio Atacadista De Livros, Jornais E Outras Publicações; 4649499 - Comércio Atacadista De Outros Equipamentos E Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente; 4120400 - Construção De Edifícios; 5620101 - Fornecimento De

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Nome Novo: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/002822-0 Data do protocolo: 06/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/01/2021 SOB O NÚMERO 00003994375 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 834B9FA3F1C48E43B7ADDF3AE5C5F6C7D4C27D348579BE6729E51E6AC244E57E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, Informe o nº de protocolo.



Alimentos Preparados Preponderantemente Para Empresas; 4330401 - Impermeabilização Em Obras De Engenharia Civil; 8121400 - Limpeza Em Prédios E Em Domicílios; 7711000 - Locação De Automóveis Sem Condutor; 4213800 - Obras De Urbanização - Ruas, Praças E Calçadas; 8299799 - Outras Atividades De Serviços Prestados Principalmente Às Empresas Não Especificadas Anteriormente; 4929999 - Outros Transportes Rodoviários De Passageiros Não Especificados Anteriormente; 8219999 - Preparação De Documentos E Serviços Especializados De Apoio Administrativo Não Especificados Anteriormente; 9102302 - Restauração E Conservação De Lugares E Prédios Históricos; 0161002 - Serviço De Poda De Árvores Para Lavouras; 0161001 - Serviço De Pulverização E Controle De Pragas Agrícolas; 4923002 - Serviço De Transporte De Passageiros - Locação De Automóveis Com Motorista; 8211300 - Serviços Combinados De Escritório E Apoio Administrativo; 4520003 - Serviços De Manutenção E Reparação Elétrica De Veículos Automotores; 4520001 - Serviços De Manutenção E Reparação Mecânica De Veículos Automotores; 8230001 - Serviços De Organização De Feiras, Congressos, Exposições E Festas; 4929902 - Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Sob Regime De Fretamento, Intermunicipal, Interestadual E Internacional; 4930202 - Transporte Rodoviário De Carga, Exceto Produtos Perigosos E Mudanças, Intermunicipal, Interestadual E Internacional.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), já integralizados anteriormente.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular da pessoa jurídica é limitada ao capital integralizado, de forma que ele não responde pelas dívidas da EIRELI, salvo se houver parcela do capital que não estiver integralizado (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA DA SOCIEDADE

A administração e gerência da empresa serão exercidas por JOSÉ GABRIEL DA SILVA com amplos poderes de direção e representação da EIRELI.

CLÁUSULA OITAVA: DO EXERCÍCIO SOCIAL

O encerramento do exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano, elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros e perdas apurados (art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo único - Poderá a empresa distribuir resultados em período inferior ao anual, desde que comprovado o lucro em balanço contábil especialmente levantado para tanto.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Nome Novo: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/002822-0 Data do protocolo: 06/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/01/2021 SOB O NÚMERO 00003994375 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 834B9FA3F1C40E43B7ABDF9AE5C5F6C7D4C27D340579BE6729E51E6AC244E57E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pág. 4/7

34

CLÁUSULA NONA: DELIBERAÇÃO SOCIAL

JOSÉ GABRIEL DA SILVA declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma

outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de

defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Rio de Janeiro, 06 de Janeiro de 2021.

JOSÉ GABRIEL DA SILVA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Nome Novo: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/002922-0 Data do protocolo: 06/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/01/2021 SOB O NÚMERO 00003994375 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 834B9FA3F1C48E43B7ADD3AE5C5F6C7D4C27D348579BE6729E51E6AC244E57E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 5/7

35



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2000244470

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.695.001/0001-09
--	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

220 Alteracao do nome empresarial (firma ou denominacao)

Número de Controle: RJ35621753 - 17695001000109

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE GABRIEL DA SILVA	CPF 109.662.037-55
LOCAL	DATA 06/01/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 17.695.001/0001-09

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI, NIRE 33.6.0004543-6, PROTOCOLO 00-2021/002822-0, ARQUIVADO EM 07/01/2021, SOB O NÚMERO (S) 00003994375, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
109.662.037-55	JOSE GABRIEL DA SILVA

07 de janeiro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Nome Novo: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

NIRE: 336.0004543-6 Protocolo: 00-2021/002822-0 Data do protocolo: 06/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/01/2021 SOB O NÚMERO 00003994375 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 834B9FA3F1C40E43B7ADDFAE5C5F6C7D4C27D348579BE6729E51E6AC244E57E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 1/1

37

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.955.083-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/10/2016

NOME TATIANE FERREIRA PAZ

TIPO DE TITULO DEVISON CARLOS SANTOS PAZ

NATURALIDADE HILDA CRISTINA FERREIRA PAZ

DUQUE DE CAXIAS/RJ DATA DE NASCIMENTO 31/03/1989

DOC. ORDEM C. NASC LIV A 184 FLS 159 TERM 61.313 C 001 RJ

DUQUE DE CAXIAS

CIF 391.523.458-31

001 2 VII

0233

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

0233

Polegar Direito

Tatiane J. Paz

Assinatura da Titular

CARTERA DE IDENTIDADE

3º Ofício de Justiça

RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR TITULAR

Rua Côrde de Petrópolis, 24 - Lj. A - 1º andar - Centro - Duque de Caxias - RJ - CEP: 20.955-000

080647836575

CERTIFICO e dou fe que a presente cópia reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.

EMOL: 6,25 FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31

FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESAG: 0,120

ISS: 0,32 - Valor: R\$ 8,81

Em test. da verdade. Conf por: MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em: <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

Selo: EDZV78992 LTH

1º

OFÍCIO DE JUSTIÇA

DUQUE DE CAXIAS

TITULAR: MARIA BARBARA TOLEDO ANDRADE E SILVA

Procuração bastante que faz, TAPEVAS
SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, na forma
abaixo:

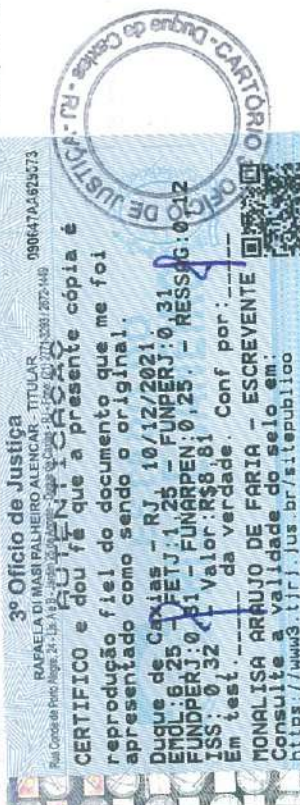
LIVRO 545
FLS 13
Ato nº 10
TRASLADO

Saibam os que este público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte e nove 29º dias do mês de Outubro, no ano de dois mil e vinte e um (2021), na cidade DUQUE DE CAXIAS, Estado do Rio de Janeiro, na sede do CARTORIO 1 OFICIO DE DUQUE DE CAXIAS, situado (a) na(o) PCA ROBERTO SILVEIRA, 23, perante mim, NALU GONZAGA DIAS, compareceu a outorgante abaixo descrita e qualificada, por mim identificada, conforme documentos mencionados, do que dou fé, sendo-me dito que por este público instrumento a outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador, adiante denominado e qualificado. Outorgante: **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.695.001/0001-09, NIRE - 336.0004543-6, com endereço comercial Rodovia Washington Luiz nº 2.550 sala 502 Vila S ao Luiz, cidade de DC-RJ- CEP- 25085-008, neste ato representada por **TATIANE FERREIRA PAZ**, brasileira, solteira, maior, empresária, natural de Duque de Caxias-RJ, nascida em 31/03/1989, filha de Devison Carlos Santos Paz e de Hilda Cristina Ferreira Paz, portadora da carteira de Identidade nº 20.955.083-9 expedida pelo DETRAN-RJ em 31/10/2016, inscrita no CPF-MF sob o nº 391.523.458-31, com endereço comercial na Rod. Washington Luiz nº 2.550 sala 502, Vila São Luiz, neste Município, tudo conforme 12ª alteração contratual da outorgante datada de 26/08/2021. Outorgado: **JOSE GABRIEL DA SILVA**, empresário, solteiro, portador da identidade nº 04084357860 expedida pelo(a) DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob nº 109.662.037-55, endereço comercial na Rod Washington Luiz n. 2.550 sala 502, Vila São Luiz, neste Município. A quem confere AMPLOS PODERES para ADMINISTRAR a firma outorgante junto a repartições Publicas de modo em geral, inclusive Sindicatos, Prefeituras, Cartórios de Notas e RGI, Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro, Receita Federal e ICP para emissão de CERTIFICADO DIGITAL, Detran, Procon, Juizado Especial, Foro, Corpo de Bombeiros, Ministério da Fazenda e onde mais com esta se apresentar e for necessário, pagar taxas, impostos, requerer, recorrer, transigir e transitar com papeis de modo em geral, resolver tudo em defesa dos direitos e interesses da firma outorgante, representa-la junto a QUAISQUER INSTITUIÇÕES BANCARIAS, inclusive CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL, BRADESCO, ITAU E SANTANDER- em qualquer uma de suas agencias, abrir, movimentar e encerrar contas correntes ou poupanças, cartões magnéticos com as devidas senhas, depositar, sacar, ver saldo e extrato de contas, requisitar, receber e movimentar talões de cheques, assinar os mesmos, fazer recadastramentos, recadastrar e alterar senhas, fazer investimentos, prestação de serviços, alterações contratuais, assinando contratos necessários com as clausulas e solenidades de estilo, documentos particulares, dar entrada e saída em processos, preencher e assinar formulários e requerimentos, apresentar provas, cumprir exigências, prestar esclarecimentos verbais ou escritos, contratar ADVOGADOS com poderes das clausulas AD JUDICIA ET EXTRA para o Foro em Geral, enfim, praticar os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, podendo inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes. LAVRADA CONFORME MINUTA FORNECIDA PELA OUTORGANTE. Certifico que pelo presente ato são devidas as custas no valor de Tab. 16,4,* R\$ 11,63 Tab. 16,5,* R\$ 26,96 Tab. 22,2,B R\$ 275,30 Emolumentos R\$ 313,89 - FETJ (Lei 3217/99) R\$ 62,77 - FUNPERJ (Lei 4664/05) R\$ 15,69 - FUNPERJ (Lei 111/06) R\$ 15,69 - Funarpen R\$ 12,55 - Pmcmv R\$ 5,50 - Iss R\$ 15,96 - Distribuição R\$ 30,28 - Valor Total R\$ 472,33. Eu, NALU GONZAGA DIAS, ESCRIVENTE, lavrei e li o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu, Ricardo Viola Tinoco, Substituto da Tabela, subscrevo e assino.

Tatiane F. Paz
REPRESENTANTE DA TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI;



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ZDYU 73396 ZLM
Consulte a validade do selo em:
www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/c



AAA 022752255

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
ARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1437189720

PROIBIDO PLASTIFICAR
1437189720

Nome: JOSE GABRIEL DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 200105856DLCRJ

CPF: 109.662.037-55 DATA NASCIMENTO: 28/03/1985

FILIAÇÃO: JOSE ANTONIO DA SILVA
MARIA LUIZINETE SANTOS DA SILVA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 04084357860 VALIDEZ: 15/03/2022 1ª HABILITAÇÃO: 24/04/2007

OBSERVAÇÕES: EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: GUAPIMIRIM, RJ DATA EMISSÃO: 16/03/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

51655839318
RJ520.344871

RIO DE JANEIRO

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A-8-B - Centro - 20.040-000 - Rio de Janeiro - RJ - Fone: (21) 7771-0200 / 7771-0448

090647AA623574

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.

EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81

Em test. da verdade. Conf por: MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV78996 YX0

3º Ofício de Justiça - Cartório



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Número da Inscrição Municipal	Número do Processo	CNPJ da Empresa
99112112	RJP2100012018	17.695.001/0001-09

Data de Emissão	Data do Início da Atividade
17/02/2021	06/03/2013

Nome da Empresa
TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

Endereço da Empresa
ROD WASHINGTON LUIZ, 02550 , SALA:502 – VILA SAO LUIZ – CEP: 25085008

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de baixo risco B. | [2] Atividade de baixo risco A – Dispensada de Licenciamento. | [6] Atividade de alto risco.

Atividade Econômica Principal
8211300 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO

Atividades Secundárias
4649499 [6] – COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
9102302 [2] – RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS
8299799 [2] – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8230001 [2] – SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
8219999 [2] – PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
8130300 [2] – ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
8122200 [6] – IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
8121400 [2] – LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS
7733100 [2] – ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
7732201 [2] – ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
5620101 [6] – FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS
0161001 [6] – SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
4647802 [6] – COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
4530703 [2] – COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
4520003 [6] – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4520001 [6] – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4511102 [1] – COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS
4511101 [1] – COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS
4330401 [6] – IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
4213800 [6] – OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4120400 [6] – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
0161002 [6] – SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES PARA LAVOURAS

Observação
A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento de regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção a saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões, que seguirão legislações específicas, tanto na esfera Municipal, quanto nas esferas Estadual e Federal, especialmente MEIs, MEs e EPPs, com fulcro na Lei 2.884/2017.

49

Observação

É dispensada a renovação do Alvará de Localização e Funcionamento, bem como a emissão do cartão de inscrição municipal nos termos do Art. 154, § 1º, da Lei nº 1664/2002





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI
CNPJ: 17.695.001/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:47 do dia 04/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/05/2022.

Código de controle da certidão: **C6F6.17DF.78EE.5749**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

43

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.695.001/0001-09

Razão Social: TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELEI

Endereço: ROD WASHINGTON LUIZ 2550 SALA 502 / PARQUE DUQUE / DUQUE DE
CAXIAS / RJ / 25085-008

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/11/2021 a 25/12/2021

Certificação Número: 2021112600520631998538

Informação obtida em 01/12/2021 11:57:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

44 B



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 10-2021/872392

Código de verificação de autenticidade: 46129799499dcda085a78df43c3971d2

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 17.695.001/0001-09	CAD-ICMS: Desativada
NOME / RAZÃO SOCIAL: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 05/10/2021 ÀS 09:59:44 VÁLIDA ATÉ: 03/01/2022</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido 111111/2021, que no período de 1977 até 04/08/2021 **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI

CNPJ: 17.695.001/0001-09 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: S7HW.5210.8071.4A90

Esta certidão tem validade até 01/02/2022, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 05/08/2021 às 10:49:34.6, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 05/08/2021 às 14:49:04.7

48 A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

Página: 1/1

AL Esmeralda, nº, Jardim Primavera - 25215-260
Email:iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone:(21)-2773-6241

Nº: 102476/2021

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - MOBILIÁRIA

10018700944912021111044277

NOME TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI		CÓDIGO DO CADASTRO 94491
CPF/CNPJ 17.695.001/0001-09	RG/INSCR. ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 99112112
MATRICULA	QUADRA	LOTE
ENDEREÇO Rod Washington Luiz, 2550, - Complemento : SALA 502 - Bairro : Vila Sao Luiz - Duque de Caxias/RJ		
FINALIDADE Regularidade Municipal		
OBSERVAÇÃO:		

Emissão: 27/10/2021.

Impressão: 27/10/2021.

Validade: 25/01/2022.

Observações

Certifico que até a presente data os DÉBITOS ENCONTRAM-SE SENDO PAGOS REGULARMENTE para o contribuinte acima identificado. Fica ao município o direito de cobrança e fiscalização a quaisquer débitos que vierem a ser verificados posteriormente, acrescidos das penalidades cabíveis, conforme art. 273 C.T.M..Essa certidão inclui TAXAS, ISS, IPTU E Dividas Ativa, na forma do art. 2º, inc. IV da portaria 007/GS/SMF/2016.

Roberto Muri P. Junior
Diretor de Arrecadação Tributária
Matrícula: 37.288-9

A certidão somente terá validade quando não apresentar rasuras, emendas, ou borrões, ficando condicionada a veracidade da mesma, exclusivamente, pelo aceitante no endereço eletrônico: <http://www.tributosnet.com.br/duquedecaxias/portal>

Emitido por: - 27/10/2021



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2021.493.21560

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, CNPJ/CPF nº 17.695.001/0001-09, **CERTIFICO**, para fins de prova em **Licitação Pública** que, de acordo com o artigo noventa e oito, item dezessete, da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), baixada em complementação à Resolução número um, de vinte e um de março de mil novecentos e setenta e cinco, do mesmo Tribunal, os **Ofícios de Justiça da Comarca de DUQUE DE CAXIAS** são em número de sete, competindo ao: **1º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição (2º Distrito); **2º Ofício** - tabelião de notas e oficial privativo dos registros de títulos e documentos, de protesto de títulos, registro civil de pessoas jurídicas; **3º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição (3º Distrito); **4º Ofício** - tabelião de notas; **5º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição (parte do 1º Distrito situado à margem direita do eixo da linha férrea de quem se dirige para Imbariê); **6º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição (parte do 1º Distrito situado à margem esquerda do eixo da linha férrea de quem se dirige para Imbariê); **7º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição (4º Distrito). **CERTIFICO** ainda, que, compete ao **RCPN da 1ª Circunscrição do 1º Distrito**, o Registro Civil de Pessoas Naturais e Registro de Interdições e Tutelas; absorveu as atribuições e acervos do RCPN da 2ª Circunscrição do 1º Distrito. Em conformidade com os artigos doze e quatorze do Capítulo três da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, na **Comarca de DUQUE DE CAXIAS**, existe apenas **um Cartório de Distribuição** com atribuições cumulativas de Contador e de Partidor. **DUQUE DE CAXIAS CENTRAL DIST CALC PART AVAL**: Rua General Dionísio, 764 sala 109 e 303 anexo - Jardim Vinte e Cinco de Agosto;

A seguir os respectivos endereços dos serviços: **DUQUE DE CAXIAS 01 OF DE JUSTICA**: Praça Roberto Silveira, 23 ; **DUQUE DE CAXIAS 03 OF DE JUSTICA**: RUA CONDE DE PORTO ALEGRE, 24 LOJAS A e B; **DUQUE DE CAXIAS 04 OF DE JUSTICA**: Rua Conde de Porto Alegre, 15 Loja 11 - 25 de Agosto; **DUQUE DE CAXIAS 06 OF DE JUSTICA**: Av. Presidente Vargas, 187 ljs 12 e 13; **DUQUE DE CAXIAS 07 OF DE JUSTICA**: PRACA ROBERTO SILVEIRA, 11 ; **DUQUE DE CAXIAS RCPN 01 DISTR 01 CIRC**: AV. GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA, 1.436 LOJA H - Centro.

Observações:

- As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 25/10/2021 16:21:41.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 9243560860039



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DISTRIBUIDOR DE DUQUE DE CAXIAS
Rua General Dionísio, 764
CEP: 25.075-095 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto - Duque de
Caxias - RJ

Folha: 1 de 1

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDVU97575-PFB
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/portalpublico>



CERTIDÃO

2021.0900497.562-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de contas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:

vinte e cinco de outubro de dois mil e um até vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um,
NADA CONSTA no(s) nome(s) de TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI e CNPJ: 17.695.001/0001-09, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2021.0900497.562-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - LICITAÇÃO PÚBLICA.

ALVARO MARCELO DE AMORIM - Matr. 17056 - ANALISTA JUDICIARIO deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/10/2021 15:41:24

Duque de Caxias, 25 de outubro de 2021.

Emolumentos
Gratuito/Isento

- ✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ n° 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar da sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.695.001/0001-09

Certidão nº: 26932894/2021

Expedição: 01/09/2021, às 10:51:11

Validade: 27/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.695.001/0001-09, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

50



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI**

CPF/CNPJ: **17.695.001/0001-09**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:54:42 do dia 08/12/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **O3CM081221115442**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO

Requerente: **TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI**

CNPJ: **17.695.001/0001-09**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** dos sistemas de informação deste Tribunal nenhum processo no qual **TAPEVAS SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI**, CNPJ 17.695.001/0001-09, figure como responsável ou interessado.

A presente Certidão não abrange pesquisa na base de dados dos processos administrativos do Tribunal de Contas da União.

Certidão emitida às 11h54min08 do dia 08/12/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/verificaCertidao.faces>

Código de controle da certidão: V6C8.6B21.A8LB.AMT8

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

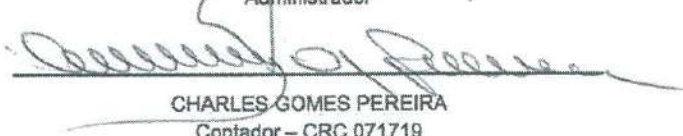
TERMO DE ABERTURA

O presente Livro, com 187 folhas eletronicamente numeradas de 1 a 187, com número de ordem 8 e se destina ao livro G - Diário Geral, da empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, NIRE 33.6.0004543-6, de 06/03/2013 CNPJ 17.695.001/0001-09, no município de Duque de Caxias.

Data de encerramento do exercício social 31/12.

Duque de Caxias, 15 de outubro de 2021.


JOSE GABRIEL DA SILVA
Administrador


CHARLES GOMES PEREIRA
Contador - CRC 071719

 Junta Comercial do
Estado do Rio de Janeiro

Nome: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
Protocolo: 00-2021/306147-3 NIRE: 33.6.0004543-6

Certifico a exatidão dos termos de abertura e encerramento do livro G - Diário Geral nº 8
registrados sob o número 00004546492.

Data: 20/10/2021

00-2021/306147-3

Sebastião Viana Nêta
Matr. 071719

3º Ofício de Justiça

RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A - B - Centro - Duque de Caxias - RJ - CEP: 22020-000 - Fone: (21) 2773-9293 / 2072-1448

POTENCIALIZADO

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.

EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81

Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjdj.jus.br/sitepublico>

Selo: EDZV79061 HCV

080647AA628643

3º OFÍCIO DE JUSTIÇA - RJ - SEÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS - CARTÓRIO

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 8

Folha: 177

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
Ativo (7)			
Ativo Circulante (14)			
Disponibilidades (21)			
Caixa (28)			
Caixa Geral (35)		1-1-1-01-01	79.928,13D
=Caixa			*****79.928,13D
Bancos - Contas Correntes (49)			
Banco Bradesco S/A (56)		1-1-1-02-1	45.960,03D
=Bancos - Contas Correntes			*****45.960,03D
Aplicações de Liquidez Imediata (70)			
Banco Bradesco S/A (119)		1-1-1-03-2	56.224,83D
=Aplicações de Liquidez Imediata			*****56.224,83D
=Disponibilidades			****182.112,99D
Direitos Realizáveis a Curto Prazo (91)			
Clientes Nacionais (98)			
Clientes Diversos (105)		1-1-2-01-99	1.130.376,17D
=Clientes Nacionais			**1.130.376,17D
Adiantamentos (203)			
Adiantamento Diversos (63)		1-1-2-07-99	1.647.890,78D
=Adiantamentos			**1.647.890,78D
Empréstimos (287)			
Empréstimos a Terceiros (301)		1-1-2-09-2	148.201,87D
=Empréstimos			****148.201,87D
=Direitos Realizáveis a Curto Prazo			**2.926.468,82D
=Total - Ativo Circulante			**3.108.581,81D
Ativo não-Circulante (476)			
Realizável a Longo Prazo (483)			
Depósitos Judiciais (504)			
Causas Trabalhistas (511)		1-2-1-02-1	23.667,20D
=Depósitos Judiciais			*****23.667,20D
=Realizável a Longo Prazo			*****23.667,20D
Imobilizado (735)			
Bens e Direitos em Uso (742)			



JOSE GABRIEL DA SILVA
Socio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES COMES PEREIRA
Contador
CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 8

Folha: 178

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
Máquinas e Equipamentos (749)		1-2-3-01-01	3.268,58D
=Bens e Direitos em Uso			*****3.268,58D
Participação em Consórcios (847)			
Consórcio (854)		1-2-3-04-1	19.886,59D
=Participação em Consórcios			*****19.886,59D
=Imobilizado			*****23.155,17D
Total - Ativo não-Circulante			*****46.822,37D
Total - Ativo			**3.155.404,18D

***** (XXXXX) *****

JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA
Contador

CPF:035.179.137-07 CRC: 071719/O-2



Ano Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Diário: 8

Folha: 179

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
Ativo (1001)			
Passivo Circulante (1008)			
Fornecedores (1015)			
Fornecedores Nacionais de Serviços (1085)			
Fornecedor (1092)		2-1-1-05-1	59,80D
=Fornecedores Nacionais de Serviços			*****59,80D
=Fornecedores			*****59,80D
Obrigações Trabalhistas (1190)			
Folha de Pagamento de Empregados (1197)			
Salários a Pagar (1204)		2-1-3-01-1	165.608,70C
=Folha de Pagamento de Empregados			****165.608,70C
Encargos Sociais a Pagar (1260)			
INSS a Recolher (1267)		2-1-3-04-1	171.754,37C
FGTS a Pagar (1281)		2-1-3-04-3	18.184,50C
=Encargos Sociais a Pagar			****189.938,87C
=Obrigações Trabalhistas			****355.547,57C
Obrigações Tributárias (1295)			
Impostos Retidos a Recolher (1302)			
IRF a Recolher (Retido de Pessoas Físicas) (1309)		2-1-4-01-1	2.680,89C
=Impostos Retidos a Recolher			*****2.680,89C
Impostos e Contribuições sobre Receitas (1358)			
Simples Nacional - DAS a Pagar (1365)		2-1-4-03-1	641.745,23C
=Impostos e Contribuições sobre Receitas			****641.745,23C
=Obrigações Tributárias			****644.426,12C
Total - Passivo Circulante			****999.913,89C
Patrimônio Líquido (1582)			
Capital (1589)			
Capital Social (1596)			
Capital Social Integralizado (1603)		2-3-1-01-1	500.000,00C
=Capital Social			****500.000,00C
=Capital			****500.000,00C
Reservas (1617)			
Reservas de Lucros (1652)			

JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA
Contador

CPF:035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A e B - Jardim Botânico - Duque de Caxias - RJ - CEP: 22111-3203 / 2672-1449

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,21 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

090647AA626010

36

Diário: 8

Folha: 180

JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA
Contador

CPF:035.179.137-07 CRC: 071719/O-2



IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 3.155.404,18 (TRÊS MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E DEZOITO CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

Duque de Caxias, 31 de dezembro de 2020

JOSE GABRIEL DA SILVA

Sócio - Administrador

CPF: 10966203755

RG: 200105856 Orgão: DETRAN

Expedição: 15/08/1995

CHARLES GOMES PEREIRA

CONTADOR

CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

RG: 00150253449 Orgão: DETRANRJ

Expedição: 25/01/2017

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENGAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A e B - Jd. São João - Duque de Caxias - RJ - CEP: 27112-220 / 2572-1449

AUTENTICACAO
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79046 NVG

0900470102538
3º OFÍCIO DE JUSTIÇA - RJ - Selo de Cartório - Duque de Caxias



Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receitas			
Receitas Operacionais			
Receita Bruta de Serviço			
Receitas de Serviço no País			
Receita de Prestação de Serviços	3-1-1-01-1	1722	4.020.371,25C
=Receitas de Serviço no País			**4.020.371,25C
=Receita Bruta de Serviço			**4.020.371,25C
Deduções das Receitas com Serviços			
Tributos e Contribuições s/ Serviços			
Simplex Nacional - DAS	3-1-2-02-1	1820	386.831,71D
=Tributos e Contribuições s/ Serviços			****386.831,71D
=Deduções das Receitas com Serviços			****386.831,71D
Receitas Financeiras			
Receitas com Atualizações			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3-1-3-01-3	2219	1,62C
=Receitas com Atualizações			*****1,62C
=Receitas Financeiras			*****1,62C
=Total - Receitas Operacionais			**3.633.541,16C
=Total - Receitas			**3.633.541,16C



JOSE GABRIEL DA SILVA
 Sócio - Administrador
 CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA
 Contador
 CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Custos e Despesas			
Despesas			
Despesas Operacionais			
Despesas Trabalhistas			
Salários	4-2-1-01-02	2674	1.313.623,30D
Horas Extras	4-2-1-01-03	2681	1.288,08D
Férias	4-2-1-01-04	2688	58.664,24D
13º Salário	4-2-1-01-05	2695	122.849,15D
Aviso Prévio/Indenizações Trabalhistas	4-2-1-01-06	2702	42.974,35D
Gratificações	4-2-1-01-07	2709	7.590,77D
Vale Transporte	4-2-1-01-08	2716	254.986,84D
Vale Alimentação	4-2-1-01-09	2212	324.678,81D
Vale Refeição	4-2-1-01-10	3556	24.659,40D
Assistência Médica	4-2-1-01-12	3591	99.951,93D
Adicional Noturno	4-2-1-01-13	3598	1.365,00D
Adicional de Periculosidade	4-2-1-01-14	3605	22.735,83D
Adicional de Insalubridade	4-2-1-01-15	3612	53.535,41D
=Despesas Trabalhistas			**2.328.903,11D

Encargos Sociais

FGTS

=Encargos Sociais

Despesas Gerais

Aluguel

Água e Esgoto

Energia Elétrica

Material de Escritório

Condução

Material de Limpeza

Seguros

Manutenção e Conservação

Estacionamento

Assistência Médica



4-2-1-02-02

2737

125.889,40D

******125.889,40D**

4-2-1-03-02

2758

37.333,18D

4-2-1-03-03

2765

658,29D

4-2-1-03-04

2772

1.402,14D

4-2-1-03-06

2786

35.888,50D

4-2-1-03-07

2793

1.725,19D

4-2-1-03-09

2807

30.681,74D

4-2-1-03-10

2814

6.123,75D

4-2-1-03-12

2828

96.113,91D

4-2-1-03-15

2849

1.220,21D

4-2-1-03-16

2856

9.625,19D

JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES COMES PEREIRA
Contador
CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Combustíveis e Lubrificantes	4-2-1-03-17	2863	8.183,35D
Serviços de Terceiros - PF	4-2-1-03-19	2877	56.577,93D
Serviços de Terceiros - PJ	4-2-1-03-20	2884	105.690,73D
Despêndios c/Alimentação	4-2-1-03-21	2891	19.954,25D
Feiras/Congressos/Simpósios/Cursos	4-2-1-03-22	2898	8.292,89D
Telefone	4-2-1-03-23	2905	5.166,73D
Bens de Pequeno Valor	4-2-1-03-26	2926	11.118,46D
Pedágios	4-2-1-03-27	2933	523,98D
Confraternizações	4-2-1-03-30	2954	1.665,30D
Brindes	4-2-1-03-31	2961	964,77D
Despesas com Uniformes	4-2-1-03-33	2975	36.320,06D
Elétrico e Construção	4-2-1-03-34	2982	38,65D
Despesas Mat. de Proteção e Segurança	4-2-1-03-36	2996	310,00D
Despesas Diversas	4-2-1-03-99	2968	29.900,00D
=Despesas Gerais			****505.479,20D
=Despesas Operacionais			**2.960.271,71D
Despesas Financeiras			
Juros e Descontos			
Juros Passivos			
=Juros e Descontos			*****11.351,84D
Despesas Bancárias			
Juros Bancários			
Tarifa Bancária			
Encargos Bancários			
=Despesas Bancárias			*****18.169,77D
=Despesas Financeiras			*****29.521,61D
Despesas Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições			
IOF	4-2-4-01-01	3325	171,36D



JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA
Contador
CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
IPVA	4-2-4-01-04	3346	444,11D
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	4-2-4-01-05	3353	6.454,34D
=Impostos, Taxas e Contribuições			*****7.069,81D
Multas			
Multas Fiscais Punitivas	4-2-4-02-02	3374	1.083,09D
Multas Contratuais	4-2-4-02-03	3381	621,58D
=Multas			*****1.704,67D
=Despesas Tributárias			*****8.774,48D
=Total - Despesas			**2.998.567,80D
=Total - Custos e Despesas			**2.998.567,80D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 3.633.541,16C

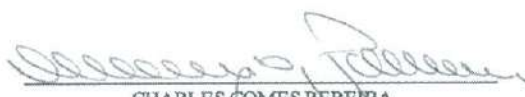
DESPESAS + CUSTO-----> 2.998.567,80D

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****634.973,36

***** (XXXXX) *****




JOSE GABRIEL DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 10966203755


CHARLES GOMES PEREIRA
Contador
CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADO COM LUCRO DE 634.973,36 (SEISCENTOS E
TRINTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E
TRÊS Reais E TRINTA E SEIS CENTAVOS) DE ACORDO
COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

2020

DUQUE DE CAXIAS, 31 DE DEZEMBRO DE

JOSE GABRIEL DA SILVA

Sócio - Administrador

CPF: 10966203755

CHARLES GOMES PEREIRA

CONTADOR

CPF: 035.179.137-07 CRC: 071719/O-2



TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente Livro, com 187 folhas eletronicamente numeradas de 001 a 187, com número de ordem 8 e se destinou ao livro G - Diário Geral, referente ao período de escrituração de 01/01/2020 a 1/12/2020 da empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI.

Duque de Caxias, 15 de outubro de 2021.


JOSE GABRIEL DA SILVA
Administrador


CHARLES GOMES PEREIRA
Contador - CRC 071719





GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

ÍNDICES DE LIQUIDEZ DE 31/12/2020

CNPJ: 17.695.001/0001-09

NIRE: 33.6.0004543-6

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

ATIVO CIRCULANTE	3.108.581,81	
	=	
PASSIVO CIRCULANTE	999.913,89	= 3,11

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.108.581,81 + 46.822,37	
	=	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	999.913,89	= 3,16

SOLVÊNCIA GERAL:

ATIVO TOTAL	3.155.404,18	
	=	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	999.913,89	= 3,16

JOSE GABRIEL DA SILVA

SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF: 109.662.037-55

CHARLES GOMES PEREIRA

CONTADOR

CPF: 035.179.137-07 CRC RJ 071719/O-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



 CATEGORIA
 CONTADOR N° DO REGISTRO
 NOME RJ-071719/O-2
 CHARLES GOMES PEREIRA

FILIAÇÃO
 SEVERINO GOMES PEREIRA
 MARIA JOSE PEREIRA


 ASSINATURA DO PROFISSIONAL



NASCIMENTO 20/05/1975 NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURALIDADE RIO DE JANEIRO-RJ

DIPLOMAÇÃO 18/12/1999 CPF 035.179.137-07 RG 00150253448 DETRAN/RJ

TÍTULO RACHARUEL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO) UNIVERSIDADE VEGA DE ALMEIDA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 8.206/75.



DATA DE EXPEDIÇÃO 09/10/2017


 Vilmá Maria de Silva
 PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 1/2
Data: 25/10/2021

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

88564/2021

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2019200885
Razão Social: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
CNPJ: 17.695.001/0001-09
Data Registro: 08/07/2019
Endereço: RUA WASHINGTON LUIZ 2550 SALA 502 - VILA COMERCIAL -
DUQUE DE CAXIAS - RJ, CEP: 25080-008

RAMOS ATIVIDADE :

1050-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 800.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS; ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO; ATIVIDADES PAISAGISTICAS; COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS; COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS; COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES; COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES; COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; CONSTRUCAO DE EDIFICIOS; FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS; IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS; LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR; OBRAS DE URBANIZACAO-RUAS, PRACAS E CALCADAS; OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRICIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; OUTROS TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; RESTAURACAO E CONSERVACAO DE LUGARES E PREDIOS HISTORICOS; SERVICO DE PODE DE ARVORES PARA LAVOURAS; SERVICO DE PULVERIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS AGRICOLAS; SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS-LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA; SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO DE APOIO ADMINISTRATIVO; SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES; SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES; SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS; TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL,

67



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 2/2
Data: 25/10/2021

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
88564/2021
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 88564/2021)

INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

CLASSE:

A - EXECUCAO DE OBRA, PRESTACAO DE SERVICOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TECNICA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

CHARLES BERUTH DOS SANTOS

RNP: 2016092130

Registro: 2017103011 expedido em 02/02/2017

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 18/12/2020

Inclusão como RT: 18/12/2020

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência pública

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 88564/2021

Emitida às: 25/10/2021 15:47 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.26295381264256263

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

68



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

CERTIDÃO DE REGULARIDADE Nº: 6327/2021

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Certificamos para todos os fins de direito, que a empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, CNPJ nº 17.695.001/0001-09, com o endereço RODOVIA WASHINGTON LUIZ 2550, SALA 502 - Bairro PARQUE DUQUE - Cidade DUQUE DE CAXIAS - Estado de RIO DE JANEIRO, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº 90-09491, desde 16/09/2013, tendo como Responsáveis Técnicos o(a) Adm. LÍVIA LEMOS DE MORAES SEIXAS, RG nº 209105717, CPF nº 118.196.207-27, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-92811, de 25/10/2018, VIVIANE BARROS NOGUEIRA, RG nº 112902382, CPF nº 091.658.257-48, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-96595, de 13/11/2020. CERTIFICAMOS, ainda, que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta autarquia, até o exercício de 2021, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administração. O referido é verdade.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

LÍVIA LEMOS DE MORAES SEIXAS

Registro: 20-92811 expedido em
25/10/2018

TÍTULO: ADMINISTRADOR
ADMINISTRADOR

VIVIANE BARROS NOGUEIRA

Registro: 20-96595 expedido em
13/11/2020

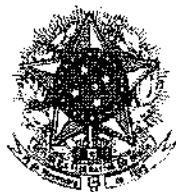
TÍTULO: ADMINISTRADOR
ADMINISTRADOR

Código de controle da certidão: 0.5391953900577188

Emitida em: 02/03/2021 às 14:57

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



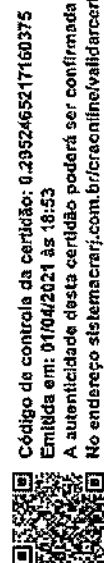


CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

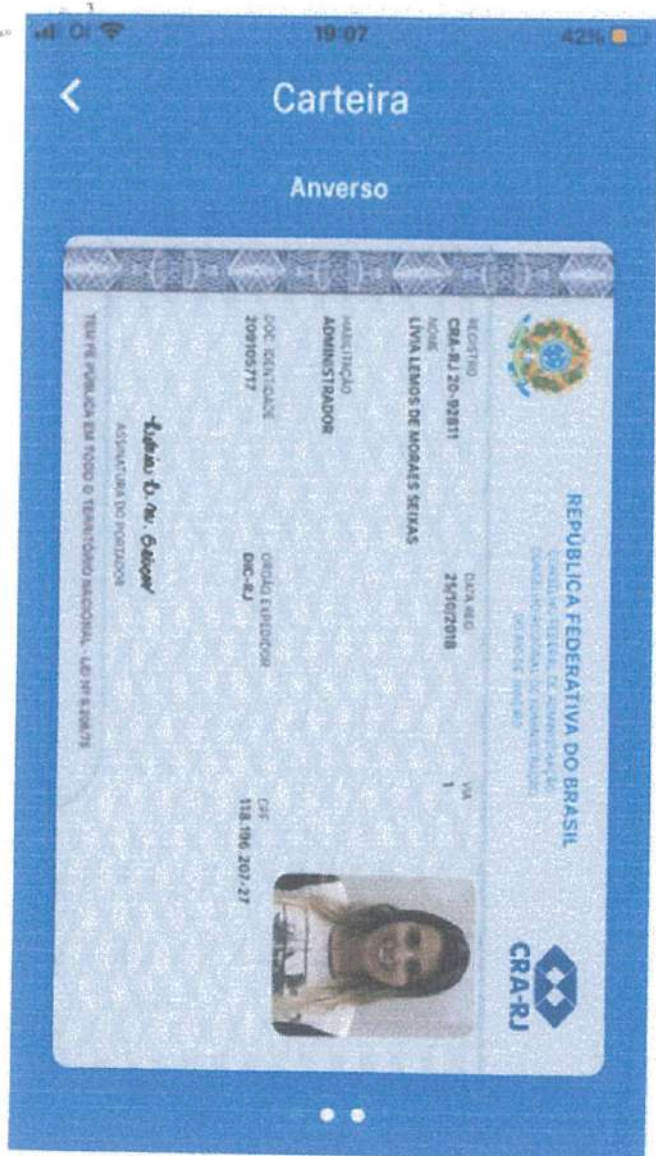
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL Nº: 8433/2021
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Declaramos para os devidos fins que a administradora LÍVIA LEMOS DE MORAES SEIXAS - CPF: 118.196.207-27, é registrada neste CRA-RJ sob o número 20-92811 desde 25/10/2018. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apta ao exercício profissional.

Esta declaração é válida até 31/12/2021.



Código de controle da certidão: 0.2352465217160375
Emitida em: 01/04/2021 às 18:53
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [sistemacra-rj.com.br/craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de prestação de serviços profissionais que entre si fazem de um lado denominado como contratante, 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, com sede na Avenida das Américas, 13685 sala 264, Barra da Tijuca- Rio de Janeiro- RJ, neste ato representada por José Gabriel da Silva, Brasileiro, empresário, solteiro portador da carteira de identidade nº 200105856 DIC/ RJ, inscrito no CPF 109.662.037-55, de outro lado Lívia Lemos de Moraes Seixas, casada, administrador de empresas, portador da identidade nº 20910571-7 DETRAN/RJ, inscrito no CPF 118.19.207-27 e no CRA nº20-92811, nas cláusulas e nas condições que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA- O administrador prestara serviços profissionais à contratante como responsável técnico, comprometendo-se a:

- Remeter ao Conselho Regional de Administração, cópia de todas as alterações contratuais ou ato constitutivos da instituição.
- Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- Elaborar relatório circunstanciado de suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações do Código de Ética do Administrador que venham por ventura a serem praticados pela instituição.
- Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que elabora.
- Zelar pela correta aplicação científica da atividade.
- Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão com a instituição.

CLAUSULA SEGUNDA – A prestação de serviços mencionada na cláusula primeira deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – O contratante em retribuição pelos serviços contratados pagará ao Administrador honorários mensais fixos, sempre correspondentes a R\$ 3.000,00, inclusive decimo terceiro salário pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLAUSULA QUARTA – O presente contrato terá prazo indeterminado, podendo ser rescindido por ambas as partes com aviso prévio de trinta dias sem direito a qualquer indenização.

CLAUSULA QUINTA- Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício previsto em Lei específica.

CLAUSULA SEXTA – Renunciando a outro e qualquer as partes elegem o foro desta cidade Duque de Caxias- RJ para questões oriundas do presente instrumento original.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2018.


JOSÉ GABRIEL DA SILVA


LÍVIA LEMOS DE MORAES SEIXAS



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL Nº: 8434/2021
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

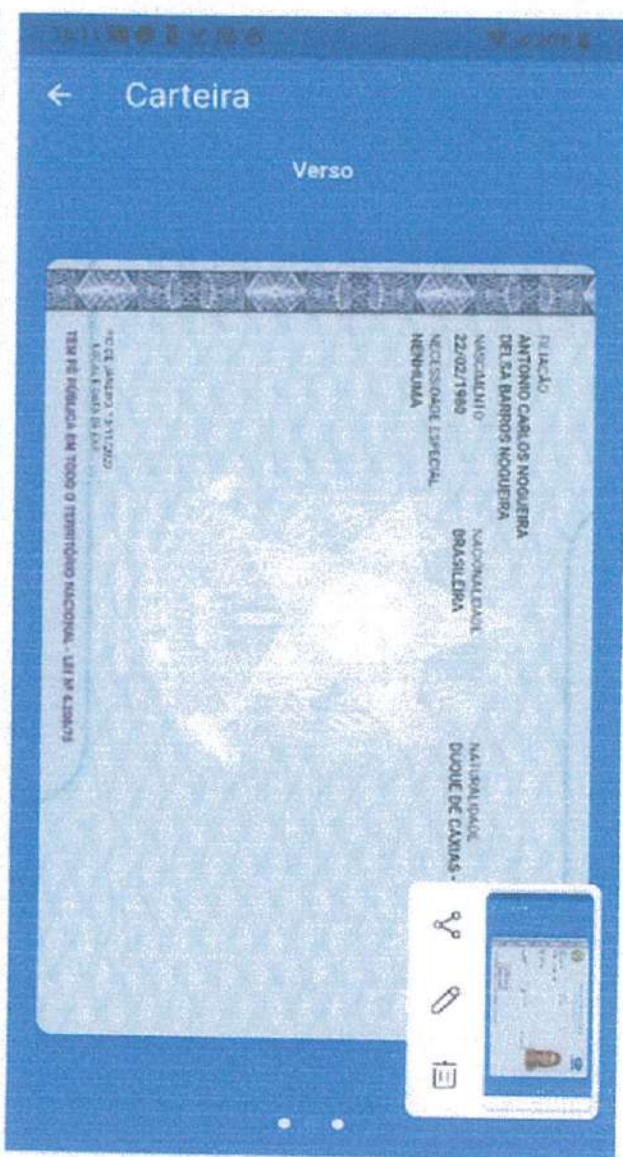
Declaramos para os devidos fins que a administradora VIVIANE BARROS NOGUEIRA - CPF: 091.658.257-48, é registrada neste CRA-RJ sob o número 20-96595 desde 13/11/2020. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apta ao exercício profissional.

Esta declaração é válida até 31/12/2021.

Código de controle da certidão: 0.7941929627844924
Emitida em: 01/04/2021 às 18:54

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.







CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de prestação de serviços profissionais que entre si fazem de um lado denominado como contratante, 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, com sede na Rodovia Washington Luiz nº 2550, Sala 502, Vila São Luiz- Duque de Caxias- RJ, neste ato representada por José Gabriel da Silva, Brasileiro, empresário, solteiro portador da carteira de identidade nº 200105856 DIC/ RJ, inscrito no CPF 109.662.037-55, de outro lado Viviane Barros Nogueira, casada, administrador de empresas, portador da identidade nº 112902382 IFP, inscrito no CPF 091.658.257-48 e no CRA nº20-96595 , nas cláusulas e nas condições que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA- O administrador prestara serviços profissionais à contratante como responsável técnico, comprometendo-se a:

- Remeter ao Conselho Regional de Administração, cópia de todas as alterações contratuais ou ato constitutivos da instituição.
- Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- Elaborar relatório circunstanciado de suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações do Código de Ética do Administrador que venham por ventura a serem praticados pela instituição.
- Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que elabora.
- Zelar pela correta aplicação científica da atividade.
- Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão com a instituição.

CNPJ: 17.695.001/0001-09

Rodovia Washington Luiz 2550 blo 2 Sala 502 Vila São Luiz

Duque de Caxias- RJ, CEP 25085-008

+55 (21) 3842-5834



CLAUSULA SEGUNDA – A prestação de serviços mencionada na cláusula primeira deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes.

CLAUSULA TERCEIRA – O contratante em retribuição pelos serviços contratados pagará ao Administrador honorários mensais fixos, sempre correspondentes a R\$ 3.000,00, inclusive decimo terceiro salário pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.


CLAUSULA QUARTA – O presente contrato terá prazo indeterminado, podendo ser rescindido por ambas as partes com aviso prévio de trinta dias sem direito a qualquer indenização.

CLAUSULA QUINTA- Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício previsto em Lei específica.

CLAUSULA SEXTA – Renunciando a outro e qualquer as partes elegem o foro desta cidade Duque de Caxias- RJ para questões oriundas do presente instrumento original.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 2020.



JOSE GABRIEL DA SILVA



VIVIANE BARROS NOGUEIRA

CNPJ: 17.695.001/0001-09

Rodovia Washington Luiz 2550 blo 2 Sala 502 Vila São Luiz

Duque de Caxias- RJ, CEP 25085-008

+55 (21) 3842-5634



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 10/06/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI
Endereço	: WASHINGTON LUIZ, 2550 - SALA 502
Cidade	: DUQUE DE CAXIAS
Reg CRA-RJ:	: 90-09491 Estado: RJ CNPJ: 17.695.001/0001-09
Resp. Técnico	: LÍVIA LEMOS DE MORAES SEIXAS
Reg. CRA-RJ	: 20-92811

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

RCA

Nº 20211000100045

Data: 10/Novembro/2020

Código de controle da certidão: 0.36866362525004026

Emitida em: 10/12/2021 às 11:50

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



2.2.1 Encarregados e auxiliares de serviços gerais:

- 2ª a 6ª feira – 1º turno – 06h às 15h- Intervalo - 12h-13h
- 2ª a 6ª feira – 2º turno - 12h às 21h- Intervalo - 13h-14h
- Sábado - 1º turno – 09h às 13h- Sem intervalo
- Sábado - 2º turno – 13h às 17h- Sem intervalo

2.2.2 Contínuo:

- 2ª a 6ª feira – 09h às 18h48- Intervalo - 12h-13h

2.2.3 Copeiragem:

- 2ª a 6ª feira-1º turno – 07h às 16h- Intervalo - 11h30 - 12h30
- 2ª a 6ª feira-2º turno – 08h às 17h- Intervalo - 12h30 - 13h30
- Sábado – 08h às 12h (Quando necessário)

2.2.4 Recepção:

- 2ª a 6ª feira - 1º turno – 08h às 17h48 – Intervalo - 11h-12h
- 2ª a 6ª feira - 2º turno – 09h às 18h48 - Intervalo - 12h-13h

2.2.5 Jardinagem:

- 2ª a 6ª feira – 07h às 16h48 - Intervalo - 12h - 13h

3. METRAGENS DAS EDIFICAÇÕES:

Áreas Internas 11.012 m².

Áreas Externas 17.120 m².

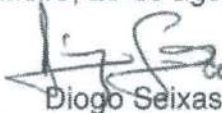
Fachadas Envidraçadas 175 m².

Metragem total: 28.307 m².

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos presta os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Prazo Contratual: 12(dóze) meses.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2020.



Diogo Seixas
Coordenador de Infraestrutur
Operacional

Coordenador de Infraestrutura e Operacional
Gerencia Administrativa
IMPA



P 22460-320 Rio de Janeiro, RJ - Brasil Phone: +55 21 2529-5000
www.impa.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM ENTRE SI, ASSOCIAÇÃO INSTITUTO
NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA
e 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA
ABAIXO:**

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelo Decreto nº 3.605 de 20/09/2000, com sede na Estrada Dona Castorina nº 110, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.447.568/0001-43, neste ato representada por seu Diretor Geral, Prof. Dr. Marcelo Miranda Viana da Silva, brasileiro, divorciado, matemático, portador da carteira de identidade nº 08180141-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.234.487-04, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** ou **IMPA**; e

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, estabelecida na Avenida das Américas, 13.685, Sala 264, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22.790-701, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.0010001-09, portadora da inscrição estadual nº 86.528.762, neste ato representada por seu titular, José Gabriel da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 200105856, expedida pelo DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.662.037-55, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Resolvem as partes acima qualificadas, pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, firmar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 Constitui o objeto deste contrato a prestação pela **CONTRATADA** dos serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo para as dependências do **IMPA**, situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ.

1.2 Constituem partes integrantes do presente contrato, como se neste estivessem transcritos, o Termo de Referência SC 2504 do **IMPA** de 11/06/2019 (Anexo I), a Proposta Comercial de 18/07/2017 da **CONTRATADA** (Anexo II) e a Relação de Documentos de Apresentação Obrigatória (Anexo III).

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 Os serviços mencionados no item 1.1 deverão atender integralmente as especificações técnicas e determinações relacionadas no Termo de Referência do **IMPA** e na Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

2.2 O **IMPA** poderá solicitar à **CONTRATADA** variações ou exclusões de determinados postos de trabalho, o que ensejará o acréscimo ou redução correspondente de forma proporcional na remuneração dos serviços, com base nos valores expressos na Proposta

Comercial da **CONTRATADA**.

2.3 O **IMPA** poderá, ainda, suspender temporariamente, em qualquer ocasião, no todo ou em parte, a execução do objeto do presente contrato, devendo avisar à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.4 Na hipótese prevista no item 2.2 acima, o **IMPA** deverá solicitar à **CONTRATADA** as alterações por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.5 Em caso de ausência do funcionário da **CONTRATADA**, esta deverá providenciar a devida reposição em tempo hábil de forma a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

2.6 Caberá ainda à **CONTRATADA** o cumprimento integral de todas as obrigações dispostas no Termo de Referência, não podendo alegar desconhecimento, e respondendo perante o **IMPA** por quaisquer violações ou descumprimento das obrigações ali dispostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/08/2019, com término previsto para 15/08/2020, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O **IMPA** se obriga a pagar à **CONTRATADA** o valor mensal de R\$ 129.061,81 (cento e vinte e nove mil, sessenta e um reais e oitenta e um centavos), já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

4.2 Estão inclusos nos valores expressos no item 2.1 acima todo e qualquer custo para prestação dos serviços ora contratados e os tributos devidos, tais como impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como outras despesas de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do presente Contrato, inclusive despesas administrativas, custos operacionais, insumos, deslocamentos, transportes, encargos trabalhistas e provisões para pagamento de todas verbas rescisórias referentes às rescisões dos contratos de trabalho durante ou após a finalização do vínculo contratual.

4.3 O valor do vale-transporte poderá sofrer variação de acordo com a quantia efetivamente despendida pelos funcionários da **CONTRATADA** ou em virtude da aplicação de reajuste pela autoridade competente.

4.4 O preço mencionado no item 4.1 poderá ser alterado para contemplar os reajustes determinados por Convenção Coletiva, desde que devidamente homologados pela autoridade competente, considerando a data base da categoria. O reajuste somente poderá ser aplicado sobre os itens e rubricas expressamente majorados nos instrumentos coletivos.

acima mencionados, não havendo, nesta hipótese, aplicação de qualquer reajuste sobre os demais componentes do preço, inclusive sobre os insumos

4.5 A **CONTRATADA** apresentará nota fiscal discriminada em 2 (duas) vias devidamente firmadas e cumpridas todas as exigências legais, juntamente com a documentação prevista no Anexo III deste instrumento, competindo ao **IMPA**, quando cabível, efetuar a retenção de qualquer tributo que a lei determine.

4.6 A devolução do documento fiscal não aprovado pelo **IMPA**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

4.7 O pagamento será efetuado pelo **IMPA** no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de apresentação e aprovação expressa da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios previstos no Anexo III, mediante depósito na conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**.

4.8 Caso o vencimento se dê em dia não útil ou feriado bancário, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente.

4.9 O pagamento do documento fiscal de cobrança poderá ser susinado, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) descumprimento de solicitações efetuadas pelo **IMPA**; e
- c) existência de débito de qualquer natureza com o **IMPA**.

4.10 O pagamento do documento fiscal não isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes deste contrato e pela execução dos serviços respectivos, quaisquer que forem, nem implicará na aceitação dos serviços executados, total ou parcialmente.

4.11 Poderá ocorrer a suspensão do prazo para pagamento quando não for apresentada a documentação comprobatória sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária

4.12 O **IMPA** poderá deduzir os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** da remuneração pelos serviços prestados prevista no item 4.1 desta Cláusula.

4.13 É vedada à **CONTRATADA** a negociação dos créditos decorrentes deste contrato junto à rede bancária, empresas de *factoring* ou outras instituições semelhantes para realização de operações de desconto, cobranças de duplicatas ou qualquer outra operação financeira similar.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO IMPA:

Caberá ao IMPA:

- a) fornecer as informações, documentos, dados, colocando à disposição da **CONTRATADA** todos os meios necessários para a realização dos serviços aqui estipulados;
- b) comunicar à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços; e
- c) possibilitar o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências do IMPA nas datas e horários ajustados previamente pelas Partes.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Caberá à CONTRATADA:

- a) executar os serviços contratados com integral e rigorosa observância aos termos e condições constantes neste Contrato, bem como aos preceitos éticos e profissionais relacionados ao trabalho a ser desenvolvido, o que deverá ser feito dentro dos padrões de desenvolvimento definidos de comum acordo entre as partes, respeitando todas as leis, resoluções, normas, posturas e regulamentos federais, estaduais e municipais relacionados com a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição;
- c) prover toda a mão-de-obra necessária à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação vigente, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais habilitados e treinados, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o IMPA;
- d) atender, com toda a diligência possível, as determinações do IMPA, adotando as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas, refazendo, quando for o caso, os serviços eventualmente imperfeitos, sem que isto importe em qualquer acréscimo ao valor estabelecido para a prestação dos serviços, bem como efetuando substituição de pessoal considerado inadequado e/ou despreparado para a prestação dos serviços, a exclusivo critério do IMPA;
- e) respeitar as normas e procedimentos de controle interno do IMPA, inclusive as regras de segurança e acesso às dependências e, ainda, o Código de Ética e Conduta institucional disponível no site (<https://impa.br/sobre/acesso-a-informacao/>);
- f) zelar pelo cumprimento de todas as normas de segurança vigentes, exigindo que os seus funcionários as cumpram rigorosamente durante todo o período de vigência

deste instrumento, obrigando-os, sempre que necessário, a utilizar os equipamentos de segurança determinados;

- g) comunicar ao **IMPA** qualquer anormalidade constatada, bem como prestar os esclarecimentos eventualmente solicitados;
- h) utilizar exclusivamente para as atividades aqui estipuladas, toda e qualquer informação e/ou documentos obtidos do **IMPA** para fins do presente Contrato;
- i) assumir, de maneira irrevogável e irretirável, a total e absoluta responsabilidade por quaisquer prejuízos, perdas e toda espécie de danos que vierem a ser sofridos pelo **IMPA** ou por terceiros em razão de defeitos na prestação dos serviços ora avençada e/ou que decorram de ato ilícito, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança pela **CONTRATADA**, por seus representantes, empregados e/ou prepostos;
- j) prover todas as ferramentas e equipamentos necessários à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação e normas técnicas vigentes, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais habilitados e treinados na operação e uso de tais máquinas, ferramentas e equipamentos;
- k) fornecer toda assistência jurídica, além de outras pertinentes, em casos de acidentes sofridos pelos profissionais que estiverem prestando serviços, ficando ajustado que todas as despesas decorrentes desse tipo de evento, assim como com relação a eventuais doenças pleiteadas pelos empregados envolvidos na execução dos serviços e que, comprovadamente, decorram da execução do objeto deste Contrato, serão assumidas pela **CONTRATADA**;
- l) cumprir com leis, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, assumindo, como única responsável, todas as consequências de quaisquer transgressões que pratique, ou multa que sofra, devendo cumprir imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades competentes, sem prejuízo de enviar uma cópia de todas as intimações e/ou notificações que receber para o **IMPA**; e
- m) arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de responsabilidade da **CONTRATADA** que o **IMPA** venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aqueles resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o **IMPA** por empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, sob pena de ter o respectivo valor descontado no(s) próximo(s) pagamento(s), com que a **CONTRATADA** declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - MÃO-DE-OBRA FORNECIDA:

7.1 Caberá a **CONTRATADA** prover toda a mão-de-obra necessária à total execução dos serviços, disponibilizando exclusivamente profissionais devidamente habilitados e

qualificados para os serviços, cujo controle da jornada deverá realizado em absoluta obediência à legislação vigente, especialmente em conformidade com a Portaria MTE nº 1510/2009.

7.2 Os serviços deverão ser prestados necessariamente por funcionários da **CONTRATADA**, em completa e absoluta obediência à legislação trabalhista e previdenciária vigente, não sendo admitida, em hipótese alguma, a contratação de profissionais autônomos ou pessoas jurídicas para tal fim.

7.3 Os funcionários da **CONTRATADA** deverão estar uniformizados, bem como utilizar, sempre que necessário, os equipamentos de proteção individual e, ainda, portar o crachá de identificação de modo visível.

7.4 A **CONTRATADA** é responsável direta por todos os encargos, inclusive trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução do presente contrato, sendo certo que o pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados será de sua única e exclusiva responsabilidade, não ensejando qualquer vínculo empregatício com o IMPA.

7.5 O não recolhimento pela **CONTRATADA** de qualquer encargo determinado pela legislação vigente não transfere ao IMPA a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.6 Caberá a **CONTRATADA** contratar e manter seguro de vida e acidentes pessoais para todos os funcionários disponibilizados ao IMPA por força deste contrato, bem como deverá garantir o fornecimento de todos os benefícios eventualmente previstos Convenção Coletiva de trabalho da respectiva categoria.

7.7 Fica a **CONTRATADA** obrigada arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de sua responsabilidade que o IMPA venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aqueles resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o IMPA por empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, sob pena de, quando possível, ter o respectivo valor descontado no próximo pagamento, com que a **CONTRATADA** declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

8.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que solicitado pelo IMPA, no prazo de 10 (dez) dias, documentos que comprovem a sua regularidade trabalhista e fiscal.

8.2 A **CONTRATADA** deverá esclarecer eventuais dúvidas ou inconsistências apontadas pelo IMPA em até 7 (sete) dias, salvo em caso de contato urgente, quando deverá atender ao IMPA em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

8.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, implicará na rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais cabíveis.

8.4 A fiscalização exercida pelo **IMPA** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual, nem a responsabilidade pelos danos causados ao **IMPA** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, sejam culposas ou dolosas, de quaisquer de seus empregados e/ou prepostos, ou decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos destinados ao pagamento das despesas do presente Contrato serão providos pelo Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o **IMPA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES:

10.1 Excetuando a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, nas hipóteses de descumprimento por parte da **CONTRATADA** de cláusulas ou condições contratuais estabelecidas no presente instrumento e respectivos anexos, ficará esta sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito, quando do cometimento de pequenas irregularidades;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor discriminado no *caput* do item 4.1 deste Contrato por cada infração, sem prejuízo da opção pelo **IMPA** da resolução antecipada estipulada no item 10.1 deste instrumento.

10.2 O valor da multa poderá eventualmente ser reduzido pelo **IMPA**, a único e exclusivo critério deste, em razão da menor gravidade dos fatos.

10.3 A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da formalização da aplicação da penalidade, para apresentar sua justificativa em relação ao inadimplemento contratual, cuja aceitação poderá ocorrer ou não, dependendo unicamente e exclusivamente de decisão do **IMPA**.

10.4 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente e deverão ser quitadas pela **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua formalização.

10.5 A execução insatisfatória dos serviços pela **CONTRATADA** sem a devida correção em tempo hábil poderá ser considerada como inadimplemento contratual, autorizando a aplicação das penalidades previstas no item 10.1 acima.

10.6 Ocorrendo o inadimplemento por culpa ou dolo da **CONTRATADA**, responderá esta por perdas e danos e que der causa, bem como por todas as demais despesas a que o **IMPA**

for obrigado efetuar para defender seus direitos, tais como despesas extrajudiciais, custas e honorários advocatícios, desde já arbitrados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, sem prejuízo da cobrança das multas estipuladas no item 9.1 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DENÚNCIA E DISSOLUÇÃO CONTRATUAL:

11.1 O presente contrato poderá ser resolvido de pleno direito pelo IMPA nos seguintes casos:

- a) inexecução total ou parcial pela **CONTRATADA** do objeto contratual por mais de 30 (trinta) dias;
- b) descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer obrigações previstas neste instrumento e em seus anexos por mais de 30 (trinta) dias;
- c) descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer obrigações trabalhistas ou previdenciárias por mais de 10 (dez) dias;
- d) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual para terceiros, sem o prévio e expresso consentimento do IMPA;
- e) decretação de falência ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**.

11.2 Na hipótese de rescisão do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, desde já o direito do IMPA de adotar, no que couber e a seu exclusivo critério, as medidas a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do IMPA;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao IMPA.

11.3 Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução dos serviços contratados, o IMPA reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra firma de sua livre escolha, após comunicação por escrito à **CONTRATADA** com antecedência de 5 (cinco) dias.

11.4 A utilização do direito assegurado na cláusula anterior pelo IMPA não implicará, necessariamente em renúncia aos demais direitos garantidos por lei e/ou por este contrato.

11.5 É facultado a quaisquer das Partes resilir o presente contrato a qualquer tempo, independentemente de interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, desde que seja comunicado a outra Parte por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que haja a necessidade do pagamento de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO:

12.1 As Partes firmam o compromisso de não oferecer, pagar, prometer, dar ou se comprometer a dar ou aceitar de quem quer que seja, inclusive de qualquer funcionário ou oficial de governo, empresa ou sociedade controlada pelo governo ou de propriedade do mesmo, partido político e candidato para cargo político, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras e benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta, em tudo que for relacionado ou não ao objeto deste contrato.

12.2 A CONTRATADA, em tudo que for relacionado aos serviços ora contratados, se obriga a obedecer e fazer com que seus empregados, prepostos, colaboradores, subcontratados, consultores, agentes ou qualquer pessoa a ela vinculada, obedeçam a todas as regras, convenções e leis anticorrupção brasileiras, inclusive a Lei 12.846/2013, comprometendo-se a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação às disposições anticorrupção, responsabilizando-se individualmente, sem qualquer solidariedade ou subsidiariedade da parte do IMPA, por eventuais processos administrativos ou ações judiciais, multas e demais ônus oriundos da inobservância de tais dispositivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 A CONTRATADA declara, neste ato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e firma o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de qualificação necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto.

13.2 É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações oriundos do presente, sem o prévio e expresso consentimento das Partes, o que deverá ocorrer sempre por escrito.

13.3 As comunicações e notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas sempre por escrito, *a-mail* ou *carta*, devendo ser endereçadas aos departamentos e pessoas responsáveis de cada uma das Partes, reputando-se efetuadas na data de seu recebimento.

13.4 Eventual omissão e/ou tolerância das Partes, quanto ao perfeito cumprimento dos termos do presente Contrato, não representará sua novação, nem sua alteração tácita, salvo se expressamente convencionado pelas Partes por meio da celebração de Termo Aditivo.

13.5 A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força deste Contrato, sob pena de responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

13.6 Fica, ainda, proibida qualquer veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do IMPA.

13.7 As Partes declaram concordar expressamente com os termos aqui ajustados,

obrigando-se mutuamente pelos direitos e obrigações decorrentes do mesmo, bem como, eventualmente, seus sucessores, a qualquer título

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO:

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem desta forma acordados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas ao final nomeadas para que produza os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA



Marcelo Miranda Viana da Silva
Diretor Geral

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI



José Gabriel da Silva
Titular

Testemunhas:



Nome: Thayssa Prates Araujo
CPF: 136.037.927-42
RG nº 21.748.537-4



Nome: Carlos César Mendes
CPF: 036.149.134-04

ANEXO III
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE ASSOCIAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA E 2G COMÉRCIO
E SERVIÇOS EIRELI

Relação de Documentos de Apresentação Obrigatória

1 A CONTRATADA se compromete a apresentar os documentos listados abaixo na periodicidade indicada em cada item, em formato eletrônico (CD ou pendrive):

1.1 No primeiro mês da prestação dos serviços, deverá apresentar a seguinte documentação:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

b) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;

c) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

1.2 Até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c) Certidão de regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.3 Quando solicitado pelo IMPA, deverá apresentar os seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) exames médicos periódicos ou de retorno em caso de licença médica, e
- g) programação de férias dos empregados, bem como o aviso e recibo de férias dos empregados.

1.4 Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo máximo de 30 (dias) do encerramento contratual, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

2. Caberá a **CONTRATADA** manter atualizada a relação dos empregados mencionada na alínea "a" do item 1.1, de modo que, sempre que houver admissão de novos empregados, afastamento ou demissão, a **CONTRATADA** deverá enviar a relação atualizada dos empregados.

3. A **CONTRATADA** declara ter ciência de que a não apresentação da documentação prevista neste anexo, assim como o descumprimento de qualquer obrigação trabalhista ou a não manutenção das condições de habilitação poderão ensejar a retenção do(s) pagamento(s) até a efetiva regularização da falha e, ainda, a aplicação das penalidades previstas no Contrato, em especial aplicação de multa e a rescisão, além das demais cominações legais cabíveis.



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA, associação privada sem fins lucrativos qualificada como organização social pelo Decreto nº 3.605/00, com sede na Estrada Dona Castorina, nº 110, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.447.568/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **IMPA** ou **CONTRATANTE**; e

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, estabelecida na Avenida Washington Luis, 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.085-008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, portadora da inscrição estadual nº 86.528.762, neste ato representada por seu titular, José Gabriel da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 200105856, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que, em 09/08/2021, as Partes celebraram o contrato de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo para as dependências do IMPA, situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ, com término previsto para 16/08/2022;

CONSIDERANDO que em razão do retorno das atividades presenciais no **IMPA**, torna-se a necessário o aumento do quantitativo de funcionários da **CONTRATADA** para prestação dos serviços de manutenção predial no imóvel sede do **IMPA** situado na Estrada Dona Castorina, nº 110, Jardim Botânico/RJ, para inclusão de 1 (um) posto de auxiliar de serviços, levando à conseqüente majoração do valor mensal acordado e reajuste do valor global acordado no Contrato principal;

Resolvem, pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, as Partes acima qualificadas **ADITAR** o contrato de prestação de serviços, o que fazem mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a majoração quantitativa dos serviços para inclusão de 1 (um) posto de auxiliar de serviços gerais, a contar de 16/10/2021, em razão da necessidade de aumento do quantitativo de funcionários da **CONTRATADA** para prestação dos serviços de manutenção no imóvel sede do **IMPA** situado na Estrada Dona Castorina, nº 110, Jardim Botânico/RJ, no valor global fixo e irreajustável de R\$ 42.030,20 (quarenta e dois mil, trinta reais e vinte centavos), a ser pago na forma abaixo disposta:

- a) 2 (duas) parcelas no valor de R\$ 155.464,44 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e treze reais e nove centavos) mensais a serem pagas na forma do item 4.10 do Contrato principal, já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**; e
- b) 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 159.667,64 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), a serem pagas na forma do item 4.10 do Contrato principal, já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**, discriminada na seguinte forma:
- b.1) R\$ 151.116,11 (cento e cinquenta e um mil, cento e dezesseis reais e onze centavos) mensais, pelos serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo nas dependências do IMPA situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ; e
- b.2) R\$ 8.551,35 (oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) mensais, pelos serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo na dependência do IMPA situada na Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ.

1.2 Em razão da majoração quantitativa dos serviços disposta no item 1.1 acima, fica acordado que o valor global contratado, fixo e irrevogável, passará ao montante de R\$ 1.907.603,48 (um milhão, novecentos e sete mil, seiscentos e três reais e quarenta e oito centavos).

1.3 Constitui parte integrante do presente contrato, como se neste estivesse transcrito, a Proposta Comercial de 01/10/2021 da **CONTRATADA** (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA – QUITAÇÃO

A **CONTRATADA**, neste ato, confere ao **IMPA** a mais ampla, total, irrestrita e irrevogável quitação com relação a qualquer obrigação oponível por força do Contrato até o presente momento, inclusive em relação à remuneração dos serviços já prestados, nada tendo a reclamar, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e título, quanto ao cumprimento de tais obrigações.

CLÁUSULA TERCEIRA– ASSINATURA ELETRÔNICA

As Partes concordam em assinar o presente instrumento de forma eletrônica, por meio da plataforma específica para tal finalidade, a D4Sign (www.d4sign.com.br), nos moldes do art. 10 da MP 2.200-2/01, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, a validade do documento assinado eletronicamente, o qual produzirá plenamente seus efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO:

4.1 Ficam inalteradas e ratificadas todas as cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços não alteradas ou excluídas expressamente pelo presente Termo Aditivo.

4.2 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Termo Aditivo em meio eletrônico, perante duas testemunhas, por meio da plataforma de assinaturas eletrônicas D4Sign.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021.

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA

Marcelo Miranda Viana da Silva
Diretor Geral

Claudio Landim
Diretor Adjunto

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
Titular

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA, associação privada sem fins lucrativos qualificada como organização social pelo Decreto nº 3.605/00, com sede na Estrada Dona Castorina, nº 110, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.447.568/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **IMPA** ou **CONTRATANTE**; e

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, estabelecida na Avenida Washington Luis, 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.085-008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, portadora da inscrição estadual nº 86.528.762, neste ato representada por seu titular, José Gabriel da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 200105856, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que, em 09/08/2021, as Partes celebraram o contrato de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo para as dependências do IMPA, situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ, com término previsto para 16/08/2022;

CONSIDERANDO que em razão do retorno das atividades presenciais no **IMPA**, torna-se a necessário o aumento do quantitativo de funcionários da **CONTRATADA** para prestação dos serviços de manutenção predial no imóvel sede do **IMPA** situado na Estrada Dona Castorina, nº 110, Jardim Botânico/RJ, para inclusão de 1 (um) posto de auxiliar de serviços, levando à conseqüente majoração do valor mensal acordado e reajuste do valor global acordado no Contrato principal;

Resolvem, pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, as Partes acima qualificadas **ADITAR** o contrato de prestação de serviços, o que fazem mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a majoração quantitativa dos serviços para inclusão de 1 (um) posto de auxiliar de serviços gerais, a contar de 16/10/2021, em razão da necessidade de aumento do quantitativo de funcionários da **CONTRATADA** para prestação dos serviços de manutenção no imóvel sede do **IMPA** situado na Estrada Dona Castorina, nº 110, Jardim Botânico/RJ, no valor global fixo e irreajustável de R\$ 42.030,20 (quarenta e dois mil, trinta reais e vinte centavos), a ser pago na forma abaixo disposta:



- a) 2 (duas) parcelas no valor de R\$ 155.464,44 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e treze reais e nove centavos) mensais a serem pagas na forma do item 4.10 do Contrato principal, já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**; e
- b) 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 159.667,64 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), a serem pagas na forma do item 4.10 do Contrato principal, já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**, discriminada na seguinte forma:
- b.1) R\$ 151.116,11 (cento e cinquenta e um mil, cento e dezesseis reais e onze centavos) mensais, pelos serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo nas dependências do IMPA situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ; e
- b.2) R\$ 8.551,35 (oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) mensais, pelos serviços de limpeza, asseio, conservação e apoio administrativo na dependência do IMPA situada na Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ.

1.2 Em razão da majoração quantitativa dos serviços disposta no item 1.1 acima, fica acordado que o valor global contratado, fixo e irrevogável, passará ao montante de R\$ 1.907.603,48 (um milhão, novecentos e sete mil, seiscentos e três reais e quarenta e oito centavos).

1.3 Constitui parte integrante do presente contrato, como se neste estivesse transcrito, a Proposta Comercial de 01/10/2021 da **CONTRATADA** (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA – QUITAÇÃO

A **CONTRATADA**, neste ato, confere ao **IMPA** a mais ampla, total, irrestrita e irrevogável quitação com relação a qualquer obrigação oponível por força do Contrato até o presente momento, inclusive em relação à remuneração dos serviços já prestados, nada tendo a reclamar, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e título, quanto ao cumprimento de tais obrigações.

A
26

CLÁUSULA TERCEIRA– ASSINATURA ELETRÔNICA

As Partes concordam em assinar o presente instrumento de forma eletrônica, por meio da plataforma específica para tal finalidade, a D4Sign (www.d4sign.com.br), nos moldes do art. 10 da MP 2.200-2/01, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a validade do documento assinado eletronicamente, o qual produzirá plenamente seus efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO:

4.1 Ficam inalteradas e ratificadas todas as cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços não alteradas ou excluídas expressamente pelo presente Termo Aditivo.

4.2 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Termo Aditivo em meio eletrônico, perante duas testemunhas, por meio da plataforma de assinaturas eletrônicas D4Sign.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021.

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA

Marcelo Miranda Viana da Silva
Diretor Geral

Claudio Landim
Diretor Adjunto

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
Titular

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

P525 525-1 1TA TAPEVAS pdf

Código do documento 485f5396-db7c-45bd-a950-fa874ed6cd55

Anexo: PROPOSTA - Cópia.pdf



Assinaturas



Angelo Santos Siqueira
operacional@grupotapevas.com.br
Assinou como testemunha



JOSÉ GABRIEL DA SILVA
comercial@grupotapevas.com.br
Assinou como parte e apresentou documento com foto



Diogo Lourenço Seixas
diogo.seixas@impa.br
Aprovou



Thayssa Prates Araujo
thayssa.araujo@impa.br
Assinou como testemunha



Bárbara Karoly Conceicao
barbara.karoly@impa.br
Aprovou



claudio landim
landim@impa.br
Assinou como parte



Marcelo Miranda Viana da Silva
viana@impa.br
Assinou como parte



Thayssa Prates Araujo



claudio landim

Marcelo Miranda Viana da Silva

Eventos do documento

26 Oct 2021, 10:47:48

Documento número 485f5396-db7c-45bd-a950-fa874ed6cd55 **criado** por THAYSSA PRATES ARAUJO (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6). Email :thayssa.araujo@impa.br. - DATE_ATOM: 2021-10-26T10:47:48-03:00

26 Oct 2021, 10:49:43

Lista de assinatura **iniciada** por THAYSSA PRATES ARAUJO (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6). Email: thayssa.araujo@impa.br. - DATE_ATOM: 2021-10-26T10:49:43-03:00

26 Oct 2021, 13:23:22

ANGELO SANTOS SIQUEIRA **Assinou como testemunha** - Email: operacional@grupotapevas.com.br - IP:



189.81.143.56 (189-81-143-56.user3p.veloxzone.com.br porta: 47932) - Documento de identificação informado:
019.748.577-43 - DATE_ATOM: 2021-10-26T13:23:22-03:00

27 Oct 2021, 12:16:35

JOSÉ GABRIEL DA SILVA **Assinou como parte** - Email: comercial@grupotapevas.com.br - IP: 189.81.143.56
(189-81-143-56.user3p.veloxzone.com.br porta: 25536) - Documento de identificação informado: 109.662.037-55 -
DATE_ATOM: 2021-10-27T12:16:35-03:00

27 Oct 2021, 13:34:10

DIOGO LOURENÇO SEIXAS **Aprovou** (Conta a749faa2-0212-414c-92d3-43f7653f089c) - Email:
diogo.seixas@impa.br - IP: 147.65.122.51 (ptr-122-51.impa.br porta: 63808) - Documento de identificação
informado: 118.282.207-01 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM:
2021-10-27T13:34:10-03:00

27 Oct 2021, 13:35:32

THAYSSA PRATES ARAUJO **Assinou como testemunha** (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6) - Email:
thayssa.araujo@impa.br - IP: 147.65.121.68 (ptr-121-68.impa.br porta: 18274) - Documento de identificação
informado: 136.037.927-42 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM:
2021-10-27T13:35:32-03:00

29 Oct 2021, 08:57:59

BÁRBARA KAROLY CONCEICAO **Aprovou** (Conta 15b68b98-ff8d-4326-8df1-92a30a220117) - Email:
barbara.karoly@impa.br - IP: 200.229.237.134 (134.237.229.200.as28165.wcs.net.br porta: 59498) -
Geolocalização: -23.5452959 -46.6561272 - Documento de identificação informado: 115.024.617-06 -
Autenticação em dois fatores no smartphone ativada - DATE_ATOM: 2021-10-29T08:57:59-03:00

29 Oct 2021, 16:58:03

CLAUDIO LANDIM **Assinou como parte** (Conta 15035868-c6de-4f71-8d91-c763a0cc6d8d) - Email:
landim@impa.br - IP: 77.197.158.78 (78.158.197.77.rev.sfr.net porta: 16500) - Documento de identificação
informado: 825.738.597-20 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM:
2021-10-29T16:58:03-03:00

30 Oct 2021, 10:46:37

MARCELO MIRANDA VIANA DA SILVA **Assinou como parte** (Conta 874e2baf-fe50-48c9-80e0-7b1875c102d7) -
Email: viana@impa.br - IP: 147.65.60.17 (ptr-60-17.impa.br porta: 20644) - Documento de identificação informado:
994.234.487-04 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM:
2021-10-30T10:46:37-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a7109dbe33ae41a0c9bdded032cec03adc853cabd20888ee7d233a7713098ecd
(SHA512):56c2b8da02385c904b76938b8a37df23722c281b73da1fa3af13463c5eca88cd99a35b533db6faa3a06fa0d647006f964fb7ac43f007c5c206fa39903128c00c

Hash dos documentos anexos

Nome: PROPOSTA - Copia.pdf

(SHA256):73596aab89d29ea7f84c1e9b4d0e4732f431e78f9667b05608156cea4e499e0d
(SHA512):7cbeb7f2324dae90cb90bec72a7690fec42dc85de8d53eaa651eadddfb08029321b57c348b8928eaa535dedd06a39f5bea5d085937c4d10da47ced2cf7570782

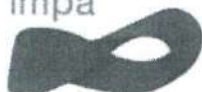


10 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 01 de novembro de 2021,
08:03:45



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA-IMPA, situada na Estrada Dona Castorina nº 110, Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ, e, eventualmente, nos imóveis de propriedade do IMPA, situados nos seguintes endereços: Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ.; Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ e Travessa Santa Leocádia nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana – Rio de Janeiro/RJ., ATESTA para os devidos fins que a **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Avenida das Américas, 13685 - Sala 264, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22.790-701, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, nos presta Serviços de Manutenção de Infraestrutura Predial.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados no prédio sede do IMPA, em caráter preventivo e corretivo, tendo por objetivo manter em perfeito estado de funcionamento e conservação de todos os seus Equipamentos, Instalações e Sistemas, compostos dos seguintes itens:

- Instalações Elétricas & Redes de Dados
- Sistemas de Monitoramento e Vigilância;
- Subestação, QDL's, QFL's, QGBTs, Painéis Distribuidores, Transformadores, Barramentos, Grupos Geradores, NoBreaks;
- Sistemas de Refrigeração Central & Individuais;
- Sistemas de Infraestrutura Civil Geral & Conservação;
- Instalações e Equipamentos de Combate a Incêndio;
- Instalações Hidrossanitárias e Pluviais;

Classificam-se como Manutenções Preventivas todas as ações programáveis, destinadas a manter os equipamentos, sistemas e instalações em bom estado, permitindo seu funcionamento normal;

Classificam-se como Manutenções Corretivas todas as intervenções realizadas depois da ocorrência da falha, tendo, portanto, caráter emergencial. As manutenções corretivas não são programadas, sendo executadas para substituição e reparo de componentes de sistemas, equipamentos e instalações que apresentem falhas ou por desgaste de operação;

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Condé de Porto Alegre, 24 - Lj. A-2 - Jardim Botânico - Duque de Caxias - RJ - Fone: (21) 2771-9293 / 2672-1449

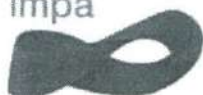
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - PETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79047 DGV

080647AA825949

55 21 2529-5000



Os serviços nos imóveis de propriedade do IMPA, anteriormente citados, serão executados de forma eventual, conforme orientação da Coordenação de Apoio Administrativo – CAA, respeitando-se as obrigações das funções, conforme organograma, para que não haja desvio de função;

Caberá aos membros da equipe de manutenção da CONTRATADA, a realização das seguintes atividades, conforme demanda da Coordenação de Apoio Administrativo - CAA:

Infraestrutura Elétrica:

-Auxiliar do Profissional na Manutenção Preventiva & Corretiva, Remanejamento, Substituição, Reparo e/ou Instalação de Pontos de Iluminação, TUG'S, TUE'S, Instalações de Redes e Dados e Quadros Elétricos Distribuidores;

-Auxiliar do Profissional na Manutenção dos Sistemas de Câmeras de Vigilância e Sistemas Eletrônicos Diversos;

-Auxiliar do Profissional nas Operações de Monitoramento, Manobra e Desligamentos de Equipamentos do Sistema Elétrico e de Potência.

Infraestrutura Civil:

-Auxiliar do Profissional na confecção de pequenas estruturas em alvenaria, concreto e madeira;

-Auxiliar do Profissional durante execução de serviços de Revestimentos Diversificados, Revestimento de Insumos Diversos e Pintura de Superfícies;

-Auxiliar do Profissional durante execução de serviços de Manutenção Preventiva & Corretiva em Telhados e Coberturas (com sistemas de ancoragem disponibilizados pelo CONTRATANTE para realização de trabalhos em altura);

-Execução de Serviços de Manutenção & Conservação em todos os tipos de Mobiliários e Acessórios Gerais Utilizados no IMPA, como Fechaduras, Persianas, entre outros, além de Bebedouros e demais Sistemas de Infraestrutura Hidráulicos Gerais, além de Serviços Específicos e Individualizados nas áreas de Logística e Administração;

Infraestrutura de Refrigeração:

-Auxiliar do Profissional nas Manutenções Preventivas, Instalação e Remanejamento de Aparelhos de Refrigeração do Tipo Split;



102



-Auxiliar do Profissional nas Operações de Manutenção Preventiva, Corretiva, Monitoramento e Manobra em Sistemas de Refrigeração Central.

METRAGENS DAS EDIFICAÇÕES:

Áreas Internas 11.012 m².

Áreas Externas 17.120 m².

Fachadas Envidraçadas 175 m².

Metragem total: 28.307 m².

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos presta os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Prazo Contratual: 12(doze) meses.

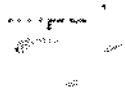
Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2020.

Diogo Seixas

Diogo Seixas
Coordenador de Infraestrutura
Operacional

Coordenador de Infraestrutura e Operacional
Gerencia Administrativa
IMPA





MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM ENTRE SI, ASSOCIAÇÃO INSTITUTO
NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA
e 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA
ABAIXO:**

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelo Decreto nº 3.605 de 20/09/2000, com sede na Estrada Dona Castorina nº 110, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.447.568/0001-43, neste ato representada por seu Diretor Geral, Prof. Dr. Marcelo Miranda Viana da Silva, brasileiro, divorciado, matemático, portador da carteira de identidade nº 08180141-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.234.487-04, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** ou **IMPA**; e

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, estabelecida na Avenida das Américas, 13.685, Sala 264, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22.790-701, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.0010001-09, portadora da inscrição estadual nº 86.528.762, neste ato representada por seu titular, José Gabriel da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 200105856, expedida pelo DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Resolvem as partes acima qualificadas, pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, firmar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 Constitui o objeto deste contrato a prestação pela **CONTRATADA** dos serviços de manutenção predial para as dependências do **IMPA**, situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204,304, 501 e 503, Copacabana/RJ.

1.2 Constituem partes integrantes do presente contrato, como se neste estivessem transcritos, o Termo de Referência SC 2504 do **IMPA** de 11/06/2019 (Anexo I), a Proposta Comercial de 18/07/2017 da **CONTRATADA** (Anexo II) e a Relação de Documentos de Apresentação Obrigatória (Anexo III).

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 Os serviços mencionados no item 1.1 deverão atender integralmente as especificações técnicas e determinações relacionadas no Termo de Referência do **IMPA** e na Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

2.2 O **IMPA** poderá solicitar à **CONTRATADA** variações ou exclusões de determinados postos de trabalho, o que ensejará o acréscimo ou redução correspondente de forma proporcional na remuneração dos serviços, com base nos valores expressos na Proposta

Estrada Dona Castorina, 110 Rio de Janeiro - Brasil 22460-320 Fone: 55 21 2529 5000/5284 Fax: 55 21 2512 4115
<http://www.impa.br>


Bárbara Karoly
Coordenadora Jurídica
IMPA

104

Comercial da CONTRATADA

2.3 O IMPA poderá, ainda, suspender temporariamente, em qualquer ocasião, no todo ou em parte, a execução do objeto do presente contrato, devendo avisar a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.4 Na hipótese prevista no item 2.2 acima, o IMPA deverá solicitar à CONTRATADA as alterações por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.5 Em caso de ausência do funcionário da CONTRATADA, esta deverá providenciar a devida reposição em tempo hábil de forma a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

2.6 Caberá ainda à CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações dispostas no Termo de Referência, não podendo alegar desconhecimento, e respondendo perante o IMPA por quaisquer violações ou descumprimento das obrigações ali dispostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/08/2019, com término previsto para 15/08/2020, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O IMPA se obriga a pagar à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 22.233,51 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

4.2 Estão inclusos nos valores expressos no item 2.1 acima todo e qualquer custo para prestação dos serviços ora contratados e os tributos devidos, tais como impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como outras despesas de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do presente Contrato, inclusive despesas administrativas, custos operacionais, insumos, deslocamentos, transportes, encargos trabalhistas e provisões para pagamento de todas verbas rescisórias referentes às rescisões dos contratos de trabalho durante ou após a finalização do vínculo contratual.

4.3 O valor do vale-transporte poderá sofrer variação de acordo com a quantia efetivamente despendida pelos funcionários da CONTRATADA ou em virtude da aplicação de reajuste pela autoridade competente.

4.4 O preço mencionado no item 4.1 poderá ser alterado para contemplar os reajustes determinados por Convenção Coletiva, desde que devidamente homologados pela autoridade competente, considerando a data base da categoria. O reajuste somente poderá ser aplicado sobre os itens e rubricas expressamente majorados nos instrumentos coletivos

acima mencionados, não havendo, nesta hipótese, aplicação de qualquer reajuste sobre os demais componentes do preço, inclusive sobre os insumos.

4.5 A **CONTRATADA** apresentará nota fiscal discriminada em 2 (duas) vias devidamente firmadas e cumpridas todas as exigências legais, juntamente com a documentação prevista no Anexo III deste instrumento, competindo ao **IMPA**, quando cabível, efetuar a retenção de qualquer tributo que a lei determine.

4.6 A devolução do documento fiscal não aprovado pelo **IMPA**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

4.7 O pagamento será efetuado pelo **IMPA** no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de apresentação e aprovação expressa da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios previstos no Anexo III, mediante depósito na conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**.

4.8 Caso o vencimento se dê em dia não útil ou feriado bancário, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente.

4.9 O pagamento do documento fiscal de cobrança poderá ser susinado, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) descumprimento de solicitações efetuadas pelo **IMPA**; e
- c) existência de débito de qualquer natureza com o **IMPA**.

4.10 O pagamento do documento fiscal não isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes deste contrato e pela execução dos serviços respectivos, quaisquer que forem, nem implicará na aceitação dos serviços executados, total ou parcialmente.

4.11 Poderá ocorrer a suspensão do prazo para pagamento quando não for apresentada a documentação comprobatória sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

4.12 O **IMPA** poderá deduzir os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** da remuneração pelos serviços prestados prevista no item 4.1 desta Cláusula.

4.13 É vedada à **CONTRATADA** a negociação dos créditos decorrentes deste contrato junto à rede bancária, empresas de *factoring* ou outras instituições semelhantes para realização de operações de desconto, cobranças de duplicatas ou qualquer outra operação financeira similar.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO IMPA:

Caberá ao IMPA:

- a) fornecer as informações, documentos, dados, colocando à disposição da **CONTRATADA** todos os meios necessários para a realização dos serviços aqui estipulados;
- b) comunicar à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços; e
- c) possibilitar o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências do IMPA nas datas e horários ajustados previamente pelas Partes.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Caberá à **CONTRATADA**:

- a) executar os serviços contratados com integral e rigorosa observância aos termos e condições constantes neste Contrato, bem como aos preceitos éticos e profissionais relacionados ao trabalho a ser desenvolvido, o que deverá ser feito dentro dos padrões de desenvolvimento definidos de comum acordo entre as partes, respeitando todas as leis, resoluções, normas, posturas e regulamentos federais, estaduais e municipais relacionados com a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição;
- c) prover toda a mão-de-obra necessária à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação vigente, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais habilitados e treinados, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o IMPA;
- d) atender, com toda a diligência possível, as determinações do IMPA, adotando as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas, refazendo, quando for o caso, os serviços eventualmente imperfeitos, sem que isto importe em qualquer acréscimo ao valor estabelecido para a prestação dos serviços, bem como efetuando substituição de pessoal considerado inadequado e/ou despreparado para a prestação dos serviços, a exclusivo critério do IMPA;
- e) respeitar as normas e procedimentos de controle interno do IMPA, inclusive as regras de segurança e acesso às dependências e, ainda, o Código de Ética e Conduta institucional disponível no site (<https://impa.br/sobre/acesso-a-informacao/>).

- f) zelar pelo cumprimento de todas as normas de segurança vigentes, exigindo que os seus funcionários as cumpram rigorosamente durante todo o período de vigência deste instrumento, obrigando-os, sempre que necessário, a utilizar os equipamentos de segurança determinados;
- g) comunicar ao **IMPA** qualquer anormalidade constatada, bem como prestar os esclarecimentos eventualmente solicitados;
- h) utilizar exclusivamente para as atividades aqui estipuladas, toda e qualquer informação e/ou documentos obtidos do **IMPA** para fins do presente Contrato;
- i) assumir, de maneira irrevogável e irretroatável, a total e absoluta responsabilidade por quaisquer prejuízos, perdas e toda espécie de danos que vierem a ser sofridos pelo **IMPA** ou por terceiros em razão de defeitos na prestação dos serviços ora avençada e/ou que decorram de ato ilícito, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança pela **CONTRATADA**, por seus representantes, empregados e/ou prepostos;
- j) prover todas as ferramentas e equipamentos necessários à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação e normas técnicas vigentes, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais habilitados e treinados na operação e uso de tais máquinas, ferramentas e equipamentos;
- k) fornecer toda assistência jurídica, além de outras pertinentes, em casos de acidentes sofridos pelos profissionais que estiverem prestando serviços, ficando ajustado que todas as despesas decorrentes desse tipo de evento, assim como com relação a eventuais doenças pleiteadas pelos empregados envolvidos na execução dos serviços e que, comprovadamente, decorram da execução do objeto deste Contrato, serão assumidas pela **CONTRATADA**;
- l) cumprir com leis, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, assumindo, como única responsável, todas as consequências de quaisquer transgressões que pratique, ou multa que sofra, devendo cumprir imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades competentes, sem prejuízo de enviar uma cópia de todas as intimações e/ou notificações que receber para o **IMPA**; e
- m) arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de responsabilidade da **CONTRATADA** que o **IMPA** venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aqueles resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o **IMPA** por empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, sob pena de ter o respectivo valor descontado no(s) próximo(s) pagamento(s), com que a **CONTRATADA** declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - MÃO-DE-OBRA FORNECIDA:

7.1 Caberá a **CONTRATADA** prover toda a mão-de-obra necessária à total execução dos serviços, disponibilizando exclusivamente profissionais devidamente habilitados e qualificados para os serviços, cujo controle de jornada deverá realizado em absoluta obediência à legislação vigente, especialmente em conformidade com a Portaria MTE nº 1510/2009.

7.2 Os serviços deverão ser prestados necessariamente por funcionários da **CONTRATADA**, em completa e absoluta obediência à legislação trabalhista e previdenciária vigente, não sendo admitida, em hipótese alguma, a contratação de profissionais autônomos ou pessoas jurídicas para tal fim.

7.3 Os funcionários da **CONTRATADA** deverão estar uniformizados, bem como utilizar, sempre que necessário, os equipamentos de proteção individual e, ainda, portar o crachá de identificação de modo visível.

7.4 A **CONTRATADA** é responsável direta por todos os encargos, inclusive trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução do presente contrato, sendo certo que o pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados será de sua única e exclusiva responsabilidade, não ensejando qualquer vínculo empregatício com o IMPA.

7.5 O não recolhimento pela **CONTRATADA** de qualquer encargo determinado pela legislação vigente não transfere ao IMPA a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.6 Caberá a **CONTRATADA** contratar e manter seguro de vida e acidentes pessoais para todos os funcionários disponibilizados ao IMPA por força deste contrato, bem como deverá garantir o fornecimento de todos os benefícios eventualmente previstos Convenção Coletiva de trabalho da respectiva categoria.

7.7 Fica a **CONTRATADA** obrigada arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de sua responsabilidade que o IMPA venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aquelas resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o IMPA por empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, sob pena de, quando possível, ter o respectivo valor descontado no próximo pagamento, com que a **CONTRATADA** declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

8.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que solicitado pelo IMPA, no prazo de 10 (dez) dias, documentos que comprovem a sua regularidade trabalhista e fiscal.

8.2 A **CONTRATADA** deverá esclarecer eventuais dúvidas ou inconsistências apontadas pelo **IMPA** em até 7 (sete) dias, salvo em caso de contato urgente, quando deverá atender ao **IMPA** em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

8.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, implicará na rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais cabíveis.

8.4 A fiscalização exercida pelo **IMPA** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual, nem a responsabilidade pelos danos causados ao **IMPA** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, sejam culposas ou dolosas, de quaisquer de seus empregados e/ou prepostos, ou decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos destinados ao pagamento das despesas do presente Contrato serão providos pelo Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o **IMPA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES:

10.1 Excetuando a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, nas hipóteses de descumprimento por parte da **CONTRATADA** de cláusulas ou condições contratuais estabelecidas no presente instrumento e respectivos anexos, ficará esta sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito, quando do cometimento de pequenas irregularidades;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor discriminado no caput do item 4.1 deste Contrato por cada infração, sem prejuízo da opção pelo **IMPA** da resolução antecipada estipulada no item 10.1 deste instrumento.

10.2 O valor da multa poderá eventualmente ser reduzido pelo **IMPA**, a único e exclusivo critério deste, em razão da menor gravidade dos fatos.

10.3 A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da formalização da aplicação da penalidade, para apresentar sua justificativa em relação ao inadimplemento contratual, cuja aceitação poderá ocorrer ou não, dependendo unicamente e exclusivamente de decisão do **IMPA**.

10.4 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente e deverão ser quitadas pela **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua formalização.

10.5 A execução insatisfatória dos serviços pela **CONTRATADA** sem a devida correção em tempo hábil poderá ser considerada como inadimplemento contratual, autorizando a aplicação

das penalidades previstas no item 10.1 acima.

10.6 Ocorrendo o inadimplemento por culpa ou dolo da **CONTRATADA**, responderá esta por perdas e danos a que der causa, bem como por todas as demais despesas a que o **IMPA** for obrigado efetuar para defender seus direitos, tais como despesas extrajudiciais, custas e honorários advocatícios, desde já arbitrados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, sem prejuízo da cobrança das multas estipuladas no item 9.1 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DENÚNCIA E DISSOLUÇÃO CONTRATUAL:

11.1 O presente contrato poderá ser resolvido de pleno direito pelo **IMPA** nos seguintes casos:

- a) inexecução total ou parcial pela **CONTRATADA** do objeto contratual por mais de 30 (trinta) dias;
- b) descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer obrigações previstas neste instrumento e em seus anexos por mais de 30 (trinta) dias;
- c) descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer obrigações trabalhistas ou previdenciárias por mais de 10 (dez) dias;
- d) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual para terceiros, sem o prévio e expresso consentimento do **IMPA**;
- e) decretação de falência ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**.

11.2 Na hipótese de rescisão do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, desde já o direito do **IMPA** de adotar, no que couber e a seu exclusivo critério, as medidas a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **IMPA**;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **IMPA**.

11.3 Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução dos serviços contratados, o **IMPA** reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra firma de sua livre escolha, após comunicação por escrito à **CONTRATADA** com antecedência de 5 (cinco) dias.

11.4 A utilização do direito assegurado na cláusula anterior pelo **IMPA** não implicará, necessariamente em renúncia aos demais direitos garantidos por lei e/ou por este contrato.

11.5 É facultado a quaisquer das Partes resiliir o presente contrato a qualquer tempo,

13.6 Fica, ainda, proibida qualquer veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do IMPA.

13.7 As Partes declaram concordar expressamente com os termos aqui ajustados, obrigando-se mutuamente pelos direitos e obrigações decorrentes do mesmo, bem como, eventualmente, seus sucessores, a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO:

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.


E por estarem desta forma acordados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas ao final nomeadas para que produza os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019

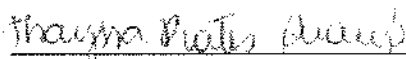
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA


Marcelo Miranda Viana da Silva
Diretor Geral


2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI


José Gabriel da Silva
Titular

Testemunhas:



Nome: Thayssa Prates Araujo
CPF: 136.037.927-42
RG nº 21.748.537-4



Nome: Carlos Roberto Pereira
CPF: 035.149.128-04

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

f) exames médicos periódicos ou de retorno em caso de licença médica; e

g) programação de férias dos empregados, bem como o aviso e recibo de férias dos empregados.

1.4 Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo máximo de 30 (dias) do encerramento contratual, deverá apresentar a seguinte documentação:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

2. Caberá a **CONTRATADA** manter atualizada a relação dos empregados mencionada na alínea "a" do item 1.1, de modo que, sempre que houver admissão de novos empregados, afastamento ou demissão, a **CONTRATADA** deverá enviar a relação atualizada dos empregados.

3. A **CONTRATADA** declara ter ciência de que a não apresentação da documentação prevista neste anexo, assim como o descumprimento de qualquer obrigação trabalhista ou a não manutenção das condições de habilitação poderão ensejar a retenção do(s) pagamento(s) até a efetiva regularização da falha e, ainda, a aplicação das penalidades previstas no Contrato, em especial aplicação de multa e a rescisão, além das demais cominações legais cabíveis.



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM ENTRE SI, ASSOCIAÇÃO INSTITUTO
NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA –
IMPA E TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI,
NA FORMA ABAIXO:**

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA, associação privada sem fins lucrativos qualificada como organização social pelo Decreto nº 3.605/00, com sede na Estrada Dona Castorina nº 110, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-320, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.447.568/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **IMPA**; e

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, estabelecida na Avenida Washington Luís, 2.550, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.085-008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, portadora da inscrição estadual nº 86.528.762, neste ato representada por seu titular, José Gabriel da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 200105856, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, as Partes acima qualificadas, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação, pela **CONTRATADA**, dos serviços de manutenção predial para as dependências do **IMPA**, situadas na Estrada Dona Castorina, nº: 110, Jardim Botânico/RJ, Rua Diamantina, nº 23, Jardim Botânico/RJ, Rua Barão de Oliveira Castro, nº 60, Jardim Botânico/RJ e Travessa Santa Leocádia, nº 64, apartamentos 204, 304, 501 e 503, Copacabana/RJ, atendendo a todas as obrigações dispostas no Termo de Referência de 01/07/2021 do **IMPA**.

1.2 Constituem partes integrantes do presente contrato, como se neste estivessem transcritos, o Termo de Referência de 01/07/2021 do **IMPA** (Anexo I) e a Proposta Comercial de 13/07/2021 da **CONTRATADA** (Anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 Os serviços mencionados nos itens da Proposta Comercial da **CONTRATADA** deverão atender integralmente a todas as obrigações, prazos e especificações técnicas constantes no Termo de Referência do **IMPA** (Anexo I), declarando a **CONTRATADA** ser experiente, competente e plenamente apta a executar os serviços contratados e

115



realizar a locação solicitada, que deverão seguir estritamente às normas do Conselho Regional de Engenharia – CREA/RJ, quando aplicáveis, além das normas trabalhistas e à legislação federal, estadual e municipal vigente e aplicável à execução e garantia dos serviços contratados e mencionados no item 1.1 da Cláusula Primeira.

2.1.1 Caberá ainda à **CONTRATADA** o cumprimento integral de todas as obrigações dispostas no Termo de Referência de 01/07/2021 (Anexo I), não podendo alegar desconhecimento, e respondendo perante o **IMPA** por quaisquer violações ou descumprimento das obrigações ali dispostas.

2.2 As solicitações de informações e/ou documentos pela **CONTRATADA** deverão necessariamente ser realizadas por escrito para o Coordenador de Infraestrutura Operacional, Sr. Diogo Seixas (diogo.seixas@impa.br) e para o e-mail institucional da Coordenação de Infraestrutura Operacional (sadmin@impa.br).

2.3 Em caso de ausência do funcionário da **CONTRATADA** ou na hipótese do **IMPA** solicitar a substituição de algum funcionário, deverá ser providenciada a devida reposição ou substituição em tempo hábil de forma a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

2.4 O **IMPA** poderá solicitar à **CONTRATADA** variações quantitativas de determinados itens de serviço, hipótese em que haverá o equivalente acréscimo ou redução na remuneração dos serviços, quando cabível, devendo as Partes registrar as novas condições por meio da celebração de Termo Aditivo.

2.5 Caso seja do interesse do **IMPA**, os serviços poderão ser suspensos temporariamente, em qualquer ocasião, no todo ou em parte, devendo o **IMPA** avisar à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/08/2021, com término previsto para 16/08/2022, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O **IMPA** se obriga a pagar à **CONTRATADA**, pela regular execução dos serviços relacionados na Cláusula Primeira, o valor global fixo e irrevogável de R\$ 551.669,65 (quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas no valor de R\$ 45.972,47 (quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), na forma do item 4.10, já inclusos todos os custos e despesas discriminadas na planilha de formação de custos e preços e tributos integrantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

160



4.2 Estão inclusos nos valores expressos no item 2.1 acima todo e qualquer custo para prestação dos serviços ora contratados e os tributos devidos, tais como impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como outras despesas de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do presente Contrato, inclusive despesas administrativas, custos operacionais, insumos, deslocamentos, transportes, encargos trabalhistas e provisões para pagamento de todas verbas rescisórias referentes às rescisões dos contratos de trabalho durante ou após a finalização do vínculo contratual.

4.3 O valor do vale-transporte poderá sofrer variação de acordo com a quantia efetivamente despendida pelos funcionários da **CONTRATADA** ou em virtude da aplicação de reajuste pela autoridade competente.

4.4 O preço mencionado no item 4.1 poderá ser alterado para contemplar os reajustes determinados por Convenção Coletiva, desde que devidamente homologados pela autoridade competente, considerando a data base da categoria. O reajuste somente poderá ser aplicado sobre os itens e rubricas expressamente majorados nos instrumentos coletivos acima mencionados, não havendo, nesta hipótese, aplicação de qualquer reajuste sobre os demais componentes do preço, inclusive sobre os insumos.

4.5 A **CONTRATADA** declara que o preço proposto para execução dos serviços contempla todos os demais custos e tributos, além daqueles mencionados no item 4.2 desta Cláusula, para cumprir integralmente as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão ou reajustamento de preço, salvo as dispostas nos itens 4.3 e 4.4 da presente Cláusula.

4.6 A **CONTRATADA** apresentará ao **IMPA** a nota fiscal de acordo com as exigências legais aplicáveis, incluído a descrição clara do objeto da contratação, até o último dia do mês correspondente ao da prestação do serviço, juntamente com as certidões de regularidade trabalhista, previdenciária (Seguridade Social e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e fiscal perante a União, Estado e Município.

4.6.1 A documentação relacionada no item 4.5 deverá ser encaminhada necessariamente para todos os seguintes e-mails: juridico.faturamento@impa.br, diogo.seixas@impa.br e sadmin@impa.br, sob pena de não ser considerada como recebida e, conseqüentemente, não ser realizado o pagamento, sem que caiba qualquer direito de reclamação por parte da **CONTRATADA**, especialmente para cobrança de correção monetária, juros, multa ou indenização.

4.7 Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência deste Contrato ou de sua execução serão de responsabilidade exclusiva do contribuinte assim definido pela norma tributária, sendo certo que o **IMPA** efetuará as retenções a que estiver obrigado pela legislação vigente.



4.8 Em caso de possibilidade de redução ou eliminação de eventual retenção a ser efetuada pelo **IMPA**, a **CONTRATADA** informará previamente e formalmente tal condição ao **IMPA**, devendo indicar a fundamentação legal e fornecer todos os documentos necessários para embasamento da sua requisição.

4.9 A devolução do documento fiscal não aprovado pelo **IMPA**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

4.10 O pagamento será efetuado pelo **IMPA** no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante depósito na conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**.

4.11 Caso o vencimento se dê em dia não útil ou feriado bancário, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente.

4.12 O pagamento do documento fiscal de cobrança poderá ser susgado, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) descumprimento de solicitações efetuadas pelo **IMPA**; e
- c) existência de débito de qualquer natureza com o **IMPA**.

4.13 Poderá ocorrer a suspensão do prazo para pagamento quando não for apresentada a documentação comprobatória sem que isso gere direito à atualização monetária, multa e/ou aplicação de qualquer tipo de reajuste sobre o valor da parcela. Nesta hipótese, o prazo somente voltará a fluir quando do cumprimento da(s) pendência(s), ficando prorrogado automaticamente por período idêntico ao do atraso na entrega da referida documentação.

4.14 O **IMPA** poderá deduzir os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** da remuneração pelos serviços prestados prevista no item 4.1 desta Cláusula.

4.15 É vedada à **CONTRATADA** a negociação dos créditos decorrentes deste contrato junto à rede bancária, empresas de *factoring* ou outras instituições semelhantes para realização de operações de desconto, cobranças de duplicatas ou qualquer outra operação financeira similar.

4.16 Após o advento do termo contratual previsto na Cláusula Terceira do presente contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para emitir quaisquer faturamentos pendentes no âmbito dos serviços contratados e mencionados no item 1.1



deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO IMPA:

Caberá ao **IMPA**:

- a) fornecer informações, documentos, dados, colocando à disposição da **CONTRATADA** todos os meios necessários para a realização dos serviços aqui estipulados;
- b) comunicar à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- c) possibilitar o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências do imóvel de propriedade do **IMPA** nas datas e horários ajustados previamente pelas Partes; e
- d) efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços à **CONTRATADA**, nos prazos e valores previstos na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Caberá à **CONTRATADA**:

- a) executar os serviços contratados com integral e rigorosa observância aos termos, obrigações e condições constantes neste Contrato e no Termo de Referência do **IMPA** (Anexo I), atendendo os critérios, condições, diretrizes, locais, prazos, quantidades, especificações técnicas, cronogramas e procedimentos estabelecidos em tais documentos;
- b) respeitar os preceitos éticos e profissionais relacionados ao trabalho a ser desenvolvido, obedecendo obrigatoriamente a todas as leis, decretos, códigos, normas, políticas e regulamentos federais, estaduais e municipais, vigentes ou que sejam editados durante a vigência deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, as normas que disciplinam os direitos de propriedade intelectual, personalidade, proteção de dados, segurança do trabalho e terceirização de mão-de-obra;
- c) cumprir, quanto à atividade exercida e quanto aos serviços ora contratados, as disposições previstas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que proíbem expressamente o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;



- d) executar todas as suas atividades em absoluto respeito às convenções e normas legais anticorrupção, de proteção à saúde, à segurança e à medicina do trabalho, à dignidade humana, à criança e ao adolescente e, ainda, ao meio-ambiente, pelo que reconhece a **CONTRATADA** ser absolutamente vedada a prática de qualquer ação ou omissão que possa ser considerada como: corrupção ou ato assemelhado; violação a direitos humanos e regras ambientais; trabalho em condição insalubre, perigoso ou análogo à condição de escravidão; e trabalho infanto-juvenil irregular e em desacordo com o ECA;
- e) obedecer o Código de Ética e Conduta e a Política de Prevenção a Conflito de Interesses do **IMPA**, ambos disponíveis no site (<https://impa.br/sobre/acesso-a-informacao/codigo-de-etica-e-politicas/>);
- f) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição;
- g) obter e manter todas as autorizações para a execução integral dos serviços contratados em relação ao regular exercício de suas atividades, inclusive perante órgãos, secretarias e/ou entidades públicas, e privadas, nacionais e estrangeiras;
- h) prover toda a mão-de-obra necessária à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação trabalhista vigente, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais habilitados e treinados, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o **IMPA**;
- i) manter os documentos que comprovem a regularidade da contratação dos profissionais que designar para a realização dos trabalhos e dos respectivos pagamentos, recolhimentos e retenções, inclusive relativos a salários, benefícios, encargos sociais, impostos e contribuições;
- j) prover todas as ferramentas e equipamentos necessários à completa execução dos serviços, em estrita obediência à legislação e normas técnicas vigentes, devendo disponibilizar exclusivamente profissionais capacitados, caso seja necessária a operação e/ou o uso de máquinas, ferramentas e equipamentos;
- k) zelar pelo cumprimento de todas as normas de segurança aplicáveis, exigindo que os seus funcionários e prepostos as cumpram rigorosamente durante todo o período de vigência deste instrumento, obrigando-os, sempre que necessário, a utilizar os equipamentos de proteção individual necessários e disponibilizados pela **CONTRATADA**;
- l) fornecer assistência médica e jurídica, além de outras pertinentes, em

110



casos de acidentes sofridos pelos profissionais que estiverem prestando serviços, ficando ajustado que todas as despesas decorrentes desse tipo de evento, assim como as despesas relacionadas a eventuais doenças dos empregados envolvidos na execução dos serviços, que comprovadamente decorram da execução do objeto deste Contrato, serão assumidas pela **CONTRATADA**;

m) atender, com toda a diligência possível, as determinações do **IMPA**, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas, irregularidades ou adequações eventualmente necessárias, refazendo, quando for o caso, os serviços imperfeitos, sem que isto importe em qualquer acréscimo ao valor estabelecido para a prestação dos serviços, bem como efetuando substituição de pessoal considerado inadequado e/ou despreparado para a prestação dos serviços, a exclusivo critério do **IMPA**;

n) instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, orientando-os a respeitar as normas e procedimentos do **IMPA**, inclusive as regras de segurança e acesso às dependências; a observar as diretrizes, procedimentos e normas técnicas aplicáveis; e a não executar atividades não abrangidas por este Contrato;

o) comunicar ao **IMPA** qualquer anormalidade constatada, bem como prestar os esclarecimentos eventualmente solicitados;

p) utilizar exclusivamente para as atividades aqui estipuladas, toda e qualquer informação e/ou documentos obtidos do **IMPA** para fins do presente Contrato, sob pena de responder pelos danos e prejuízos decorrentes de qualquer divulgação indevida;

q) não utilizar, sem autorização prévia e por escrito do **IMPA**, a denominação social, nomes de domínio, marcas depositadas ou registradas, bem como quaisquer sinais distintivos e bens de propriedade intelectual de titularidade do **IMPA**;

r) observar a legislação brasileira aplicável à coleta, tratamento e guarda de dados, sendo certo que os dados pessoais eventualmente coletados, ainda que anonimizados, não poderão ser utilizados para quaisquer fins diversos do previsto neste Contrato.

s) assumir, como única responsável, todas as consequências de quaisquer transgressões que pratique e penalidades que lhes sejam atribuídas, incluindo eventuais multas de qualquer natureza, devendo cumprir imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades competentes, sem prejuízo de enviar uma cópia de todas as intimações e/ou notificações que receber para o **IMPA**;

121



t) responder pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratual, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990), especialmente o art. 14 e arts. 17 a 27, e de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente o arts. 389; 927; 932, inciso III; e 933;

u) assumir, de maneira irrevogável e irretratável, a total e absoluta responsabilidade por quaisquer prejuízos, perdas e toda espécie de danos que vierem a ser sofridos pelo IMPA ou por terceiros em razão de defeitos na prestação dos serviços ora avençada, e/ou por descumprimento de qualquer dispositivo contratual, e/ou que decorram de ato ilícito, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança pela CONTRATADA, por seus representantes, empregados e/ou prepostos; e

v) arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de responsabilidade da CONTRATADA, que o IMPA venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aqueles resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o IMPA por empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, sob pena de ter o respectivo valor descontado no próximo pagamento, com que a CONTRATADA declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - MÃO-DE-OBRA FORNECIDA:

7.1 Caberá a CONTRATADA prover toda a mão-de-obra necessária à total execução dos serviços, disponibilizando exclusivamente profissionais devidamente habilitados e qualificados para os serviços, cujo controle de jornada deverá realizado em absoluta obediência à legislação vigente, especialmente em conformidade com a Portaria MTE nº 1.510/2009 ou documento equivalente.

7.2 Os serviços deverão ser prestados necessariamente por funcionários da CONTRATADA, em completa e absoluta obediência à legislação trabalhista e previdenciária vigente, não sendo admitida, em hipótese alguma, a contratação de profissionais autônomos ou pessoas jurídicas para tal fim.

7.3 Os funcionários da CONTRATADA deverão estar uniformizados, bem como utilizar, sempre que necessário, os equipamentos de proteção individual e, ainda, portar o crachá de identificação de modo visível.

7.4 A CONTRATADA é responsável direta por todos os encargos, inclusive trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução do presente contrato, sendo certo que o pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados será de sua única e exclusiva responsabilidade, não ensejando qualquer vínculo empregatício com o IMPA.



7.5 O não recolhimento pela **CONTRATADA** de qualquer encargo determinado pela legislação vigente não transfere ao **IMPA** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.6 Caberá a **CONTRATADA** contratar e manter seguro de vida e acidentes pessoais para todos os funcionários disponibilizados ao **IMPA** por força deste contrato, bem como deverá garantir o fornecimento de todos os benefícios eventualmente previstos Convenção Coletiva de Trabalho vigente da respectiva categoria.

7.7 Fica a **CONTRATADA** obrigada arcar e/ou ressarcir imediatamente qualquer pagamento ou recolhimento de sua responsabilidade que o **IMPA** venha a ser compelido, judicial ou extrajudicialmente, a pagar, inclusive aqueles resultantes de reclamação trabalhista ajuizada contra o **IMPA** por empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, sob pena de, quando possível, ter o respectivo valor descontado no próximo pagamento, com que a **CONTRATADA** declara, desde já, concordar expressamente.

CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

8.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que solicitado pelo **IMPA**, no prazo de 10 (dez) dias, documentos que comprovem a sua regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal.

8.2 A **CONTRATADA** deverá esclarecer eventuais dúvidas ou inconsistências apontadas pelo **IMPA** em até 7 (sete) dias.

8.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará na rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais cabíveis.

8.4 A fiscalização exercida pelo **IMPA** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual, nem a responsabilidade pelos danos causados ao **IMPA** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, sejam culposas ou dolosas, de quaisquer de seus empregados e/ou prepostos, ou decorrentes da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos destinados ao pagamento das despesas do presente Contrato serão providos pelo Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Ministério da Educação e o **IMPA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES:**

10.1 Excetuando a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeçam de forma direta e objetiva a prestação dos serviços contratados, nas hipóteses de descumprimento por parte da **CONTRATADA** de cláusulas ou condições contratuais estabelecidas no presente instrumento e respectivos anexos, ficará esta sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito, quando do cometimento de pequenas irregularidades;
- b) multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor global discriminado no caput do item 4.1 deste Contrato, sem prejuízo da opção pelo **IMPA** da resolução antecipada estipulada no item 11.1 deste instrumento.

10.2 A multa prevista no item 10.1 acima tem caráter moratório e não compensatório, podendo eventualmente ser reduzida pelo **IMPA**, a único e exclusivo critério deste, em razão da menor gravidade dos fatos, sendo, ainda, limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor global discriminado no caput do item 4.1 deste Contrato por infração.

10.3 A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da formalização da aplicação da penalidade, para apresentar sua justificativa em relação ao inadimplemento contratual, cuja aceitação poderá ocorrer ou não, dependendo unicamente e exclusivamente de decisão do **IMPA**.

10.4 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente e deverão ser quitadas pela **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua formalização.

10.5 A execução insatisfatória dos serviços pela **CONTRATADA** sem a devida correção em tempo hábil poderá ser considerada como inadimplemento contratual, autorizando a aplicação das penalidades previstas no item 10.1 acima.

10.6 Ocorrendo o inadimplemento contratual total ou parcial por parte da **CONTRATADA**, responderá esta por perdas e danos a que der causa, inclusive danos direto e indiretos, sem qualquer limitação de valor, bem como por todas as demais despesas a que o **IMPA** for obrigado efetuar para defender seus direitos, tais como despesas extrajudiciais, custas e honorários advocatícios, desde já arbitrados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, sem prejuízo da cobrança das multas estipuladas no item 10.1 deste Contrato.

10.7 As penalidades estipuladas neste Contrato não excluem outras penalidades eventualmente previstas na legislação, não exonerando a **CONTRATADA** de suas responsabilidades por perdas e danos causados ao **IMPA** e a terceiros em decorrência da execução deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DENÚNCIA E DISSOLUÇÃO CONTRATUAL:**

11.1 O presente contrato poderá ser resolvido de pleno direito pelo **IMPA** nos seguintes casos:

- a) inexecução total ou parcial pela **CONTRATADA** do objeto contratual por mais de 30 (trinta) dias;
- b) descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer obrigações previstas neste instrumento e em seus anexos por mais de 30 (trinta) dias;
- c) descumprimento pela **CONTRATADA** da obrigação de guardar sigilo das informações recebidas por força do presente Contrato, conforme consta na Cláusula Décima Segunda deste instrumento;
- d) prática pela **CONTRATADA** de qualquer ato ou atividade que constitua uma violação às disposições anticorrupção brasileiras, em especial a Lei nº 12.846/2013, conforme consta na Cláusula Décima Terceira deste instrumento;
- e) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual para terceiros, sem o prévio e expresso consentimento do **IMPA**; e
- f) decretação de falência ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**.

11.2 É facultado a quaisquer das Partes resilir o presente contrato a qualquer tempo, desde que tal intenção seja comunicada a outra Parte por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.3 Na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas nas alíneas do item 11.1 acima ou, ainda, no caso da **CONTRATADA** decidir pela rescisão sem comunicar expressamente o **IMPA** com a antecedência mínima prevista no item 11.2 acima, a **CONTRATADA** deverá pagar ao **IMPA** a multa não compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global discriminado no item 4.1 da Cláusula Quarta deste Contrato, devendo realizar o pagamento da referida multa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da formalização da rescisão ou resolução, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis e da exigência de indenização suplementar com base na apuração das eventuais perdas e danos, nos termos do art. 416, parágrafo único, do Código Civil, figurando o valor da multa como patamar mínimo de indenização.

11.4 Caso o presente Contrato venha a ser resolvido ou resiliado, o **IMPA** deverá arcar proporcionalmente com a remuneração correspondente aos serviços efetivamente realizados até a data da efetiva dissolução contratual, devendo ser utilizada para apuração dos custos os valores discriminados no item 4.1 deste instrumento e na Proposta Comercial 030-2021 de 13/04/2021 da **CONTRATADA** (Anexo II), ressalvada



ao IMPA a possibilidade de retenção dos valores ou dedução das multas e indenizações devidas, nos termos do item 4.14 deste Contrato.

11.5 Na hipótese de resolução ou rescisão do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, desde já o direito do IMPA de adotar, no que couber e a seu exclusivo critério, as medidas a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do IMPA; e
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao IMPA.

11.5.1 A utilização do direito assegurado na cláusula anterior pelo IMPA não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais direitos garantidos por lei e/ou por este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

12.1 A **CONTRATADA** se compromete por si, por seus sócios, associados, diretores, conselheiros, funcionários, prepostos e/ou pessoal contratado, a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação às informações a que tiver acesso por força deste Contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizar, divulgar, revelar, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros sobre quaisquer informações, sem a prévia e expressa autorização por escrito do IMPA, sob pena de responder por eventuais perdas e danos decorrentes de qualquer divulgação indevida.

12.2 A **CONTRATADA** deverá presumir como confidencial todas as informações ou documentos fornecidos pelo IMPA seja de forma oral ou escrita, declarando estar ciente de que estas não conterão ou virão necessariamente acompanhadas de qualquer tipo de advertência de confidencialidade.

12.3 A obrigação de manutenção de sigilo e confidencialidade possui caráter irrevogável e irretratável, permanecendo exigível e obrigatória inclusive após o encerramento do presente Contrato, não se aplicando apenas quando as informações:

- a) já forem de domínio público à época em que tiverem sido reveladas;
- b) nos casos previstos na Lei nº 12.527/11 e no Decreto nº 7.724/12;
- b) passarem a ser de domínio público após sua revelação, sem que a divulgação seja efetuada em razão de descumprimento ao disposto neste Contrato;



c) sejam solicitadas por ordem emitida por órgão administrativo ou judiciário com jurisdição e competência, devendo a ser reveladas pela **CONTRATADA** somente até a extensão de tal ordem; ou

d) tiverem sido obtidas independentemente ou desenvolvidas pela **CONTRATADA** sem qualquer violação das obrigações previstas neste Contrato, salvo se desenvolvidas com base nas informações confidenciais.

12.4 Caso a **CONTRATADA** tenha conhecimento de qualquer solicitação de informações por quaisquer autoridades públicas competentes ou por meio de qualquer processo judicial, deverá comunicar imediatamente ao **IMPA** para que este possa adotar as medidas legais que julgar cabíveis.

12.5 O descumprimento das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a **CONTRATADA** aos procedimentos judiciais e administrativos competentes, de ordem civil e criminal, inclusive tutela antecipada, medidas liminares e indenização por perdas e danos que possam ser ocasionados ao **IMPA**.

12.6 As informações transmitidas ou divulgadas à **CONTRATADA** deverão ser devolvidas ao **IMPA** ou destruídas pela **CONTRATADA** de forma irrecuperável, assim que finalizada a necessidade de seu uso, seja solicitado pelo **IMPA** ou, qualquer caso, na hipótese de término deste Contrato, podendo ser exigida uma declaração da **CONTRATADA** confirmando que toda a informação não devolvida foi inteiramente destruída.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO:

13.1 As Partes firmam o compromisso de não oferecer, pagar, prometer, dar, se comprometer a dar ou aceitar de quem quer que seja, inclusive de qualquer funcionário ou oficial de governo, empresa ou sociedade controlada pelo governo ou de propriedade do mesmo, partido político e candidato para cargo político, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras e benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta, em tudo que for relacionado ou não ao objeto deste contrato.

13.2 A **CONTRATADA** se obriga a obedecer e fazer com que seus empregados, prepostos, colaboradores, subcontratados, consultores, agentes ou qualquer pessoa a ela vinculada, obedeçam a todas as regras, convenções e leis anticorrupção brasileiras, inclusive a Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015, comprometendo-se a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação às disposições anticorrupção, se responsabilizando individualmente, sem qualquer solidariedade ou subsidiariedade da parte do **IMPA**, por eventuais processos administrativos ou ações judiciais, multas e demais ônus oriundos da inobservância de tais dispositivos.



13.3 A **CONTRATADA** deverá indenizar o **IMPA** e arcar com eventuais despesas a que o **IMPA** for obrigado a efetuar para defender seus direitos, tais como despesas extrajudiciais ou judiciais, custas e honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais, além das perdas e danos, sem prejuízo da cobrança das multas estipuladas na Cláusula Nona deste Contrato, bem como deverá isentar o **IMPA** de qualquer responsabilidade que lhe venha a ser imputada em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento das garantias e declarações previstas na presente Cláusula e nas leis sobre anticorrupção brasileiras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 A **CONTRATADA** declara, neste ato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e firma o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de qualificação necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto.

14.2 As Partes não serão responsabilizadas por atraso ou falta de cumprimento de suas obrigações se decorrentes de comprovada força maior e/ou caso fortuito, nos termos do art. 393 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), desde que impossibilitem, de forma direta e objetiva, o cumprimento dos serviços contratados.

14.3 As Partes comprometem-se a adotar postura condizente com os princípios da probidade e boa-fé, incluindo os deveres destes decorrentes, tais como, mas não exclusivamente, os deveres de confiança, lealdade, sigilo e cooperação, sendo responsabilizadas por atraso ou atuação em desacordo com tais que prejudique os interesses da Parte, inclusive após o encerramento do pactuado pelo presente Contrato.

14.4 É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações oriundos do presente, sem o prévio e expresso consentimento das Partes, o que deverá ocorrer sempre por escrito.

14.5 Na hipótese da ocorrência de alteração societária da **CONTRATADA**, tal como fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, deverão ser observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos para celebração deste Contrato, assim como deverá ser firmado compromisso de manutenção de todas as cláusulas e condições do mesmo, além de não haver prejuízo à regular execução do objeto contratual e, ainda, ocorrer prévia solicitação e anuência do **IMPA**.

14.6 Caso seja declarada a nulidade de qualquer estipulação do presente Contrato, permanecerão válidas as demais disposições contratuais, não afetando a validade do negócio jurídico em seus termos gerais, quando possível.

14.7 As comunicações e notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas

132



sempre por escrito, *e-mail* ou *carta*, devendo ser endereçadas aos departamentos e pessoas responsáveis de cada uma das Partes, reputando-se efetuadas na data de seu recebimento.

14.8 Eventual omissão e/ou tolerância das Partes, quanto ao perfeito cumprimento dos termos do presente Contrato, não representará sua novação, nem sua alteração tácita, salvo se expressamente convencionado pelas Partes por meio da celebração de Termo Aditivo.

14.9 Fica, ainda, proibida qualquer veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do **IMPA**.

14.10 O disposto no presente Contrato substitui quaisquer tratativas, escritas ou orais, anteriormente mantidas entre as Partes quanto ao objeto deste Contrato.

14.11 Em caso de divergência entre o presente Contrato e os seus Anexos, os termos e provisões do presente Contrato e os Anexos deverão ser interpretados juntos, e sempre da forma que seja mais favorável para obtenção de resultados econômicos e oportunos para a conclusão dos serviços, sendo que prevalecerá aquele conforme determinado pelo **IMPA**.

14.12 O presente Contrato não importa na criação de vínculo societário, empregatício e associativo entres as Partes, seus administradores, sócios, empregados ou prepostos.

14.13 As Partes declaram concordar expressamente com os termos aqui ajustados, obrigando-se mutuamente pelos direitos e obrigações decorrentes do mesmo, bem como, eventualmente, seus sucessores, a qualquer título.

14.14 A **CONTRATADA** será a única responsável por infrações a direito de propriedade intelectual do **IMPA** e de terceiros, inclusive aquelas relacionadas a materiais, equipamentos, programas de computador e qualquer tipo de conteúdo protegido pela legislação em vigor, que tenham sido utilizados indevidamente na execução dos serviços ora contratados, respondendo diretamente por quaisquer reclamações, indenizações, taxas e comissões que forem devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ASSINATURA ELETRÔNICA

As Partes concordam em assinar o presente instrumento de forma eletrônica, por meio da plataforma específica para tal finalidade, a D4Sign (www.d4sign.com.br), nos moldes do art. 10 da MP 2.200-2/01, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a validade do documento assinado eletronicamente, o qual produzirá plenamente seus efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:**

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato em meio eletrônico, perante duas testemunhas, por meio da plataforma de assinaturas eletrônicas D4Sign.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2021.

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA

Marcelo Miranda Viana da Silva
Diretor Geral

Claudio Landim
Diretor Adjunto

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI

José Gabriel da Silva
Titular

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

P520 CT TAPEVAS MANUTENÇÃO pdf

Código do documento c029b5e8-b52b-4ae1-bfc6-495adbd88cf5

Anexo: 6 - SC_3199 - MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL.docx

Anexo: 15 - PROPOSTA.pdf

Anexo: 16 - PLANILHA MEIO OFICIAL.pdf

Anexo: 17 - PLANILHA OFICIAL PEDREIRO.pdf

Anexo: 18 - PLANILHA OFICIAL.pdf

Anexo: 19 - PLANILHA OFICIAL REFRIGERAÇÃO.pdf

Anexo: 20 - PLANILHA OFICIAL ELETRICISTA.pdf



Assinaturas



Angelo Santos Siqueira
operacional@grupotapevas.com.br
Assinou como testemunha



JOSÉ GABRIEL DA SILVA
comercial@grupotapevas.com.br
Assinou como parte e apresentou documento com foto



Diogo Lourenço Seixas
diogo.seixas@impa.br
Aprovou



Thayssa Prates Araujo
thayssa.araujo@impa.br
Assinou como testemunha




Bárbara Karoly Conceicao
barbara.karoly@impa.br
Aprovou



claudio landim
landim@impa.br
Assinou como parte



Marcelo Miranda Viana da Silva
viana@impa.br
Assinou como parte



Thayssa Prates Araujo



claudio landim

Marcelo Miranda Viana da Silva

Eventos do documento

09 Aug 2021, 14:30:52

Documento número c029b5e8-b52b-4ae1-bfc6-495adbd88cf5 criado por THAYSSA PRATES ARAUJO (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6). Email :thayssa.araujo@impa.br. - DATE_ATOM: 2021-08-09T14:30:52-03:00

09 Aug 2021, 14:37:34

Lista de assinatura iniciada por THAYSSA PRATES ARAUJO (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6). Email: thayssa.araujo@impa.br. - DATE_ATOM: 2021-08-09T14:37:34-03:00

13/11

09 Aug 2021, 16:00:45

ANGELO SANTOS SIQUEIRA **Assinou como testemunha** - Email: operacional@grupotapevas.com.br - IP: 189.106.61.109 (189-106-61-109.user3p.veloxzone.com.br porta: 7338) - Documento de identificação informado: 019.748.577-43 - DATE_ATOM: 2021-08-09T16:00:45-03:00

09 Aug 2021, 16:48:43

JOSÉ GABRIEL DA SILVA **Assinou como parte** - Email: comercial@grupotapevas.com.br - IP: 189.106.61.109 (189-106-61-109.user3p.veloxzone.com.br porta: 11776) - Documento de identificação informado: 109.662.037-55 - DATE_ATOM: 2021-08-09T16:48:43-03:00

10 Aug 2021, 10:09:45

DIOGO LOURENÇO SEIXAS **Aprovou** (Conta a749faa2-0212-414c-92d3-43f7653f089c) - Email: diogo.seixas@impa.br - IP: 147.65.122.51 (ptr-122-51.impa.br porta: 6184) - Documento de identificação informado: 118.282.207-01 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-08-10T10:09:45-03:00

10 Aug 2021, 10:27:09

THAYSSA PRATES ARAUJO **Assinou como testemunha** (Conta b224c95d-9f71-4342-b52c-b9cc04991fa6) - Email: thayssa.araujo@impa.br - IP: 177.25.176.57 (ip-177-25-176-57.user.vivozap.com.br porta: 46568) - Documento de identificação informado: 136.037.927-42 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-08-10T10:27:09-03:00

10 Aug 2021, 11:19:22

BÁRBARA KAROLY CONCEICAO **Aprovou** (Conta 15b68b98-ff8d-4326-8df1-92a30a220117) - Email: barbara.karoly@impa.br - IP: 189.46.95.107 (189-46-95-107.dsl.telesp.net.br porta: 51486) - Geolocalização: -23.5638787 -46.6495421 - Documento de identificação informado: 115.024.617-06 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-08-10T11:19:22-03:00

11 Aug 2021, 01:08:06

CLAUDIO LANDIM **Assinou como parte** (Conta 15035868-c6de-4f71-8d91-c763a0cc6d8d) - Email: landim@impa.br - IP: 86.242.61.123 (lfbn-idf1-1-599-123.w86-242.abo.wanadoo.fr porta: 50744) - Documento de identificação informado: 825.738.597-20 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-08-11T01:08:06-03:00

11 Aug 2021, 08:02:58

MARCELO MIRANDA VIANA DA SILVA **Assinou como parte** (Conta 874e2baf-fe50-48c9-80e0-7b1875c102d7) - Email: viana@impa.br - IP: 179.178.13.235 (179.178.13.235 porta: 6464) - Documento de identificação informado: 994.234.487-04 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-08-11T08:02:58-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 78b6836dd531ea51d219e97978c04fb0a9ddc7f068c9fd77912a161317cd7a9

(SHA512): 065aa9c7f19571595ba71a2969a6d03cb1d4999d1761c89610df88a20a6390c613aad56401be42feb764e2793c83451ac0a2c2c7499e89278bba1371664238b

Hash dos documentos anexos

7325

Nome: 6 - SC 3199 - MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL.docx

(SHA256):823d42931904ee9ba090309501cc20c165a2dc8db184cd0d4dc1f330c0e0

(SHA512):5bda6ce652886a7b2e32832972f2c937d1b57a9fc172876a5ac02ddb653de2a2c733cc64702ded2f839c68a61849aaf0e34e2a250c3bf2011a77e14790d9e07

Nome: 15 - PROPOSTA.pdf

(SHA256):8349f6c6b60ab8127640a8d6c56fd7d588d79ea0b078e61d0cbe7b594c6cdd14

(SHA512):634ef048300af7833ced9e31f364f0b4b57a607e21da1d815ac03c2feb91282301eb72c2d60a0ac0b84908f68551003bd392a58929986403c60ca22d2f07efb6

Nome: 16 - PLANILHA MEIO OFICIAL.pdf

(SHA256):56b040989432a35326a2dc47e1fd3a6ddd97362559136003eea5b78f3b57ce5d

(SHA512):82a7da566fd737a27141e0a995eb17b28c92b1cdf6472ce2d85030792dfc13c1f20007027e22af8b2c5baa168c411bc8cfe8e9f28b06c11a0855013b9472c901

Nome: 17 - PLANILHA OFICIAL PEDREIRO.pdf

(SHA256):be381b3d6c784f3bf48ab467cb1fd05afeee953fb1929bd8eb401a0fe0d09967

(SHA512):6ac50403bbd407abb781a472b080421e37f81a10ab181e61aefca82e7a18b56dd2ddac629c67c5f1376c9232164f8cf52243e485b1700457bde664455b06f1b

Nome: 18 - PLANILHA OFICIAL.pdf

(SHA256):747898a1b3f526fe072730ec2a35a5f329833faa9f02c18abde5672850a93d1e

(SHA512):642c5ab6e61f37f5b25accab868a48e53854ac198accf7ec22b0f09f4454860458f7431d58c1ab250888780191a98c5239b5f35068033eab6f999d7f08931126

Nome: 19 - PLANILHA OFICIAL REFRIGERAÇÃO.pdf

(SHA256):0411151e2b4e7c3d2afc1be6cbd8eadf9a5fb4740d920153af181be513c0b90c

(SHA512):870f5c338cd49c3eac91c74202dc396d00a93bd57274814f0552a7dfa1734300be3c8ba0a30e2aa3bb6b2ebfd8675a987bca1e88fd6fb223213e0e9b690e604c

Nome: 20 - PLANILHA OFICIAL ELETRICISTA.pdf

(SHA256):01bd255e303fdee0519ce6e1b434daed1e86890af4cf9933a646e6f4c2c4d794

(SHA512):e743f825df1729fa848fe019f61239c6335e1f8ecb153c513e5063e8f7741f2fa440f6b9c76bf2bc9f61a1b12f89eebcbac6e145d05a20f67e9c554bec6e939

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

ATESTADO DE BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Conforme solicitado pela empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 17.695.001/0001-09, com sede na Praia de Botafogo nº 300, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, Cep: 22.250-040, representada por **José Gabriel da Silva**, cédula de identidade nº 200105856 DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, **ATESTAMOS** nos exatos termos e sob as penas da Lei 8.666/93 e suas alterações, com base nas informações prestadas pelo Comissão Fiscalizadora do contrato, composta pelos servidores Luiz Claudio de Queiroz Ramos – Gestor Predial – Mat: 050324624 e Gabriela Savignon C. Giganto – Inspetora de Polícia – 06773535-7 que a solicitante está cumprindo com as obrigações assumidas ao firmar o **Contrato nº 078/2014**, assinado em 06/11/14, com esta Secretaria, tramitando no processo administrativo nº E-09/008/116/2013, consistindo seu objeto na prestação de serviço de asseio, conservação e atividades auxiliares para a **5ª RISP**, através de 03 Serventes, na forma do Termo de Referência. Informamos, ainda, que até o presente momento não temos ciência de fatores que possam desabonar a empresa ou seus administradores.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2015.


HÉLIO PACHECO LEÃO

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

3º Ofício de Justiça
RAPAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. 401 - 2º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-003 / 2072-1449

CERTIFICADO
Eu, _____, dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. _____ da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.oj.rj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79064 YPK

090647AA629666

JUSTIÇA - 3º Ofício de Justiça - Cartório

1324



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/116/2013	Data 01/02/13
Rubrica: 104109/53-0	Fls. 713

CONTRATO 078/2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE EMPRESA
PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSEIO,
CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES
PARA A 5ª RISP. QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA
SECRETARIA DE ESTADO E SEGURANÇA E A
2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pela SECRETARIA DE ESTADO E SEGURANÇA, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Sr. Hélio Pacheco Leão, Mat. 954.694-6, Ordenador de Despesas e a empresa 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, situada na PRAIA DE BOTAFOGO, 300, SALA 501, BOTAFOGO, RJ, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. JOSE GABRIEL DA SILVA, PROCURADOR, cédula de identidade nº 20.010.585-6 DIC/RJ, CPF 109.662.037-55, domiciliado na PRAIA DE BOTAFOGO, 300, SALA 501, BOTAFOGO, RJ, CEP 22.250-040, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de ASSEIO, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES PARA A 5ª RISP, com fundamento no processo administrativo nº E-09/008/116/2013, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/002/ 110 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 4189053-0	Fis. 319

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de ASSEIO, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES PARA A 5ª RISP, na forma do Termo de Referência (Anexo X) e do instrumento convocatório.

Item	Especificação	Unidade de Medida	Demanda Anual	Valor unitário em R\$	Valor Global em R\$
01	LIMPEZA PREDIAL, SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. (ANEXO 0714.001.0028 (ID - 118128)	Mensal	12	16.979,07	203.748,84

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá demonstrar, mediante declaração, como condição para a assinatura de termo aditivo de prorrogação do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, que proceda à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º. do Decreto nº 36.414/04. (Anexo IX)

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo máximo de início da prestação deverá ser de 01 (um) dia corrido, a contar da retirada da Nota de Empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/000/ 116 /2013	Data 01/04/13
Rubrica: 104189353-0	Fls. 215

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência (Anexo X), da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/010/2013	Data 01/02/13
Rubrica:	Fls. 216
10440353-0	

- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificados:

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2601.06.181.0147.2900

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.12

NOTA DE EMPENHO: 2014NE00909

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de R\$ 203.748,84 (duzentos e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/002/116/2013	Data 01/02/13
Rubrica: 4189355.7	Fis. 717

legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Superintendente de Logística da SESEG, conforme ato de nomeação.

- GESTOR DO CONTRATO: Juliana da Rocha Pereira, mat. 2450327, Cláudia Cristina Azevedo Ramos – Mat. 44202580 e Débora Suzye Pereira, Mat. 2450014-3.

- FISCAIS DO CONTRATO:

Luiz Cláudio de Queiroz Ramos, Id. Func. 050324624, Alexandre Araujo Ferreira, Id PMERJ 63.901-3 e Gabriela Savignon Cardoso Giganto, Id: 06773535.7 DIC.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do serviço;

definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização,

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/1(11)/2013	Data 01/02/13
Rubrica: 164189/53-0	Fls. 213

obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/116	Data 01/10/13
Rubrica: 104100353.n	Fls. 719

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 203.748,84 (duzentos e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 16.979,07 (dezesseis mil, novecentos e setenta e nove reais e sete centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 49678-2, agência 2014, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco) ou

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 119 /2013	Data 01/07/13
Rubrica:	Fls. 220
Id 4189259-4	

caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco), abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à **Superintendência de Logística da SESEG**, sito à **Praça Cristiano Ottoni, s/nº - Edifício D. Pedro II – 4º andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ**, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-02/008/118/2013	Data 09/07/13
Rubrica:	Fls. 221
16418253-0	

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IGP-M/FGV, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/116/2013	Data 01/04/13
Rubrica: 1448955-0	Fls. 222

Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 10.6 /2013	Data 01/04/13
Rubrica: 16418353-0	Fls. 723

empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL		
Proc. nº E-09/008/	116/2013	Data 01/02/13
Rubrica:		Fls. 224
M4160253-0		

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 102/2013	Data 01/04/13
Rubrica: 804189355-8	Fls. 225

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 11/2 /2013	Data 01/04/13
Rubrica: 4149352-0	Fls. 226

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 110 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 4189333-0	Fls. 223

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 916 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 169189159-6	Fls. 228

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL		
Proc. nº E-09/008/	10/2013	Data 01/02/13
Rubrica:	Id. 4189353-0	Fis. 229

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATANTE, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

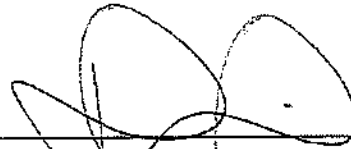
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº 00000000000000000000	Data 07/04/13
Rubrica: 104189/53-0	Fis. 130

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 06 de NOVEMBRO de 2014.



HÉLIO PACHECO LEÃO

Secretaria de Estado de Segurança

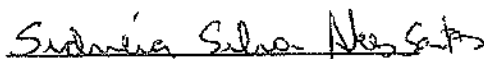
Ordenador de Despesas




JOSE GABRIEL DA SILVA

2G Comércio e Serviços EIRELI-EPP

Procurador

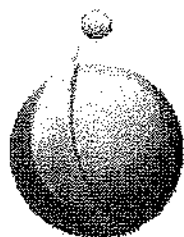


TESTEMUNHA 16.12.2013



TESTEMUNHA
TULLIO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA
SESEG - Mat. 9.116.501-9

152



NOVA
**Imprensa
Oficial**
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento**

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 11º /2013	Data 06/10/13
Rubrica: Id 4189853-0	Fls. 231

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro recebeu o ofício eletrônico nº **1314314**, em 06/11/2014 às 17h22min, com a **solicitação de publicação** de matérias com as seguintes características:

Jornal: Parte I (Poder Executivo)
Data prevista de publicação: 10/11/2014
Forma de pagamento: Isento

Id	Arquivo(s)	Tipo	CM/Col	Valor (R\$)
1758204	- extrato.rtf (6,35 cm - 41,19 KB)	I - Extrato de Instrumento Contratual	6,35	0,00
Total (ISENTO):			6,35	R\$ 0,00

As matérias somente serão publicadas após a análise e a validação de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias no Diário Oficial, ou seja, as matérias que estiverem fora das normas não serão publicadas. Nos casos em que haja impossibilidade da referida publicação, o solicitante será avisado através de seu e-mail.

Atenção: Este comprovante não serve como demonstrativo financeiro, uma vez que as matérias enviadas poderão ser devolvidas, sustadas ou ainda ter o tipo corrigido pela área comercial da IOERJ.

Data/Hora da impressão: 06/11/2014, às 17h22min.

Imprimir recibo Fechar

763

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) - Módulo Captação

SECRETARIA PÚBLICA ESTADUAL	
Proc. nº 214.000.112/2013	Data 04/07/13
Rubrica: Id 4189353-0	232

INFORMES MENSAIS

Atos Jurídicos / Adjudicações / Licitações Homologadas

Competência

Nº do processo licitatório *

Modalidade

15 - Pregão eletrônico

Tipo de licitação

3 - Menor preço p/Item

Regime de execução

5 - Preço Unitário

Edital/ Convite

PE 035/2014

Data da publicação

23/09/2014

Data do início do certame

03/10/2014

Data da homologação

28/10/2014

Imprensa Oficial

DOERJ nº 203 de 29/10/14, pág. 10

Objeto

Contratação de empresa prestadora de serviços de asseio, conservação e atividades auxiliares para a 5ª RISP

Valor estimado (R\$) *

327960,84

Assinatura eletrônica do responsável pela licitação

•

(*) Valores de menor valor econômico disponível

(*) O valor de menor valor econômico disponível é o valor de menor valor econômico disponível, considerando os valores de menor valor econômico disponíveis.

154

Ministério Público, para efeito remunerado de natureza cível.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA**, com sede na Praça Cristiano Ottoni, s/n°, Edifício D. Pedro II, 7º andar, Centro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 42.498.725/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Subsecretário de Gestão Estratégica **HÉLIO PACHECO LEÃO**, matrícula 954.694-6, carteira de identidade nº 3.220.710, expedida pela SSP/PR, CPF 504.172.159-91 e a empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, Vinte e Cinco de Agosto – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, CEP 25.071-181, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada nesta ato por **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, célula de identidade nº 200105856 DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, domiciliado na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, Vinte e Cinco de Agosto – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, CEP 25.071-181, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO nº 078/2014**, com amparo na cláusula segunda, parágrafo primeiro do ajuste e no artigo 57, inciso II; artigo 40, inciso XI c/c artigo 55, inciso III, todos da Lei 8.666/93 da Lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº. E-09/008/116/2013, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 078/2014, relativo à prestação de serviços de asseio, conservação e atividades de auxiliares para a 5ª RISP, na forma do

MBS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

Termo de Referência e repactuação dos preços ajustados, baseado em valores da Convenção Coletiva de Trabalho – 2015/2016

Parágrafo Único - O prazo de vigência inicialmente previsto foi de 12 (doze) meses contados a partir de 17/11/2014, estabelecido na cláusula segunda do contrato nº 078/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Prorrogação do Prazo: Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar de 17/11/2015 (inclusive) tendo por término o dia 16/11/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2015, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390 – Despesa Corrente

Fonte de Recurso: Fonte 00 - Tesouro

Programa de Trabalho: 2601.06.181.0147.2900 – Operacionalização de órgãos estratégicos

Nota de Empenho: _____

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 219.928,43 (duzentos e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), sendo o valor de R\$ 213.189,12 (duzentos e treze reais, cento e oitenta e nove reais e doze centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 17.765,76 (dezessete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) e o valor de R\$ 6.739,31 (seis mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), referente a repactuação dos preços ajustados, no período de março/2015 à novembro/2015, baseado em valores da Convenção Coletiva de Trabalho – 2015/2016, por meio de depósito na Conta Corrente nº 49.678-2, Agência 2014, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado – Banco Bradesco S/A.

MSG.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 219.928,43 (duzentos e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 423.677,27 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA - Da Garantia: A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 17/11/2015 a 16/11/2016, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
HÉLIO PACHECO LEÃO

2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP
JOSÉ GABRIEL DA SILVA

Testemunha

CPF

Liliana da Rosa Brand
099.026.077-94

Testemunha

CPF

Narcísia Bonifácio
058.840.047-46



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS-DETRORJ, com sede na Rua Uruguaiana, nº118, do 6º ao 12º andar,, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.940.984/0001-14, **ATESTA** para os devidos fins que a **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Praia de Botafogo nº 300, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP: 22250-040, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, nos presta serviços através de mão-de-obra especializada com fornecimento de materiais e equipamentos para atuar no Departamento de Transportes Rodoviários – DETRO/RJ pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

1. Características Básicas do imóvel utilizado pelo DETRO

1.1 – Prédio – Sede (Rua Uruguaiana nº 118, 6º ao 12º andar, Centro, Rio de Janeiro)

Área interna, a ser limpa (piso) é de aproximadamente 2.700 m² (dois mil e setecentos metros quadrados);

Área de esquadrias externas (vidros) é de aproximadamente 700 m² (duzentos e oito metros quadrados);

Nº de pavimentos → 07 (pavimentos), do 6º ao 12º andar;

Nº de usuários é de aproximadamente 400 (quatrocentos), pessoas por dia;

Nº de banheiros coletivos → 19 (dezenove);

Nº de copas → 07 (sete);

Nº de refeitórios → 01 (um);

2. OBJETO

Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação no imóvel ocupado pelo Departamento de Transportes Rodoviários – DETRO/RJ relacionado no item 1 do presente Termo.

3. CRONOGRAMA DE SERVIÇO

3.1 Os serviços deverão ser executados, de segunda-feira a sexta-feira, na sede do DETRO/RJ, por 12 (doze) Serventes e 01 (um) Encarregado, totalizando 13 (treze) empregados, de ambos os sexos, qualificados e habilitados, sendo observado os turnos e horários:

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 21 - Lj. A - 8º andar - Centro - Ilha do Governador - RJ - Fone: (21) 2721-3533 / 2572-1415 090647/A4629605

AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. _____ da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

83-11

Rua Uruguaiana, nº



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

- 3.1.1 - 1º Turno: 06 (seis) Serventes, no horário de 06:00 às 15:00 horas;
3.1.2 - 2º Turno: 06 (seis) Serventes no horário de 11:00 às 20:00 horas;
3.1.3 - 1º e 2º Turno 01 (um) Encarregado, no horário de 08:00 às 17:00;

Os turnos e horários poderão ser alterados a critério da Administração do DETRO/RJ, mediante prévia comunicação a Contratada.

3.2 - O serviço de lavagem dos pisos internos só poderá ser executado após as 17:30 horas nos dias úteis.

3.3 - Os demais serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Órgão.

3.4 - A jornada de trabalho de cada profissional a ser contratado será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda à sexta-feira.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** na seguinte frequência:

4.1.1 DIARIAMENTE, PELO MENOS UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

- a) Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos de janelas, bem como, de todos os demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc;
- b) Lavar os cinzeiros das mesas e os situados nas áreas de uso comum;
- c) Aspirar o pó em todo piso acarpetado, remover capachos e tapetes;
- d) Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, pelo menos duas vezes ao dia;
- e) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados;
- f) Lavar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, as paredes laváveis e azulejos, copas e outras áreas molhadas duas vezes ao dia;
- g) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- h) Varrer os pisos de cimento;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

- i) Abastecer de papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário;
- j) Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- k) Esterilizar diariamente os telefones com álcool;
- l) Limpar os elevadores com produtos adequados;
- m) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- n) Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos específicos para esta finalidade, removendo-os para local indicado pela Administração;
- o) Limpar os corrimãos;
- p) Proceder à limpeza, conservação e desinfecção do bebedouro com produtos apropriados suprimindo-o de garrafão de água mineral fornecido pela Administração.
- q) Varrição de áreas externas das imediações de acesso ao **DETRO/RJ** de material apropriado;
- r) Remoção de manchas nas portas, paredes e colunas laváveis (pintura a óleo ou revestidas);
- s) Conservação geral dos vidros, vidraças, janelas, lambris, esquadrias, peitoris, etc.
- t) Serviço de copa e cozinha em geral;
- u) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
- v) Lavagem e/ou varrição esmerada com vassoura de pelo e/ou piaçava de todos os pisos existentes;
- w) Limpeza de mobiliário, com flanela, exceto cadeiras e poltronas de couro ou couvin e móveis de aço, os quais deverão ser limpos com pano úmido;
- x) Desentupimento de ralos, lavatórios e vasos sanitários, quando observada a necessidade;
- y) Limpeza com aspirador de pó em todas as dependências que contenham tapetes e carpetes;

Rua Uruguaiana, 1

3º Ofício de Justiça
RAPAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 25 - Lj. 11 - Centro - Duque de Caxias - RJ - CEP: 22077-3203 / 2072-1440
090647AA529663

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESS: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81

Em test. da verdade. Conf por: _____
MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79051 HCV

161



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS



z) Limpeza das portas, mesas e móveis com tampo de vidro e/ou fórmica, com uso de material apropriado.

4.1.2 SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar com produtos adequados divisórias e portas revestidas de fórmica;
- c) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) Limpar com produtos apropriados, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- f) Limpar ou polir todos os metais, como válvulas, registros e sifões, fechaduras, cinzeiros, etc...
- g) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- h) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- i) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool duas vezes por semana;
- j) Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral, com pano úmido;
- k) Lavar portas e janelas com limpeza dos vidros internos;
- l) Encerar e polir com enceradeira todos os pisos enceráveis das dependências do DETRO/RJ;
- m) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

4.1.3 QUINZENALMENTE UMA VEZ

- a) Limpeza das janelas, peitoris, basculantes, esquadrias e demais vidros existentes aplicando-lhe produtos anti-embaçantes;
- b) Limpeza de todos os aparelhos de iluminação (calhas, luminárias, etc.);
- c) Vasculhamento de teto e limpeza de paredes e rodapés.

[Assinatura manuscrita]
162



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

4.1.4 MENSALMENTE, UMA VEZ

- a) Remover manchas de paredes;
- b) Limpar portas;
- c) Efetuar lavagem das áreas acarpetadas;
- d) Limpar todas as poltronas, cadeiras e sofás, etc.;
- e) Limpar os telhados de fácil acesso;
- f) Vasculhamento de persianas e venezianas;
- g) Proceder uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

4.1.5 ANUALMENTE, DUAS VEZES QUANDO NÃO EXPLICITADO

- a) Limpar calhas e luminárias;

4.1.6 SERVIÇOS QUE DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMPRE QUE FOR SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO

4.1.6.1 EVENTUAIS – São serviços cuja programação não é possível de ser prevista e cuja atividade seja feita eventualmente:

- a) Limpeza de caráter eventual e de atendimento extraordinário e imediato, sempre que necessário;
- b) Mudança de móveis e equipamentos de escritório e outros.

5. DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- 5.1. Desinfetantes : destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- 5.2. Detergentes : destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;



163



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

5.3. Material de Higiene: papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e álcool-gel para as mãos;

5.3.1 – Definição do Material de Higiene, a ser fornecido:

5.3.1.1 - Papel Higiênico: Papel 100% celulose, branco, em rolos (uso nos banheiros coletivos) de aproximadamente 300 m (trezentos metros) conforme o dispenser no qual será utilizado ou em rolos de folhas, brancas, duplas e picotadas (uso nos banheiros privativos) de 30m x 10cm. No caso de inexistência, quebra ou necessidade de substituição dos dispensers existentes, a contratada deverá providenciar novos dispensers a serem entregues em regime de comodato.

5.3.1.2 - Papel Toalha: Papel 100% celulose, branco, em packs interfolhas de 20 x 23 (vinte por vinte e três) cm, totalizando, aproximadamente, 200 m (duzentos metros) de comprimento total. No caso de inexistência, quebra ou necessidade de substituição dos dispensers existentes, a contratada deverá providenciar novos dispensers a serem entregues em regime de comodato.

5.3.1.3 – Sabonete Líquido: Perolado não-diluído, formulado com agentes umectantes, sintéticos e emolientes com grande poder de limpeza e preservando a epiderme. Fornecimento em unidades de refil para utilização nos dispensers existentes na DETRO. No caso de inexistência, quebra ou necessidade de substituição dos dispensers existentes, a contratada deverá providenciar novos dispensers a serem entregues em regime de comodato.

5.3.1.4 – Álcool-gel para as mãos: Higienizador instantâneo para as mãos, a base de etanol, isopropanol, propileno glicol, espessante acrílico, emoliente, fragrância e água. A ser utilizado nas dependências do Prédio-Sede do DETRO em locais determinados, através de dispensers a serem entregues em regime de comodato.

5.4. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

5.5. Descrição e quantitativos mínimos mensais dos materiais de consumo, ferramentas/utensílios e equipamentos de limpeza a ser fornecido pela CONTRATADA:

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. 101 - A. 1 - Centro - Duque de Caxias - RJ - CEP: 24111-3203 / 2673-1443

090647AA829860

AUTENTICADO

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.

EMOL: 6,25 - PETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAP: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81

Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79048 GWF

55 21 3883-4100



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

ITEM	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
01	30	Lt	Alcool Comum, conforme item 5.3.1.4
02	8	Lt	Cera Incolor liquida - 1.000 ml
03	100	Lt	Cloro
04	16	Fr	Desincrostante liquido 500 ml.
05	50	Lt	Desinfetante liquido biodegradavel concentrado
06	50	Fr	Desinfetante, limpador para uso exclusivo em vasos sanitários e mictórios - de 700 ml
07	30	Fr	Desinfetante multiuso de 500 ml
08	50	Um	Desodorante em pedra para mictórios





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

3º Ofício de Justiça
RAPHAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - 13º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-900 / 2072-1449
090647AA629558

CERTIFICADO
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 5,25 - PETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,30 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79046 NVG

09	15	Um	Desodorizador de ar – diversos aromas
10	30	Um	Desodorizador sanitário, líquido ativo, refil
11	24	Fr	Detergente para pia – neutro 500 ml
12	11	Pt	Esponja de aço e 4 unidades
13	20	Um	Esponja dupla face
14	30	Um	Flanelas
15	15	Lt	Limpa-vidros 500ml
16	10	Um	Lustra-Móveis – 200 ml
17	20	Par	Luvras de borracha
ITEM	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
18	10	Um	Máscara para proteção contra poeira
19	30	Um	Multi-inseticida aerossol
20	25	Um	Pano multiuso
21	500	Rl	Papel higiênico, conforme item 5.3.1.1
22	100	Pt	Papel toalha, conforme item 5.3.1.2
23	15	Cx	Protetor de assento sanitário, descartável em cada uma 40 folhas de 45 x 38 cm
24	15	Lt	Refil de sabonete líquido cremoso, conforme item 5.3.1.3
25	05	Lt	Removedor de cera
26	10	Um	Sabão de côco em barra
27	04	Um	Sabão pastoso – 500g



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

28	20	Um	Sacos de chão alvejado
29	50	Um	Saco plástico para lixo de 200 Litros
30	100	Um	Saco plástico para lixo de 100 Litros
31	150	Um	Saco plástico para lixo de 60 Litros
32	200	Um	Saco plástico para lixo de 40 Litros
33	30	Lt	Base seladora para pisos porosos
34	05	Um	Disco preto grande para lavagem de piso
35	05	Um	Disco preto pequeno para lavagem de piso
36	20	Um	Lã de aço 44Gr
37	50	Lt	Cera extrabrilho

5.6. Os quantitativos acima se referem ao CONSUMO ESTIMATIVO MENSAL MÍNIMO para o imóvel.

5.7. Os materiais acima deverão ser entregues até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.8. A **CONTRATADA** deverá manter no **DETRO** estoque mínimo de 50% do consumo médio mensal, ou seja, equivalente e estimado para 15 (quinze) dias de demanda.

5.9. Os materiais e produtos utilizados deverão ser biodegradáveis e fornecidos em embalagens recicláveis.

5.10. A **CONTRATADA** deverá abastecer, ininterruptamente as dependências sanitárias de papel higiênico, toalhas de papel, sabonete líquido e desinfetante sem misturas, no mesmo padrão dos toalheiros, suporte de papel higiênico e saboneteiras instaladas no imóvel.

5.11 Descrição das ferramentas e utensílios:





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

3º Ofício de Justiça
RAPHAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-900
080647AA-825056

AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,81 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAO: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV7905A YPK



ITEM	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
01	08	Pç	Aparelho para desodorização sanitária
02	03	Um	Bacia de plástico com capacidade para 30l
03	10	Um	Balde de plástico com capacidade para 15l
04	10	Um	Balde de plástico com capacidade para 10l
05	06	Pç	Coletor de lixo, tipo manual.
06	06	Um	Desentupidores de pia
07	06	Um	Desentupidores de vasos sanitários
08	08	Pç	Dispensadores para sabonete líquido
09	16	Um	Escova de nylon com suporte para vaso sanitário
10	06	Um	Lixeira grande com tampa 100l
11	10	Um	Pã de lixo (de mão) tipo doméstica (cabo longo)
12	20	Um	Panos de prato
13	10	Um	Rodos grandes - 60 cm.
14	10	Um	Rodos pequenos - 40 cm.
15	08	Pç	Suporte para protetor de assento sanitário
16	10	Um	Vassoura de pêlo - 50 cm
17	10	Um	Vassouras de piaçava
18	10	Um	Vassourinhas para limpeza de sanitário
19	01	Um	Mangueira 3/4 com bico regulável

5.12. Descrição dos Equipamentos:

ITEM	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
01	03	Pç	Aspirador de pó 110v com acessórios
02	03	Pç	Enceradeira : máquina de arrear Industrial, com
03	03	Um	Escada de 05 degraus, tipo cavalete
04	01	Um	Escada de 10 degraus, tipo cavalete
05	03	Um	Extensão elétrica de 50 metros
06	01	UM	Carrinho para transporte de lixo objetos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

5.13. A empresa, após realizar a vistoria no local da prestação de serviço, estará ciente de que deverá dispor de todos os materiais, equipamentos, utensílios e máquinas, ainda que aqui não especificados, que sejam necessários ao bom desempenho das atividades.

6. Outros serviços

6.1 A pedido do Setor Responsável pela fiscalização dos serviços, deverão ser providenciados deslocamento de mobiliário, equipamentos ou similar em todas as dependências cobertas por esse contrato;

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos presta os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Contrato nº 04/2014

Data Início: 02/06/2014

Data Término: 01/06/2015

Termo Aditivo nº 003/2015

Data Início: 02/06/2015

Término: 01/06/2016

Prazo Contratual: 12(doze) meses

Valor total do Contrato e Termo Aditivo : R\$ 771.166,32

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS-DETRORJ

Anderson Santos Azevedo

Coordenador COMAT

Mat. 34/00104-0 DETRO/RJ

3º Office de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A - 15.º andar - Centro - Duque de Caxias - RJ - CEP: 22021-320 / 2572-1111
11.080647AA625055

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$ 8,81
Em test. da verdade. Conf por: MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79053 RKY

Rua Uruguiana, nº

Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel.: 55 21 3883-4100

189



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

CONTRATO Nº 004/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, SOB DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DETRO/RJ E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DETRO/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.940.984/0001-14, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Presidente o Sr. ALCINO RODRIGUES CARVALHO, cédula de identidade nº M6959367SSP/MG, CPF nº 964.341.636-49 e a empresa 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, nº 1939, sala 208, 25 de Agosto, Duque de Caxias Cidade Rio de Janeiro e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.0001/0001-09, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu Sócio o Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, cédula de identidade nº 200105856 DIC/RJ, CPF nº 109.662.037-55, domiciliado na Rua Baltazar da Silveira, 467, Vila Guanabara, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, doravante denominado CONTRATO, com fundamento no processo administrativo nº E-10/005/3034/2014 que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, bem como aos termos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2014, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de Prestação de Serviços especializados de limpeza, conservação e higienização, sob demanda, com fornecimento de Mão de obra, com fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços, a ser executado no prédio situado na Rua do Rosário, nº 164, Centro, Rio de Janeiro, na forma de Termo de Referência (Anexo I) e da Proposta de Preço (Anexo II) e do instrumento convocatório.



140
~~108~~



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - São partes integrantes deste Contrato o instrumento convocatório e todos os anexos nele indicados (Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2014).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/06/2014, desde que posterior a data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o DETRO/RJ.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá demonstrar, mediante declaração, como condição para a assinatura de termo aditivo de prorrogação do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, que proceda à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º do Decreto nº 36.414/04.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do DETRO/RJ:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 1) entregar o objeto do contrato e conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 2) prestar o serviço no endereço constante da no Termo de Referência, indicado pelo DETRO/RJ;





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

- 3) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho e indicando um representante para atuar de forma conjunta com o Gestor do DETRO/RJ;
- 4) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 5) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 6) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 7) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 8) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- 9) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- 10) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- 11) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 12) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas; e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.
- 13) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos ao DETRO/RJ, aos usuários ou terceiros.
- 14) efetuar o pagamento da remuneração dos profissionais de acordo com a convenção coletiva, quando cabível.



112



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

- 15) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos previdenciários e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 16) fornecer aos seus empregados até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vale-transporte e alimentação, de acordo com o horário de realização dos serviços e localização de residência do empregado.
- 17) pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do DETRO/RJ.
- 18) realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão, quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente ou sempre que solicitado pelo DETRO/RJ.
- 19) assumir as obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, quando, em ocorrência de espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou outros que com esses mantenham vinculação, ainda que nas dependências do DETRO/RJ.
- 20) os empregados da empresa **CONTRATADA** não terão nenhum vínculo com o **DETRO/RJ**, ficando sob sua inteira responsabilidade pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, vale-transporte, vale-refeição, seguros e outros encargos previstos em lei, incidente ou decorrente da contratação.
- 21) manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados designados para a execução dos serviços, no caso de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outras da espécie, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 22) apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do DETRO/RJ.
- 23) efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.
- 24) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 25) encaminhar ao DETRO/RJ, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

143



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2014, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390.39.12
Fonte de Recurso: 10
Programa de Trabalho: 3133-26.122.0002.2016

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 353.888,40 (trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída por 3 (três) membros designados pelo Ordenador de Despesas conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 05 (cinco) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.



174



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao DETRO/RJ ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá respeitar todas as normas internas do Departamento, além das normas de segurança e medicina do trabalho prevista na legislação trabalhista, principalmente às relativas a equipamentos de proteção individual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA por força do art. 71 parágrafo 1º da Lei 8666/93, no caso de o Departamento vir a suportar multa administrativa ou condenação judicial, em razão da não-observância das normas relativas à segurança e medicina do trabalho por parte da empresa contratada, esta deverá ressarcir, integralmente, o Departamento pelos valores a serem pagos, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no item SANÇÕES E MULTAS deste edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o DETRO/RJ, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando os salários de seus empregados, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) estar em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação de seus empregados;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;



175



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO SEXTO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos parágrafos segundo e terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para apresentação de defesa no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 353.888,40 (trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$29.490,70 (vinte e nove mil, quatrocentos e noventa reais e setenta centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 49678-2, agência 2014-1, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado BRASDESCO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração do recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art.º 3º, da lei nº 287/79.

116



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Coordenadoria de Material do DETRO, sito à Rua do Rosário, nº 164 - Centro - Rio de Janeiro, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FUTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos na parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta da licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - Caberá a CONTRATADA ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial dos seus empregados, sem prejuízo do necessário exame pela Administração da pertinência das informações prestadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

114



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o índice do IPC-FIP, para serviços prestados e IPCA ou INPC, o que menor for, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas sancionadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o DETRO/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar ao DETRO/RJ, no prazo máximo de 05 (dias) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5 % (cinco) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72hs (setenta e duas horas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

118



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO QUARTO - O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O **DETRO/RJ** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **DETRO/RJ**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que cubra à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



146



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades que deverá (ão) ser graduada (s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

149



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do caput:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art.412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo DETRO/RJ, ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na linha b, do caput, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



1100
1100



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O contratante penalizado com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - As penalidades serão registradas pelo DETRO/RJ no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do caput, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do DETRO/RJ, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.



181
[Assinatura]



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o DETRO/RJ tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade da cedente-CONTRATADA perante ao DETRO/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o DETRO/RJ, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

182



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATADA, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

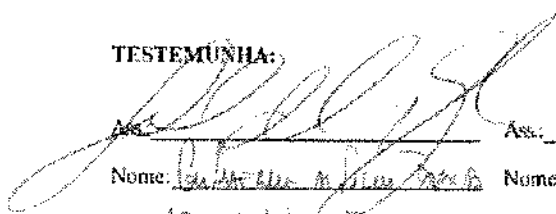
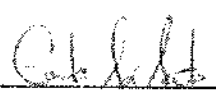
Rio de Janeiro, em 30 de Maio de 2014.


ALCINO RODRIGUES CARVALHO
Presidente
Matr. 34/00221-9 DETRO/RJ

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - DETRO/RJ
ALCINO RODRIGUES CARVALHO
Presidente

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP
JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Sócio

TESTEMUNHA:

Ass:  Ass: 
Nome: Beatriz Maria da Silva Nome: CARLA SA SANTOS
CPF: 132.541.116-23 CPF: 086.548.421-91

183




SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

TERMO ADITIVO Nº 002/2018

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DETRO/RJ E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP NAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.940.984/0001-14, doravante denominado **DETRO/RJ**, representado neste ato pelo seu Ordenador de Despesa Sr. **LUIZ CARLOS AUGUSTO DE LUCA**, cédula de identidade nº 059.720.771 - IFP, CPF nº 785.942.007-49 e a empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP** situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, nº 1939, sala 208, 25 de Agosto, Duque de Caxias, Cidade do Rio de Janeiro e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.0001/0001-09, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Sócio o Sr. **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, cédula de identidade nº 200105856 DIC/RJ, CPF nº 109.662.037-55, domiciliado na Rua Baltazar da Silveira, 467, Vila Guanabara, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E APLICAÇÃO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 004/2014**, com fundamento nos artigos 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº. E-10/005/3034/2014 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Rua Uruguaiana nº 118 - 6º/12º andar - Centro - Rio de Janeiro - Brasil Cep.20.050-092 Tel. 21-3883-4100



[Handwritten signatures and initials]

184



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 004/2014, relativo à Prestação de Serviços Especializados de Limpeza, Conservação e Higienização, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, com fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços, a ser executado no prédio situado à Rua Uruguaiana nº 118, 6º/12º andares - Centro - RJ, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, assim como a concessão do reajuste contratual, com fundamento no art. 55 inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, previstos nas Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro e na Cláusula Nona, Parágrafo Décimo Quarto do contrato original, respectivamente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo, fica assegurado ao **DETRO/RJ**, rescindir o contrato a qualquer tempo, como prerrogativa assegurada no artigo 58, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993, nas hipóteses de inexecução de cláusulas e/ou condições contratuais, conforme previsto no artigo 79 do referido diploma legal.

CLAUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Pelo presente instrumento, fica prorrogado o prazo de vigência por 12 (doze) meses, a contar de 02 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019, dando-se ao contrato o prazo total de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE

Fica concedido o reajuste contratual do preço do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aplica-se ao preço dos insumos o reajuste de 2,5371% (dois inteiros e cinco mil, trezentos e setenta e um por cento), em razão da previsão contratual estipulado na Cláusula Nona, Parágrafo Décimo Quarto, referente a aplicação do índice IPCA acumulado no período de maio/2017 a abril de 2018, com efeitos a partir de junho/2018, sendo incrementado na parcela mensal o valor de R\$ 112,97 (cento e doze reais e noventa e sete

Rua Uruguaiana nº 118 - 6º/12º andar - Centro - Rio de Janeiro - Brasil Cep.20 050-092 Tel. 21- 3883-4100



M
1
185



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

nove mil, oitocentos e seis reais e quarenta centavos), cada uma delas, mantendo-se as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO

Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 597.676,80 (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 2.690.566,99 (dois milhões, seiscentos e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar ao DETRO/RJ, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da via do Termo Aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 02/06/2018 a 01/06/2019, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alterado pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do Contrato, na forma e no prazo determinado por este.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'M' and a signature that appears to be 'BDD']



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de (02) testemunhas, que também assinam para um só efeito de direito.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS – DETRO/RJ

Luiz Carlos Augusto de Luca
Ordenador de Despesas

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP

José Gabriel da Silva
Sócio

TESTEMUNHA:

Nome: Lúcia Lemes

Nome: Barbara Hunt Spert

CPF: 118.196.204-14

CPF: 629.543.697-87

184



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

ATESTADO DE BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Conforme solicitado pela empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 17.695.001/0001-09, com sede na Praia de Botafogo nº 300, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, Cep: 22.250-040, representada por **José Gabriel da Silva**, cédula de identidade nº 200105856 DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, **ATESTAMOS** nos exatos termos e sob as penas da Lei 8.666/93 e suas alterações, com base nas informações prestadas pelo Gestor da 2ª Região Integrada de Segurança Pública, Marcos Rogério Pinheiro, que a solicitante está cumprindo com as obrigações assumidas ao firmar o **Contrato nº 003/2014**, assinado em 21/10/14, com esta Secretaria, tramitando no processo administrativo nº E-09/008/217/2013, consistindo seu objeto na prestação de serviço de asseio, conservação e atividades auxiliares para a **2ª RISP**, através de 05 Serventes, na forma do Termo de Referência. Informamos, ainda, que até o presente momento não temos ciência de fatores que possam desabonar a empresa ou seus administradores.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2015.


HÉLIO PACHECO LEÃO
SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Comandante João Pessoa, 24 - Lj. A - 1º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-001 (2011-3293 / 2072-1449)

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 8,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.0jrj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79056 IK1

090647A4920547
3º OFÍCIO DE JUSTIÇA - CARTÓRIO



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013

Rubrica: _____ Fis: _____

ID: _____



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

CONTRATO nº 003/2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES
AUXILIARES PARA A 2ª RISP QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA, E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E
SERVIÇOS EIRELI-EPP.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO neste ato pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Sr. Hélio Pacheco Leão – matrícula 954.694-6, Ordenador de Despesas e a empresa 2G Comércio e Serviços EIRELI - EPP situada na Praia de Botafogo nº 300 sala 501, Botafogo – RJ, Cep: 22.250-040 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por José Gabriel da Silva, cédula de identidade nº 200105856 DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, domiciliado na Praia de Botafogo nº 300 sala 501, Botafogo – RJ, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES PARA A 2ª RISP**, com fundamento no processo administrativo nº E-09/008/217/13, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a Prestação de Serviço de Asseio, Conservação e Atividades de Auxiliares para a 2ª RISP, na forma do Termo de Referência.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013

Rubrica: _____ Fls: _____

ID: _____

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 22/10/ 2014, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de prorrogação contratual, a **CONTRATADA** deverá demonstrar, mediante declaração, como condição para a assinatura de termo aditivo de prorrogação do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, que proceda à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º. do Decreto nº 36.414/04.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no termo de referência e neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013

Rubrica: _____ Fls: _____

ID: _____

- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2013, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390.39.12

Fonte de Recurso: 00

Programa de Trabalho: 2601.06.181.0147.2900

Nota de Empenho: 2014NE00823

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013	
Rubrica: _____	Fis: _____
ID: _____	

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 214.930,20 (Duzentos e quatorze mil novecentos e trinta reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Ordenador de Despesas, conforme ato de nomeação.

GESTORAS DO CONTRATO: Juliana da Rocha Pereira – Id. Func. 24503274, Cláudia Cristina Azevedo Ramos – Id. Func. 44202580 e Débora Suzye Pereira – Id. Func. 2450014-3.

FISCAIS DO CONTRATO: Marcos Rogério Pinheiro- ID.43490611 (SESEG), Vanelly Caroline de Azevedo de Oliveira- RG. 85166 (PMERJ) e José Antônio do Amaral- mat. 2655835 (PCERJ).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a representar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 214.930,20 (Duzentos e quatorze mil novecentos e trinta reais e vinte centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 17.910,85 (Dezessete mil novecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 49.678-2, agência 2014, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a 2ª Região Integrada de Segurança Pública, situada na estrada do Mendanha, 1672, Campo Grande, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013	
Rubrica: _____	Fis: _____
ID: _____	

contrato em nome da SESEG – Secretaria de Estado de Segurança - CNPJ 42.498.725/0001-00.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da CONTRATADA que participaram da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

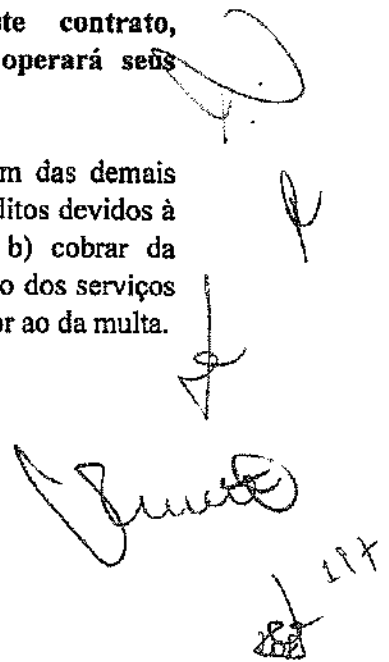
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

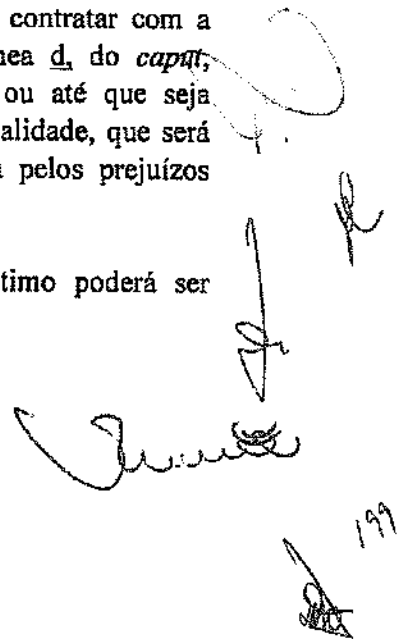
PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

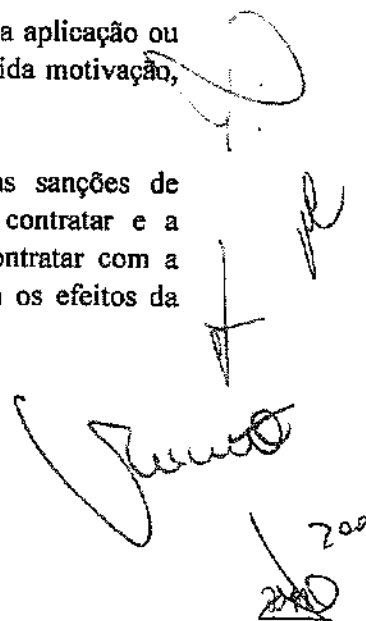
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contratante penalizado com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficará impedido de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013	
Rubrica: _____	Fis: _____
ID: _____	

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas **c** e **d** do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

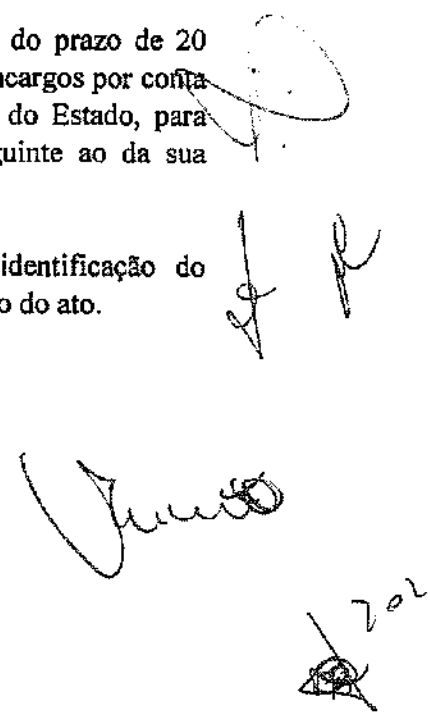
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATADA, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Proc.: E-09/008/217/2013 Data: 26/02/2013

Rubrica: _____ Fls: _____

ID: _____

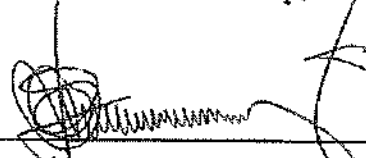
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 21 de OUTUBRO de 2014.


HÉLIO PACHECO LEÃO
Ordenador de Despesas

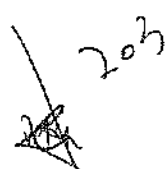

2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP
José Gabriel da Silva
CPF nº 109.662.037-55


TESTEMUNHA

JULIANO DOS SANTOS PIMENTEL
SESEG - Mat. 9.116.424-4


TESTEMUNHA

VERÔNICA LEMOS SILVA
SESEG - Mat. 9.116.419-4





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 21 - Lj. A/3 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20031-1203 / 2022-1449 090647AA620e53

POTENCIAL
CERTIFICADO e dou fe que a presente cópia é
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNDPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25 - RESSAG: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$ 8,81
Em test. da verdade. Conf por: MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trj.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79051 HCV

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Presidente Vargas, 670, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498675/0001-52, **ATESTA** para os devidos fins que a **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, 25 de Agosto, Duque de Caxias, RJ, CEP 25071-181, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, nos presta serviços através de mão-de-obra especializada com fornecimento de equipamentos para atuar na Secretaria de Estado Fazenda – Posto Fiscal de Nhangapi – Município de Itatiaia pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

A) AUXILIAR DE CARGAS: Auxiliar na orientação de fluxo dos caminhões no pátio interno do Posto Fiscal; auxiliar no processo de pesagem de carga dos caminhões; auxiliar na verificação de cargas; auxiliar no deslocamento de caminhões no pátio; realizar carga e descarga de mercadorias; auxiliar no carregamento de mercadorias para armazenamento no depósito do Posto Fiscal; atuar na limpeza diária das pistas do Posto Fiscal entre outras atribuições pertinentes ao cargo definidas pelo Fiscal chefe do Posto a fim de atender às necessidades da **SEFAZ**;

B) HIDRÁULICA: Manutenção e conservação dos banheiros, cozinhas, bebedouros, e outros; montagem, manutenção e conservação dos sistemas hidráulicos que abastecem o Posto Fiscal; manutenção e conservação dos sistemas de águas pluviais, reparos de encanamentos, caixas d'água e troca de louças, metais, registros, torneiras, caixas de descarga, bóias, ralos, sifões e outros; reparos de rotina das redes de águas pluviais e instalações especializadas; verificar sistematicamente o funcionamento das bombas e as condições da casa de bombas detectando a necessidade de reparos; outros serviços hidráulicos que se façam necessários nas dependências do **POSTO FISCAL**;

C) ELÉTRICA: Manutenção, conservação e reparos de instalações elétricas estufas, e similares; montagem, manutenção e conservação de PC's, de acordo com as especificações técnicas da Concessionária de Energia Elétrica; instalação, manutenção e conservação de chaves, fusíveis, disjuntores, fios condutores, interruptores tomadas, calhas, luminárias, starts, reatores, soquetes, lâmpadas quadros gerais e de distribuição, circuitos de distribuição, caixas de passagem, cabos elétricos, chaves monofásicas, bifásicas, trifásicas, eletrodutos e outros; instalação e conservação de bombas d'água, verificando sistematicamente os dispositivos de ligação automática (chave de bóia) e os de segurança (fusíveis, relés, etc.) e se os motores e quadros elétricos estão aquecendo, identificando a necessidade de reparos; instalações em subestações de força e luz; instalações de microcomputadores; substituição ou instalação de disjuntores, aparelhos de sinalização, conserto em linhas de alimentação, chaves térmicas magnéticas, automáticas, reostatos, bombas de elevação e sucção e outros serviços elétricos que se façam necessários nas instalações do **POSTO FISCAL**;

D) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE): auxiliar os profissionais transportando ferramentas e materiais pertinentes aos serviços; executar remanejamento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

de mobiliários e equipamentos; executar limpeza das áreas onde tenha havido serviços de manutenção; limpeza de toda a área do pátio do Posto Fiscal; auxiliar os profissionais nas obras, fazendo e transportando massa; atender a todas as tarefas inerentes ao auxiliar de serviços gerais determinadas pelo profissional competente a fim de atender às necessidades do **POSTO FISCAL**;

E) TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO: executar a limpeza dos filtros de ar, serpentinas, evaporadores, condensadores, rotores dos ventiladores, etc.; lubrificação dos mancais e motores; ajuste, verificação e aperto dos terminais elétricos de proteção e controle; revisão da parte elétrica; teste de funcionamento, voltagem e amperagem e todos os serviços inerentes ao trabalho de técnico de refrigeração a fim de atender às necessidades do **POSTO FISCAL**;

F) OPERADOR DE ROÇADEIRA: operar as máquinas roçadeiras; executar a limpeza de toda a área do Posto Fiscal, canteiros das rodovias junto ao posto, e todos os trabalhos inerentes a esta atividade a fim de atender às necessidades da **SEFAZ**.

QUANTIDADE DE PESSOAL:

FUNÇÃO	QUANT
Auxiliares de cargas	16
Eletricista predial	04
Bombeiro hidráulico	01
Técnico de refrigeração	01
Auxiliar de serviços gerais	01
Operador de Roçadeira	01
TOTAIS	24

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos presta os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Data Início: 01/06/2014

Data Término: 01/06/2015

Prazo Contratual: 12(doze) meses

Valor do Contrato: R\$ 739.360,00

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

SR. REINALDO FERNANDES LESSA
Diretor da DVMPCBM-FISCAL DO CONTRATO

Av. Presidente Vargas nº 670 / 11º andar - Centro / Rio de Janeiro / RJ
Telefones: (21) 2334-4629 / 2334-4632

3º Ofício de Justiça

RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR

090647A525942

CERTIFICADO de autenticidade de cópia

reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.

EMOL: 6.25 - FETJ: 1.25 - FUNPER: 0.31

FUNDPER: 0.31 - FUNRPE: 0.25 - RESSA: 0.12

ISS: 0.32 - Valor: R\$ 8.81

Em test. da verdade. Conf por:

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Selo: EDZV79050 SGK

20x



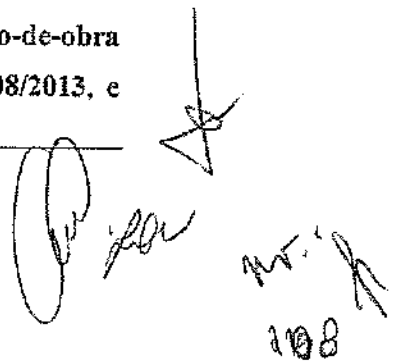
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

13.02.10.09

INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 27/2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
PREDIAL ATRAVÉS DE MÃO-DE-
OBRA ESPECIALIZADA, QUE ENTRE
SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA E A 2G COMÉRCIO E
SERVIÇOS EIRELI - EPP.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, situada à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 42.498.675/0001-52, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda, RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade nº 13326-4, expedida pelo CRE-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 603.258.877-72 e a empresa 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, 25 de Agosto, Duque de Caxias, RJ, CEP 25071-181, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por JOSÉ GABRIEL DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 20.010.585-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Predial através de mão-de-obra especializada, com fundamento no processo administrativo nº E-04/056/108/2013, e


108



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja celebração foi autorizada pelo Senhor Ordenador de Despesas do **CONTRATANTE**, que se regerá pelas normas da Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 3.149/80, de 28 de abril de 1980 e respectivas alterações, pelas normas constantes da legislação tributária pertinente, bem como pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de manutenção predial através de mão-de-obra especializada, com fornecimento de equipamentos, para atuar na Secretaria de Estado de Fazenda - Posto Fiscal de Nhangapi – Município de Itatiaia, nos quantitativos abaixo discriminados, na forma do Instrumento Convocatório e seus anexos e da proposta-detulhe, que são partes integrantes do presente contrato.

Função	Quantidade
Auxiliares de Carga	16
Eletricista Predial	04
Bombeiro Hidráulico	01
Técnico de Refrigeração	01
Auxiliar de Serviços Gerais	01
Operador de Roçadeira	01
Total	24



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/06/2014, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de prorrogação contratual, a **CONTRATADA** deverá demonstrar, mediante declaração, como condição para a assinatura de termo aditivo de prorrogação do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, que proceda à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º. do Decreto nº 36.414/04.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

[Assinaturas manuscritas]



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros;
- o) executar os serviços no Posto Fiscal de Nhangapi – Rodovia Presidente Dutra, Km 160/180, Itatiaia, Rio de Janeiro – RJ;
- p) fornecer os seguintes equipamentos para os eletricitas: 02 (dois) luxímetros, 05 (cinco) alicates amperímetro e 01 (um) medidor de temperatura de cabos elétricos digital. Deverá fornecer 02 (dois) equipamentos Nextel para contato com a Divisão de Manutenção Predial na Capital;
- q) fornecer 02 (duas) máquinas roçadeiras à gasolina com lâminas e nylon para uso do operador de roçadeira.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2014, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2001.04.122.0002.2.016

Natureza das Despesas: 3390.37.04

Fonte de Recurso: 00

Nota de Empenho: 2014NE00364



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 789.360,00 (setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pelo Departamento Geral de Administração e Finanças.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O representante do **CONTRATANTE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

[Handwritten signatures and initials]
21/4



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos **PARÁGRAFOS SEGUNDO** e **TERCEIRO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

[Handwritten signatures and initials]
715



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças


PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 789.360,00 (setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 65.780,00 (sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), cada uma delas, sendo efetuado mensal e sucessiva e diretamente na conta corrente nº 49990-0, agência 2014, de titularidade da **CONTRATADA**, no Banco Bradesco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência do Banco Bradesco ou caso verificado pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

  216




Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Divisão de Protocolo, sito à Av. Presidente Vargas, nº 670-1º andar, Rio de Janeiro, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Satisfeitas as obrigações previstas no **PARÁGRAFO SEGUNDO** e **TERCEIRO**, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa

[Assinaturas manuscritas]
21X



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARAGRAFO NONO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA/IBGE, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O reajuste será dividido em tantos quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, sempre calculado a partir das datas-base diferenciadas, já que a contratação envolve mais de uma categoria profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5%(cinco por cento) do valor do contrato em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da lei 8.666/93, a ser restituída após sua execução sem ressalvas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

[Assinaturas manuscritas e rubricas]



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

[Handwritten signatures and initials]
221



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma

[Assinaturas manuscritas]
212



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

do parágrafo único. do art. 35. do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência. o que configura a mora.

[Handwritten signatures and initials]
223



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c. do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d. do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

[Assinaturas manuscritas e rubrica]
224



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e g, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

[Assinaturas e rubricas manuscritas]
225



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contratante penalizado com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficará impedido de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.


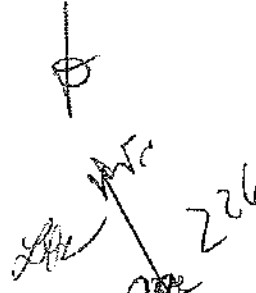
PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor


 226



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

[Handwritten signatures and initials]
224



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Departamento Geral de Administração e Finanças

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento do ato e número do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litúgio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014.

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ
RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS

José Gabriel da Silva
2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP
JOSÉ GABRIEL DA SILVA

TESTEMUNHAS:
Gláucia Martins
CPF: 124.986609-02

Luiza Quadros Landeira
CPF: 037.353.227-00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO nº 038/2018

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DO FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, E A 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP, QUE TEM POR OBJETO A RERRATIFICAÇÃO DO VALOR TOTAL E APLICAÇÃO DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pelo FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, situada na Av. Presidente Vargas nº 670, 3º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 27.326.220/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, **LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES**, portador da cédula de identidade nº 73943920, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 981.962.007-49 e a empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, situada na Praia de Botafogo, 300, Sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, portadora do RG nº 200105856 DICRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.662.037-55, residente e domiciliado na

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

Praia de Botafogo, nº 300, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO DO VALOR TOTAL E APLICAÇÃO DE REAJUSTE AO CONTRATO nº 027/2014**, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações tendo em vista o contido no processo administrativo nº E-04/056.108/2013, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo tem por objetivo:

- a) rerratificar o valor total do termo aditivo e o número de parcelas a serem pagas, que consta na **CLÁUSULA QUINTA**, do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2012, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 027/2014, relativo à prestação de serviços contínuos de manutenção predial através de mão-de-obra especializada, com fornecimento de equipamentos, para atuar na Secretaria de Estado de Fazenda - Posto Fiscal de Nhangapi - Município de Itatiaia, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 8.666 de 1993 e na Cláusula segunda, parágrafo primeiro do Contrato, que passará constar da seguinte forma:

"CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 701.123,04 (setecentos e um mil, cento e vinte e três reais e quatro centavos), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 58.426,92 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), cada uma delas, sendo efetuado mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 49990-0, agência 2014, de titularidade da CONTRATADA, no Banco Bradesco."



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

- b) Concessão de reajuste contratual, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, e na cláusula nona, parágrafo oitavo do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE:

Fica concedido o reajuste contratual do preço do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aplica-se o reajuste total da remuneração salarial da categoria de Auxiliares de Carga e Operador de Rôçadeira de 4,33% alocada exclusivamente no contrato, em razão de Convenção Coletiva de Trabalho, com efeitos a partir de 01/03/2018, compreendendo o período de 01/06/2018 a 31/05/2019, eis que o edital considerou a proposta vinculada à data-base do referido instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO:

Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 701.123,04 (setecentos e um mil, cento e vinte e três reais e quatro centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 3.443.979,04 (três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e nove reais e quatro centavos.)

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 01/06/2018 a 31/05/2019, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

[Handwritten signatures and initials]



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO:

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA- PUBLICAÇÃO E CONTROLE:

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATANTE, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2018.

FABIO R. A. ASSUNÇÃO
Subsecretário de Fazenda e Planejamento
Insc. Funcional: 400.852-6

**FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES**

**2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP
JOSE GABRIEL DA SILVA**

TESTEMUNHAS:

CPF: 084.134.201-38

CPF: 127.277.877-70

7-0229



INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO
Rua Major Rubens Vaz 122, - Bairro Gávea, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22470-070
Telefone: (21) 3874-1222 e - www.jbrj.gov.br

CONTRATO Nº 49/2020

Processo nº 02011.000558/2020-43

Unidade Gestora: 443020

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

A União por intermédio do **INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO – JBRJ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.936.616/0001-20, com endereço na Rua Major Rubens Vaz, nº 122, Gávea, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.470-070, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de sua Presidente, Dra. **ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO**, brasileira, casada, bióloga, domiciliada na Rua Pacheco Leão, nº 915, Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.460-030, portadora do documento de identidade nº 20.376.319-8, Detran/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 108.315.407-96, nomeada pela Portaria nº 64 da Casa Civil da Presidência da República, de 02 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União número 42, Seção 2, de 03 de março de 2020, e de outro lado a empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, estabelecida na Rodovia Washington Luiz, nº 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.085-008, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, brasileiro, diretor, portador da Carteira de Identidade nº 20.010.585-6 DETRAN/RJ e do CPF nº 109.662.037-55, tendo em vista o que consta no Processo nº 02011.000558/2020-43 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 14/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de asseio, limpeza e conservação com fornecimento de materiais e equipamentos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

226

1.3. Objeto da contratação:

Posto	Jornada	Tipo de Área	Nº de Postos	Nº de colaboradores
Encarregado	44 horas	N/A	1	1
Auxiliar de Serviços Gerais (Rotina)	44 horas	20.583,47 m²	18	18
Auxiliar de Serviços Gerais (com insalubridade)	44 horas	732,75 m²	2	2
Auxiliar de Serviços Gerais (com periculosidade)	44 horas	7.584,32 m²	6	6
Auxiliar de Serviços Gerais Plantonista (com insalubridade)	12x36	7 banheiros públicos	9	18
		Totais:	36	45

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 30 (trinta) meses, a contar do dia 01 de fevereiro de 2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal de autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para administração;

2.1.5. haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 4.755.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução de objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/ Unidade: 44206/443020

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 18.122.2124.2000

Elemento de Despesa: 339037

PI: CTRADMJBRJ

4.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato, na forma prevista nesta cláusula.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

7.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (dois por cento).

7.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas Cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

7.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

278

- 7.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 7.6.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 7.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - 7.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 7.7. A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal (CEF), com correção monetária.
- 7.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 7.11. No caso de alteração de valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.14. Será considerada extinta a garantia:
- 7.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as Cláusulas do contrato;
 - 7.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 7.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 7.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.
- 7.17. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507/2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de

4/7
23
9

trabalho.

7.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento, do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. indenização e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

240
16/1

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.


14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

261


16.1. É eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado pelas partes.

(assinado eletronicamente)

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO
Presidente do Instituto de Pesquisas
Jardim Botânico do Rio de Janeiro


JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Diretor da 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Testemunha 1:

Assinatura: 

Nome: CHARLES GOMES PEREIRA

CPF: 035 . 179 . 137 - 07

Testemunha 2:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____ - _____



Documento assinado eletronicamente por Ana Lúcia de Souza Santoro, Presidente, em 30/12/2020, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.jbrj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0063823 e o código CRC 2F193EAD.

242




MARINHA DO BRASIL


CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS
PARA O PESSOAL DA MARINHA
(AUTARQUIA FEDERAL)

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Atesto que a Empresa 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 17.695.001/0001-09, situada a Praia de Botafogo nº 300, sala 501 – Botafogo – Rio de Janeiro, RJ- CEP 22.250-040, executou satisfatoriamente os serviços abaixo discriminados:

Serviço de capina e limpeza de lotes e terrenos de propriedade da CCCPM, no Estado do Rio de Janeiro, vinculado através do contrato nº 78000/2014-006/00, assinado em 15 de maio de 2014, incluindo serviço de coleta, transporte e destinação final. Valor Anual: R\$ 350.784,21 (trezentos e cinquenta mil e setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos). Enquadramento: Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2019.


ISAAC NEWTON VIEIRA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Diretor-Executivo

3º Ofício de Justiça
RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR - TITULAR
Rua Conde de Porto Alegre, 24 - Lj. A-18 - Centro - 22.070-000 - Rio de Janeiro - RJ - Fone: (21) 2243-3253 / 2072-1449

AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO e dou fé que a presente cópia
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado como sendo o original.

Duque de Caxias - RJ, 10/12/2021.
EMOL: 6,25 - FETJ: 1,25 - FUNPERJ: 0,31
FUNPERJ: 0,31 - FUNARPEN: 0,25. - RESSAC: 0,12
ISS: 0,32 - Valor: R\$8,81
Em test. _____ da verdade. Conf por: _____

MONALISA ARAUJO DE FARIA - ESCRIVENTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trf.jus.br/sitepublico>
Selo: EDZV79052 GJG

090647AA822854
3º OFÍCIO DE JUSTIÇA
CARTÓRIO



247

MARINHA DO BRASIL
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA

NUP Nº 63997.00665/2014-71

CONTRATO Nº 78000/2014-006/00

Contrato celebrado entre a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha e a empresa 2G Comércio e Serviços Eireli-EPP, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina e limpeza de lotes e terrenos de propriedade da CCCPM no Estado do Rio de Janeiro, incluindo serviço de coleta, transporte e destinação final.

A CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA, doravante denominada CCCPM, com sede na Avenida Rio Branco nº 39 – 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.332.937/0001-52 e a empresa 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ 17.695.001/0001-09, situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, sala 208, 25 de Agosto, Duque de Caxias, Rio de Janeiro – CEP: 25071-181, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo nº 63997. 00665/2014-71 celebram o presente Contrato, vinculando-se às regras do Edital nº 78000/004/2014, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com fundamento na Lei nº 8666, de 21/06/1993, no Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e suas alterações e demais legislações correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a prestação de serviços de capina e limpeza de lotes e terrenos de propriedade da CCCPM no Estado do Rio de Janeiro, incluindo serviço de coleta, transporte e destinação final, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus apêndices.

SUBCLÁUSULA 1.1 - O serviço será prestado de forma indireta, sob regime de EMPREI-TADA POR PREÇO UNITÁRIO DO METRO QUADRADO.

SUBCLÁUSULA 1.2 – Passam a fazer parte integrante deste CONTRATO, sob a forma de anexos, como se nele fossem transcritos, os seguintes documentos:

- a. Edital e anexos;
- b. Proposta de Preços da CONTRATADA, datada de 15/04/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta deste contrato foi examinada e aprovada juridicamente pela Procuradoria Federal junto à Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha, e atendidas suas recomendações, conforme Parecer nº 023/2014/PF-CCCPM/PGF/AGU, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/93.

244


CLÁUSULA TERCEIRA – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

SUBCLÁUSULA 3.1 – De acordo com o art. 56, inciso XIV, do Regimento Interno da CCCPM, o Contra-Almirante (IM) SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE, Presidente da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha, nomeado pelo Decreto Presidencial de 24 de novembro de 2011, portador da carteira de identidade nº 297.666, expedida pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF sob o nº 491.887.557-20, tem competência para assinar este Contrato em nome da CCCPM.

SUBCLÁUSULA 3.2 – De acordo com o Ato Constitutivo EIRELI, o Sr. José Gabriel da Silva, RG n.º 200105856/DETRAN-RJ e CPF n.º 109.662.037-55 tem competência para assinar este contrato em nome da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

SUBCLÁUSULA 5.1 - Foram alocados ao presente Contrato recursos do do PA/2014, Gestão 778000/21201, PTRES 048573, ND 3390.39.63 e nos exercícios seguintes à conta das dotações orçamentárias da CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA 5.2 – Por se tratar de valor estimado com base na estimativa de serviço a ser executado no exercício de 2014 e seguintes, a CCCPM efetuará o pagamento somente dos serviços que solicitar e forem efetivamente prestados pela CONTRATADA. Não se constitui obrigação da CCCPM, nem direito subjetivo da CONTRATADA, a contratação no valor total acima estimado.

SUBCLÁUSULA 5.3 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

SUBCLÁUSULA 6.1

Nº	EMPREENDIMENTO	ENDEREÇO	ÁREA M²
1	Terreno de Neves	Avenida Paiva, s/n.º, Neves, São Gonçalo – RJ	23.481,00
2	Moradas do Tinguí	Estrada do Tinguí, Quadra 07, lote 03, Rua “C”, Campo Grande – RJ	128,00
3	Moradas do Tinguí	Estrada do Tinguí, Quadra 07, lote 07, Rua “C”, Campo Grande – RJ	128,00
4	Terreno de São Pedro da Aldeia	Área remanescente 2-B do Loteamento “Vilar Rascão”, Rua Rosa Aranha, Jacaré São Pedro da Aldeia - RJ	7.780,00
Total da área em M²			31.517,00

295
295

- a. Valor do metro quadrado: R\$ 3,71 (Três reais e setenta e um centavos);
- b. Valor por cada execução do serviço: R\$ 116.928,07 (cento e dezesseis mil novecentos e vinte oito reais e sete centavos);
- c. Valor Anual para execução total do objeto R\$ 350.784,21 (trezentos e cinquenta mil setecentos e oitenta e quatro reais e vinte um centavos).

Para o cálculo do preço global (PG) deverá ser considera a seguinte fórmula, considerando a execução dos serviços trimestralmente:

A = total da área m²

B = valor do m²

PG = (A x B) x 3

SUBCLÁUSULA 6.2 - Para efeito de cobrança do objeto da contratação, deverá ser considerado a quantidade de metro quadrado executado a cada solicitação da prestação de serviço do objeto deste contrato, multiplicado pelo valor do metro quadrado contratado. **Caso não haja execução de serviço no mês, a prestação do serviço não poderá ser cobrada.**

SUBCLÁUSULA 6.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

SUBCLÁUSULA 7.1 – A CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

SUBCLÁUSULA 7.1.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

SUBCLÁUSULA 7.1.2 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 05% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

SUBCLÁUSULA 7.2 – A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

SUBCLÁUSULA 7.3 – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

246
30/09

SUBCLÁUSULA 7.4 – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

SUBCLÁUSULA 7.5 – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

SUBCLÁUSULA 7.6 – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

SUBCLÁUSULA 7.7 – Para a prestação de garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento contratual.

SUBCLÁUSULA 7.8 – A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a. caso fortuito ou força maior;
- b. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- d. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

SUBCLÁUSULA 7.9 – Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

SUBCLÁUSULA 7.10 – Será considerada extinta a garantia:

- a. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CCCPM, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b. no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a CCCPM não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

SUBCLÁUSULA 8.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

SUBCLÁUSULA 8.1.1 - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

SUBCLÁUSULA 8.2 - Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

SUBCLÁUSULA 8.3 - O contrato não poderá ser prorrogado quando:

SUBCLÁUSULA 8.3.1 - A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

SUBCLÁUSULA 8.3.2 - A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

247
2014

SUBCLÁUSULA 8.3.3 - A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

SUBCLÁUSULA 8.4 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo e deverão ser assinados dentro do prazo de execução do objeto do Contrato;

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

SUBCLÁUSULA 9.1 – A CCCPM efetuará o pagamento somente dos serviços que solicitar e forem, efetivamente, prestados pela CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA 9.2 – O pagamento será realizado, até o 5º (quinto) DIA ÚTIL, a contar da data final do adimplemento da obrigação, após a apresentação dos Documentos de Cobrança, devidamente “CERTIFICADOS” pelo respectivo Fiscal, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto;

SUBCLÁUSULA 9.3 - A primeira Nota Fiscal/Fatura referente ao objeto da contratação a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último desse mês;

SUBCLÁUSULA 9.4 - Do montante a ser pago à CONTRATADA, incidirá retenção tributária no percentual de que dispõe a IN SRF nº 480/2004, com as alterações introduzidas pela IN SRF nº 539/2005, ou normatização que vier a lhe substituir, nos termos do que dispõe o art. 64, da Lei nº 9.430/1996.

SUBCLÁUSULA 9.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.


SUBCLÁUSULA 9.6 - Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a. não produziu os resultados acordados;
- b. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

SUBCLÁUSULA 9.7 - Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento, observando-se o item 11.13.

SUBCLÁUSULA 9.8 - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

SUBCLÁUSULA 9.9 - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

248


SUBCLÁUSULA 9.10 - O pagamento será efetuado mediante depósito em conta-corrente. Para tanto, nos documentos de cobrança a CONTRATADA deverá colocar seus dados bancários, a saber:

- a. nome e código do Banco;
- b. nome e código da Agência (com 05 dígitos, incluindo o verificador); e
- c. número da conta corrente.

SUBCLÁUSULA 9.11 - Alerta-se que a conta bancária deverá estar em nome da CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA 9.12 - O pagamento não será efetuado enquanto a CONTRATADA estiver pendente de liquidação com qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou repactuação de preços ou correção monetária.

SUBCLÁUSULA 9.13 - Constatada a situação de irregularidade fiscal ou trabalhista da Contratada no SICAF, sem prejuízo do pagamento, a CCCPM providenciará a sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo exequível, a Contratada regularize sua situação ou no mesmo prazo concedido apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. O prazo de defesa poderá ser prorrogado a critério da Administração da CCCPM.

Obs.: Objetivando atender a Lei 12.440, de 07 de julho de 2011, que institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, até que o sistema SICAF esteja adaptado para disponibilizar a informação, o sítio www.tst.jus.br/certidao da justiça do trabalho deverá ser consultado para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos do licitante/fornecedor (SIASG – Comunicação: Mensagem nº 072414 de 25/01/2012).

SUBCLÁUSULA 9.14 - Considerando a forma peculiar de pagamento adotado pela Administração Pública, com a utilização da ordem bancária, com depósito na conta corrente da CONTRATADA, é defeso à futura CONTRATADA a emissão de duplicatas em função do contrato a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, é equiparável a emissão de “duplicatas simuladas”, e demandará o sancionamento da CONTRATADA com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA 9.15 - Da Compensação Financeira por atraso no pagamento - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I, \text{ onde:}$$

EM = encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido;

N = nº de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso; e

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100)/365$$

SUBCLÁUSULA 9.16 - Considerando que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) determina que, no caso de atraso de pagamento, não se pode aplicar índice de atualiza-

249

ção monetária (por se tratar de período inferior a 01 (um) ano), mas, sim, uma taxa de juros que não seja onerosa ao Erário e nem inexpressiva para o particular, por convenção, foi utilizado 6% (seis por cento) ao ano.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

SUBCLÁUSULA 10.1 - Este contrato será reajustado anualmente pela aplicação do IPCA de cada período específico, editado pelo IBGE, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo, consonante com a subcláusula 10.2.

SUBCLÁUSULA 10.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

- a. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite de apresentação da proposta;
- b. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do último reajuste ocorrido.

SUBCLÁUSULA 10.3 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

SUBCLÁUSULA 11.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

SUBCLÁUSULA 11.2 - A CONTRATADA concorda desde já com a supressão do serviço além do limite estabelecido no art. 65 da Lei nº 8.666/93, não havendo necessidade de novo ajuste entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SUBCLÁUSULA 12.1 - Estará sujeita às seguintes penalidades, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA quando cometer as seguintes infrações administrativas:

- a. Atrasar injustificadamente a execução do contrato;
- b. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- c. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- d. Comportar-se de modo inidôneo;
- e. Cometer fraude fiscal;
- f. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato;
- g. Não mantiver a proposta;
- h. Falhar ou fraudar na execução do acordo.

SUBCLÁUSULA 12.2 - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência por escrito por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação e de acordo com as especificações constantes do item 9 do Anexo "A";

250
[assinatura]

b. Multa:

b.1. Moratória de até 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias e de acordo com as especificações constantes do item 9 do Anexo "A";

b.2. Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida e de acordo com as especificações constantes do item 9 do Anexo "A", podendo ser cumulada com a multa moratória;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos;

f. Descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na Contrato e das demais cominações legais.

SUBCLÁUSULA 12.3 - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

SUBCLÁUSULA 12.3.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

SUBCLÁUSULA 12.3.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

SUBCLÁUSULA 12.3.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

SUBCLÁUSULA 12.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em regular processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

SUBCLÁUSULA 12.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa.

SUBCLÁUSULA 12.6 - As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas.

SUBCLÁUSULA 12.7 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

SUBCLÁUSULA 12.8 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CCCPM serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

251
10

SUBCLÁUSULA 12.9 - Caso a CCCPM determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

SUBCLÁUSULA 12.10 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

SUBCLÁUSULA 12.11 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

SUBCLÁUSULA 13.1 – O(s) fiscal(ais) do serviço de capina e limpeza de lotes e terrenos de propriedade da CCCPM no Estado do Rio de Janeiro, incluindo serviço de coleta, transporte e destinação final será(ão) designado(s) por Portaria, sendo a(s) única(s) pessoa(s) credenciada(s) pela CCCPM para autorizar o início de quaisquer prestações de serviços, bem como para certificar notas fiscais relativas à execução do contrato;

SUBCLÁUSULA 13.2 - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir fiel e integralmente, perante a CCCPM, exigências que venham a serem feitas pelo fiscal dos serviços que terá plenos poderes para:

- a. Dirimir eventuais dúvidas da **CONTRATADA**;
- b. Exigir da **CONTRATADA** a retirada imediata de qualquer dos prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pela CCCPM capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas;
- c. Reportar ao **ORDENADOR DE DESPESAS** fatos relevantes que surgirem e que não possam ser resolvidos pelo fiscal;
- d. Verificar a execução do objeto do Termo de Referência e realizar a aceitação de acordo com as normas estabelecidas;
- e. Após a aceitação, o atesto na nota fiscal da **CONTRATADA**;
- f. Providenciar a execução dos serviços da garantia, quando couber;
- g. Promover as medidas que couberem para os casos amparados nas pelas cláusulas de penalidade e de rescisão;
- h. Recusar o serviço em desacordo com o objeto;
- i. Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança; e.
- j. Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.

SUBCLÁUSULA 13.3 - A **CONTRATADA** se obriga a fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos técnicos que lhe venham a ser solicitado pela CCCPM ou pelo Fiscal dos Serviços, no que tange ao objeto deste Termo de Referência, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico;

SUBCLÁUSULA 13.4 - Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal.

SUBCLÁUSULA 13.5 - A **CONTRATADA** deverá facilitar a fiscalização e inspeção no estabelecimento da mesma, durante a vigência do contrato;

SUBCLÁUSULA 13.6 - Caso não sejam atendidas as reclamações da fiscalização sobre defeito essencial em serviço executado ou a respeito de qualquer material irregular empregado

252
252

pela **CONTRATADA**, a Fiscalização poderá ordenar a suspensão dos serviços. Tal suspensão ocorrerá sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **CONTRATADA** e sem que este tenha direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

SUBCLÁUSULA 16.1 - São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d. O atraso injustificado no início do serviço;
- e. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- g. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- i. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- j. A dissolução da sociedade, ou falecimento da **CONTRATADA**;
- k. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
- l. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CCCPM** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- n. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- o. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- p. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

253
208

q. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

SUBCLÁUSULA 14.2 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA 14.3 - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c. Judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA 14.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA 14.5 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a. Devolução da garantia;
- b. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

SUBCLÁUSULA 14.6 - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CCCPM, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CCCPM, além das sanções previstas neste instrumento.

SUBCLÁUSULA 14.7 – A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784 de 1999, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CCCPM, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CCCPM providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal, com exclusão de

254
254
254

(Continuação do Contrato nº 78000/2014-06/00)

qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE
Contra-Almirante (IM)
Presidente

JOSÉ GABRIEL DA SILVA
CPF n.º 109.662.037-55
Representante da Contratada

SÉRGIO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM)
Diretor-Executivo

MAURICIO DE JESUS PULICE
Suboficial (MR)
Fiscal

255
255



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ª RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO, com sede na Rua Licínio Cardoso, 96 – Triagem, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 10.266.175/0001-07, **ATESTA** para os devidos fins que a **2G COMÉRCIO E SERVIÇO SEIRELI**, empresa com sede na Rod. Washington Luiz, 2550 - Sala 502, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-008, inscrita no CNPJ 17.695.001/0001-09, nos presta serviços conforme descrição abaixo.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza técnica, limpeza geral e higienização, serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, análise de água e controle integrado de pragas, serviços de manutenção e conservação de jardins e dos serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha, a serem executados com o fornecimento de material de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPI), máquinas e equipamentos necessários à realização dos trabalhos, e serviço de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, sem fornecimento de material de consumo e insumos, visando atender as demandas do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Código Catser	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	23329	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área interna com piso frio	600 m²/auxiliar	10
	2	23434	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área externa com piso pavimentado	1.800 m²/auxiliar	6
	3	23590	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área laboratorial	330 m²/auxiliar	19
	4	24244	Serviços de Jardineiro	outra	1

[Handwritten signature]

236

[Handwritten signature]

5	19399	Serviços de Auxiliar de Cozinha	outra	2
6	19399	Serviços de Cozinheiro	outra	2
7	1341	Serviços de Encarregado	1/ 40 auxiliares	1
TOTAL DE 41 FUNCIONÁRIOS				

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos presta os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Prazo Contratual: 12(doze) meses.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2020.


 Haroldo Paiva Galvão-Coronel
 Diretor do LQFEx



254



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1ª RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar / 1808)**

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 01/2020, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO LABORATÓRIO
QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO E A
EMPRESA 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI.**

A União, por intermédio do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (órgão contratante), com sede na Rua Licínio Cardoso, 96 - Triagem- Rio de Janeiro RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.266.175/0001-07, neste ato representado pelo Sr Haroldo Paiva Galvão, Ordenador de Despesas, nomeado pela Portaria nº 791, de 29 de maio de 2018, inscrito no CPF Nr 022.781.877-67, portador da Carteira de Identidade Nr 020.391.164-9, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa 2G Comércio e Serviços Eireli inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, sediado na Rodovia Washington Luiz, 2550 - SALA 502 - Vila São Luiz, em Duque de Caxias- Rio de Janeiro - RJ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. José Gabriel da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 , expedida pela (o) DIC/RJ, e CPF nº 109.662.037-55 , tendo em vista o que consta no Processo nº 64614004136201971 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 26/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

I. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza técnica, limpeza geral e higienização, serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, análise de água e controle integrado de pragas, serviços de manutenção e conservação de jardins e dos serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha, a serem executados com o fornecimento de material de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPI), máquinas e equipamentos necessários à realização dos trabalhos, e serviço de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, sem fornecimento de material de consumo e

insumos, visando atender as demandas do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Código Catser	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor
1	23329	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área interna com piso frio	600 m²/auxiliar	10	R\$ 383.000,0000
2	23434	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área externa com piso pavimentado	1.800 m²/auxiliar	6	R\$ 233.000,0000
3	23590	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área laboratorial	330 m²/auxiliar	19	R\$ 815.000,0000
4	24244	Serviços de Jardineiro	outra	1	R\$ 54.400,0000
5	19399	Serviços de Auxiliar de Cozinha	outra	2	R\$ 73.000,0000
6	19399	Serviços de Cozinheiro	outra	2	R\$ 94.300,0000
7	1341	Serviços de Encarregado	1/40 auxiliares	1	R\$ 51.650,0000
TOTAL: R\$ 1.704.350,00					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

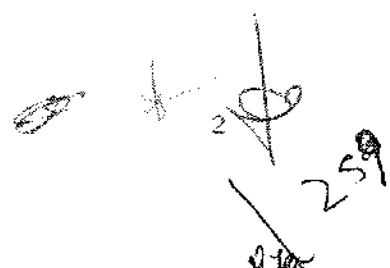
2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **13 de abril de 2020 e encerramento em 12 de abril de 2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp with the number 259 and a signature.

- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor mensal da contratação é de **R\$ 142.029,17** (cento e quarenta e dois mil, vinte nove reais e dezessete centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 1.704.350,00** (Um milhão setecentos e quatro mil trezentos e cinquenta reais).

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte: 6153698455

Programa de Trabalho: 172888

Elemento de Despesa: 339039

PI: DIDTFNSOUTR

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

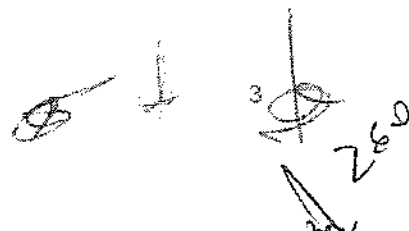
5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP/DG n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.



8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderão dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será

6 4 261
DN.

executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.9. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

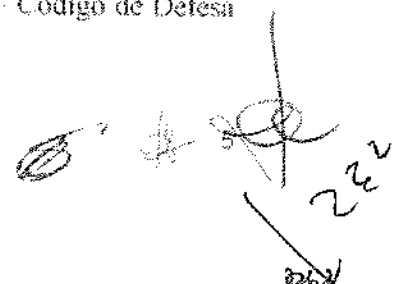
13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO


15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

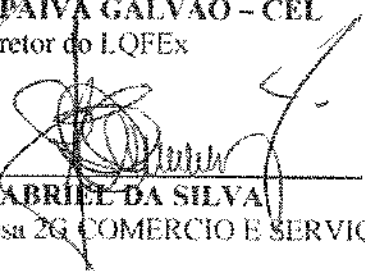
16.1. É eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020.

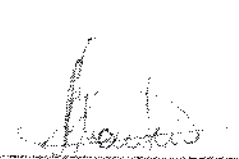


HAROLDO PAIVA GALVÃO – CEL
Diretor do LQFEx




JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Representante legal da Empresa 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

TESTEMUNHAS:



Sandra Fernandes de Oliveira Monteiro – Ten Cel Farm
ID 011537054-6 - MD
CPF 006.622.517-50



Sandro Poreiuncula – Ten Cel Farm
ID 011449464-4 - MD
CPF 021.812.647-67



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1ª RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar / 1808)**

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 01/2020, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO LABORATÓRIO
QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO E A
EMPRESA 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI .**

A União, por intermédio do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (órgão contratante), com sede na Rua Licínio Cardoso, 96 - Triagem- Rio de Janeiro _RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.266.175/0001-07, neste ato representado pelo Sr Haroldo Paiva Galvão, Ordenador de Despesas, nomeado pela Portaria nº 791, de 29 de maio de 2018, inscrito no CPF Nr 022.781.877-67, portador da Carteira de Identidade Nr 020.391.164-9, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa 2G Comércio e Serviços Eireli inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, sediado na Rodovia Washington Luiz, 2550 - SALA 502 - Vila São Luiz, em Duque de Caxias- Rio de Janeiro - RJ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. José Gabriel da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 200105856 , expedida pela (o) DIC/RJ, e CPF nº 109.662.037-55 , tendo em vista o que consta no Processo nº 64614004136201971 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 26/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza técnica, limpeza geral e higienização, serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, análise de água e controle integrado de pragas, serviços de manutenção e conservação de jardins e dos serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha, a serem executados com o fornecimento de material de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPI), máquinas e equipamentos necessários a realização dos trabalhos, e serviço de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, sem fornecimento de material de consumo e

insumos, visando atender as demandas do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

1.1 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2 Objeto da contratação:

Item	Código Catser	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor
1	23329	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área interna com piso frio	600 m²/auxiliar	10	R\$ 383.000,0000
2	23434	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área externa com piso pavimentado	1.800 m²/ auxiliar	6	R\$ 233.000,0000
3	23590	Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais para área laboratorial	330 m²/ auxiliar	19	R\$ 815.000,0000
4	24244	Serviços de Jardineiro	outra	1	R\$ 54.400,0000
5	19399	Serviços de Auxiliar de Cozinha	outra	2	R\$ 73.000,0000
6	19399	Serviços de Cozinheiro	outra	2	R\$ 94.300,0000
7	1341	Serviços de Encarregado	1/ 40 auxiliares	1	R\$ 51.650,0000
TOTAL: R\$ 1.704.350,00					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **13 de abril de 2020 e encerramento em 12 de abril de 2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.

263

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ 142.029,17 (cento e quarenta e dois mil, vinte e nove reais e dezessete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.704.350,00 (Um milhão setecentos e quatro mil trezentos e cinquenta reais).

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte: 6153698455

Programa de Trabalho: 172888

Elemento de Despesa: 339039

PL: D1DTFNSOUTR

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

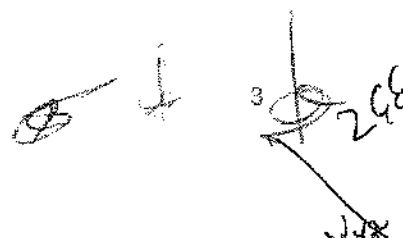
5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP/DG n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital



8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993..

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderão dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018)

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será

Handwritten signature and stamp. The stamp includes the number "4" and the text "26x".

executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.9. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira,

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

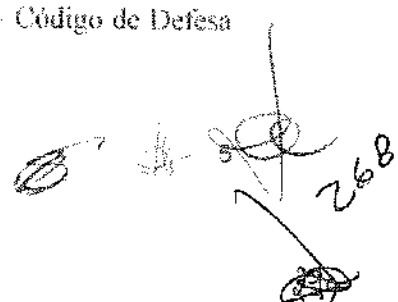
13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG n.º 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

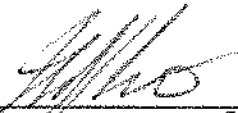
15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO


16.1. É eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020.

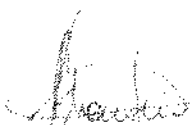


HAROLDO FAIVA GALVÃO – CEL
Diretor do LQFEx




JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Representante legal da Empresa 2G COMERCIO E SERVICOS EIRELI

TESTEMUNHAS:



Sandra Fernandes de Oliveira Monteiro – Ten Cel Farm
ID 011537054-6 - MD
CPF 006 622.517-50



Sandro Porciúncula – Ten Cel Farm
ID 011449464-4 - MD
CPF 021.812 647-67



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1º RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64614.0041362019-71

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020 (15/2021_SICON)

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 01/2020 (Pregão Nº 26/2019, Processo Administrativo Nº 64614.0041362019-71), celebrado entre a União, por intermédio do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEX), Órgão do Exército Brasileiro e a Empresa **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**.

CONTRATANTE: A União, por intermédio do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, Órgão do Exército Brasileiro.

CONTRATADA: TAPEVAS SOLUÇÕES INTERGRADAS EIRELLI.

NATUREZA: Ostensivo

VALOR GLOBAL DO TERMO: R\$ 2.002.056,36 (Dois milhões e dois mil e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 14 de abril de 2021 a 13 de abril de 2022.

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO, Órgão do Exército Brasileiro, com sede na Rua Licínio Cardoso, 96 – Triagem – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20960-015, representado neste ato pelo Sr. Anderson Berenguer, Ordenador de Despesas, nomeado pela Portaria Nr 549, de 05 de junho de 2020, publicada no DOU Nº 109, de 09 de junho de 2020, inscrito no CPF Nr 151.297.838-83, portador da Carteira de Identidade Nr 011.388.404-3 doravante denominada CONTRATANTE e a e a Empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, sediada Rodovia Washington Luiz, 2550 - SALA 502 – Vila São Luiz, em Duque de Caxias- Rio de Janeiro - RJ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. José Gabriel da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 200105856, expedida pela (o) DIC/RJ, e CPF nº 109.662.037-55, tendo em vista o que consta no Processo nº 64614004136201971 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 26/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Diante do permissivo estatuído no art. 65, §8º, da lei 8666/1993, o Diretor do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, registra por meio deste instrumento, o reajuste do preço praticado no Contrato nº 01/2020, em 5% (Cinco por cento) com base na solicitação do documento, da contratada, datado de 06 de Maio de 2021, a contar de 14 de Abril de 2021 a 13 de Abril de 2022, consoante o disposto na cláusula 6.1 do contrato. Em decorrência deste reajuste, o novo valor mensal a ser pago pelo LQFex à empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELLI é de R\$ 166.838,03 (Cento e sessenta e seis mil Oitocentos e trinta e oito reais e três centavos).

Objeto da contratação passou a ser:

Item	Código Catser	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor
1	23329	Prestação de Auxiliar de Serviços Gerais para área interna com piso frio	600 ^{m2} /auxiliar	10	R\$ 449.469,60
2	23434	Prestação de Auxiliar de Serviços Gerais para área externa com piso	1800 ^{m2} /auxiliar	6	R\$ 264.583,79

		pavimentado			
3	23590	Prestação de Auxiliar de Serviços Gerais para área Laboratorial	330 ^{m2} /auxiliar	19	R\$ 964.726,95
4	24244	Serviços de Jardineiro	Outra	1	R\$ 61.906,31
5	19399	Serviços de auxiliar de cozinha	Outra	2	R\$ 86.616,21
6	19399	Serviços de Cozinheiro	Outra	2	R\$ 112.731,66
7	1341	Serviços de Encarregado	1/40 auxiliares	1	R\$ 62.021,84
TOTAL: R\$ 2.002.056,36					

CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

No prazo de 10 (dez) dias após assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar a Garantia Contratual no valor de R\$ 100.102,81 (Cem mil Cento e dois reais e oitenta e um centavos), devendo ser renovada a cada prorrogação, com prazo de validade coincidindo com a vigência do Contrato. Caso a contratada não apresente a garantia, estará sujeita às sanções conforme previsto no Termo de Referência nas Cláusulas 17.2.1, 17.2.2 e 17.2.3.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021.

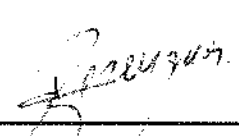
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	
PTRES	FONTE
171497	0151000000

Handwritten signatures and marks, including a large '2+2' and a circled '12'.

CLÁUSULA QUARTO - RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário, não contrariadas pelo presente Termo Aditivo.

Rio de Janeiro, RJ, 20 de Maio de 2021.

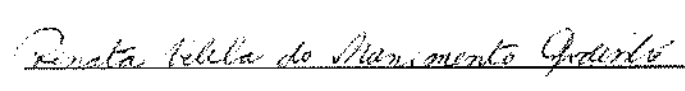


ANDERSON BERENGUER – CEL
Diretor do LQFEx



JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Representante legal da Empresa
TAPEVAS SOLUÇÕES INTERGRADAS EIRELLI


TESTEMUNHAS



Renata Vilela do Nascimento Godinho – Maj Farm

Idt 010015585-2 MD

CPF: 071.108.217-06



Luciana Fernandes Suliano – Cap Farm

Idt 019468533-5 MD

CPF: 052.017.787-80


2+3



MARINHA DO BRASIL

UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL

22/080

ATESTADO

A Marinha do Brasil, por intermédio da **UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL – UISM**, situada na Rua Marechal Serejo, nº 539, Pechincha, Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ, CNPJ 00.394.502/0162-29, **ATESTA** para os devidos fins que a **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, CNPJ nº 17.695.001/0001-09, situada na Rod. Washington Luiz, 2550, Bloco 2, Sala 502, Vila São Luiz, Duque de Caxias - RJ, CEP 25.085-008, nos presta serviços através de mão-de-obra especializada, conforme descrito abaixo:

ESCOPO DOS SERVIÇOS:


Contratação de serviços continuados de LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS HOSPITALARES E ADMINISTRATIVAS, E ÁREAS EXTERNAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

A prestação deste serviço em questão será executada mediante utilização de 20 (vinte) Postos de Trabalho assim distribuídos: 01 (um) Encarregado, 02 (dois) Serventes de Área Interna, 01 (um) Servente de Área Externa, 07 (sete) Serventes Hospitalares, 02 (dois) Serventes Hospitalares Diurno 12 x 36, 02 (dois) Serventes Hospitalares Noturno 12 x 36, 01 (um) Jardineiro e 04 (quatro) Operadores de Roçadeira, conforme descrito no Termo de Referência.

Acrescentamos ainda que a aludida empresa nos prestou os respectivos serviços de forma satisfatória, não havendo em nossos registros nada que a desabone.

Prazo Contratual: 12 (doze) meses.

Rio de Janeiro, RJ, 02 de agosto de 2021.


CARLOS ALEXANDRE FLORES BERNARDO
Segundo-Tenente (AA)
Encarregado da Divisão de Serviços Gerais

Cópia:
Arquivo



TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 65705/2020-005/00, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL E A EMPRESA 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI.

A UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL, com sede na Rua Marechal Serejo, nº 539 – Pechincha – Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0162-29, neste ato representada pelo Diretor desta Unidade Hospitalar o CMG (Md) ALMIR MARCELO CAMELO FIGUEIRA DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº 253/MB de 15 de agosto de 2018, inscrito no CPF nº 012.933.617-39, portador da Carteira de Identidade nº 375642/MB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.695.001/0001-09, sediada na à Rodovia Washington Luiz, 2.550, sala 502, Bairro Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25.085-008, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JOSÉ GABRIEL DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 200105856, expedida pelo DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, tendo em vista o que consta no Processo nº 63162.000722/2019-40 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº. 02/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR; E LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	VALORES
ENCARREGADO	UISM	1	R\$ 3.913,14
SERVENTE ÁREA INTERNA	UISM	2	R\$ 6.560,56
SERVENTE ÁREA EXTERNA	UISM	1	R\$ 3.280,28
SERVENTE HOSPITALAR	UISM	7	R\$ 25.620,63
SERVENTE HOSPITALAR DIURNO 12 X 36	UISM	2	R\$ 7.027,68
SERVENTE HOSPITALAR NOTURNO 12 X 36	UISM	2	R\$ 7.787,02
JARDINEIRO	UISM	1	R\$ 4.713,61
OPERADOR ROÇADEIRA	UISM	4	R\$ 16.097,08
TOTAL POSTOS		20	R\$ 75.000,00

elb

Qu

f

2+5
128

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 13/07/2020 e encerramento em 13/07/2021 podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/765705

Fonte: 0151000000

Programa de Trabalho: 174709

Elemento de Despesa: 339039

PI: B-406FC00240

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

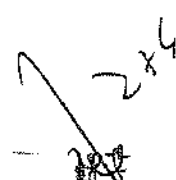


5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.



2x4



6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

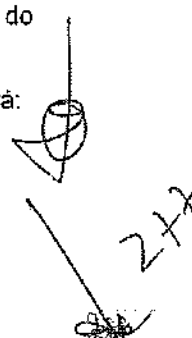
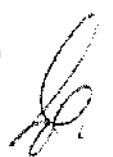
11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:



11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

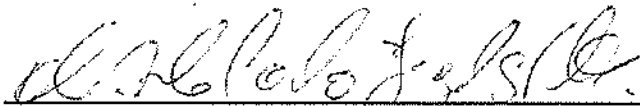
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

249

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

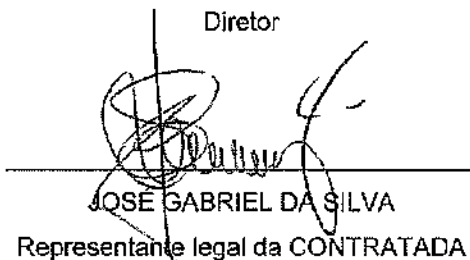
Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.



ALMIR MARCELO CAMELO FIGUEIRA DOS SANTOS

Ordenador de Despesas

Diretor



JOSE GABRIEL DA SILVA

Representante legal da CONTRATADA

CPF: 109.662.037-55

TESTEMUNHA:



CARLOS CESAR ARIGONI MAIA

Fiscal do Contrato

CPF: 671.013.807-00

2+9





**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL**

TERMO ADITIVO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
65705/2020-005/00 QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
COMANDO DA MARINHA, ESTE
REPRESENTADO PELA UNIDADE
INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL e a
EMPRESA TAPEVAS SOLUÇÕES
INTEGRADAS EIRELI.**

A União por intermédio da UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL, com sede na Rua Marechal Serejo, 539 - Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.504/0162-29, neste ato representado pela Capitão de Mar e Guerra (Md) ANDRÉA DA COSTA VELOSO, nomeada pela Portaria nº 255/MB de 19 de agosto de 2020, publicada no DOU de 24/08/2020, portadora da matrícula funcional nº 95.0319.87, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.695.001/0001-09, sediada na Rodovia Washington Luiz, 2.550, sala 502, Bairro Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, representada por Sr. JOSÉ GABRIEL DA SILVA, CPF nº 109.662.037-55, representante legal da contratada, conforme atos constitutivos da empresa, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 63162.000722/2019-40 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 65705/2020-005/00, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 65705/2020-005/00, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 14/07/2021 a 13/07/2022, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor mensal da contratação passou de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), perfazendo o valor anual de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para R\$ 74.151,47/mês (setenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos) e R\$ 889.817,64/ano (oitocentos e oitenta e nove mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos), após negociação para redução/eliminação de custos não renováveis, assim como, a atualização para o percentual máximo da parcela do Aviso Prévio trabalhado (0,194%), em se tratando de prorrogação do contrato.

2.2. Fica assegurado à CONTRATADA o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos referentes ao ciclo de vigência imediatamente anterior à presente prorrogação, não concedidos e/ou pendentes de solicitação referentes ao aumento de custos em razão da homologação de novo Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que atendidos os requisitos preceituados no termo de referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 001/765705

Fonte de Recursos: 0151000000;

Programa de Trabalho: 174709;

Elemento de Despesa: 339039;

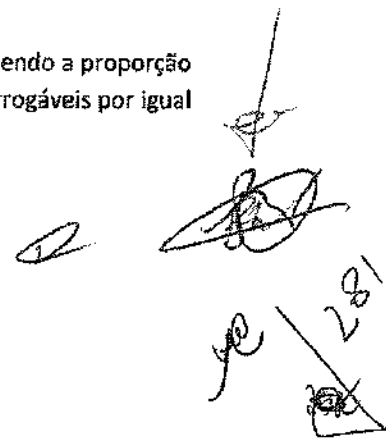
Plano Interno: B-406FC00240;

Nota de Empenho: 2021NE000036

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 5% em relação ao valor global, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature and some initials, possibly indicating approval or completion of the document.

5. CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

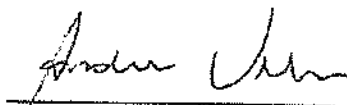
5.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas. .

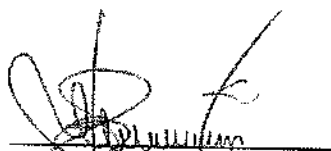
Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2021.



ANDRÉA DA COSTA VELOSO

Capitão de Mar e Guerra (Md)

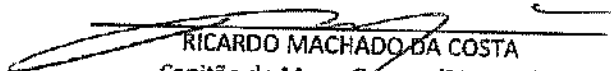
Diretora



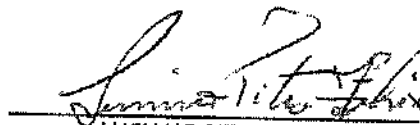
JOSE GABRIEL DA SILVA

Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:



RICARDO MACHADO DA COSTA
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM)
Fiscal do contrato



LUCIANO PITA FELIX
Suboficial RM1-MO
Fiscal substituto

282

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000713/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013858/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103061/2021-26
DATA DO PROTOCOLO: 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00

283

- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.301,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.309,01
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.596,25
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.606,40
- ALMOXARIFE	R\$ 1.853,65
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.516,70
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.758,15
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.008,98
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.083,70 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.325,28 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.301,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.301,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.767,90
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 1.928,60
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.660,14
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.483,60
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.547,06
- ENCARREGADO	R\$ 1.624,91

284 A

- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 1.862,08
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.321,39
- FAXINEIRA	R\$ 1.301,00
- GARÇOM	R\$ 1.853,65
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 1.930,49
- JARDINEIRO	R\$ 2.132,74
- LIMPADOR	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.301,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.657,74 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.301,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.301,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.381,65
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.684,98
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.519,82
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.441,67
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.381,65
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.224,18
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.683,45
- SERVENTE	R\$ 1.301,00

- SUPERVISOR	R\$ 3.321,39
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.301,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.321,59

134

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2021, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilíngue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

298

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2021, será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), convertido em salário/hora.

Considerando que o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, em virtude de denúncia (notícia de fato/ inquérito civil nº.004347.2019.01.000/8) apresentada pela Auditoria Fiscal do Trabalho, reconheceu que a presente cláusula convencional encontra-se com o devido amparo legal, os Sindicatos convenientes adotam a respectiva cláusula para toda a categoria representada por esta convenção coletiva de trabalho, nos seguintes termos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de

289

CLÁUSULA SEXTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 5,97%

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/20 e CCT/21, no mês da data-base, qual seja, março de 2021, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2020	CCT / 2021	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.239,00	R\$ 1.301,00	5%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 414,00	R\$ 448,50	8,33%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 13,00	R\$ 16,00	23%
TOTAL	R\$ 1.666,00	R\$ 1.765,50	5,97%


REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 5,97% (cinco vírgula noventa e sete por cento)

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

290 

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2021, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Abril/2021, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRA - CHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

29/12

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2021, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

292

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

293

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

299

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação


CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.


295

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para

296

seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03/02/2021, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 12,00 (doze reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ODONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano

29x

de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral convenente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenentes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenentes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenentes, benefícios sociais, conforme tabela definida pelas Entidades e discriminadas no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos benefícios iniciará a partir de 01/04/2021 e terá como base, para seus procedimentos, o Manual de Orientação e Regras a ser disponibilizado no site da gestora em www.beneficiosocial.com.br. Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório, em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento das entidades convenentes, as empresas, a título de contribuição, recolherão, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/04/2021, o valor total de R\$ 16,00 (dezesseis reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária. O custeio da contribuição do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a

298

partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO QUARTO – Devido à natureza social e emergencial dos benefícios disponibilizados pelas entidades, na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no site da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador, e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse.

PARÁGRAFO QUINTO – O empregador, que estiver inadimplente, ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente, devendo o empregador responder a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração, indenização esta devida diretamente ao trabalhador e/ou seus familiares. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação formal de débito feita por e-mail, ficará isento desta indenização.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores porventura não contribuídos serão devidos e passíveis de cobrança extrajudicial e/ou judicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta CCT, e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

PARÁGRAFO OITAVO - Estará disponível no site da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade da cláusula do Benefício Social Familiar, dos últimos 12 (doze) meses, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado. Só poderá ser emitido o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Familiar, quem estiver rigorosamente em dia com o pagamento mensal do referido benefício para todos os seus empregados, vinculados a categoria profissional das entidades convenentes.

PARÁGRAFO NONO - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

Empréstimos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

299

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou

300

acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

30/11/17

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na

302/15

empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora

303

normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

309 h

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA

303 h

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

306

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e

30+

demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros


303

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota Técnica Número 01 do Ministério Público do Trabalho

309 h

de 27/04/2018, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do dia 03/02/2021, Publicada no Jornal Meia Hora, no dia 27/01/21, folhas 06, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de Email.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembleia registrando a aprovação da contribuição em favor da SIEMACO-RIO, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

310

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2021

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Outubro de 2021, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 - DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 15 de Outubro de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 15 de Outubro de 2021, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma

31/10

Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 16 de Julho de 2021, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 16 de Julho de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais), a partir do mês de maio/21, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato www.asseiomrj.com.br, ou www.siemaco-rio.com.br, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 28 de Maio de 2021, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 28 de Maio de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na

312

nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para

313

convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenientes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenientes revalidam a Cláusula Sexagésima Oitava – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2021, registrada no MTE sob a MR013716/2020, da forma que se segue:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenientes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

319

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Rua Leandro Martins, nº 10, sala 701, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenientes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

PARÁGRAFO QUARTO: A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-

315

se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

PARÁGRAFO OITAVO: O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade dos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO NONO: Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juízes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958/00.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenientes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

316

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

317/h

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho".

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

316

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA

Presidente

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES

Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ**

319/18

ANEXOS
ANEXO I - ATA

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

320 h